

**DA FIGURAÇÃO À TRANSMUTAÇÃO DA FANTASIA NA
CONSTRUÇÃO DO CASO: AS FICÇÕES METAPSICOLÓGICAS**

Luís Fernando Barnetche Barth

**Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Doutor
em Psicologia do Desenvolvimento, sob a orientação da
Professora Doutora Maria Nestrovsky Folberg**

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Curso de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento**

Porto Alegre, dezembro de 2006.

A psicanálise é uma prática delirante, mas é o que se tem de melhor, atualmente, para suportar esta situação incômoda de ser homem. Em todo caso, é o que Freud encontrou de melhor.

Jacques Lacan

Na psicanálise tudo é falso, menos os exageros.

Adorno

Para Erwin e Alice,
meus pais

AGRADECIMENTOS

Cronologicamente, podemos dizer que um Doutorado implica, no mínimo, quatro anos da vida de um pesquisador. É preciso que se enfatize o termo mínimo porque um pesquisador não nasce no doutorado e, até chegar a um programa de pós-graduação, é necessária uma longa, árdua e prévia caminhada. Por isso, quero deixar aqui gravados meus sinceros agradecimentos às pessoas que, direta ou indiretamente, participaram desse meu percurso:

- Aos professores do Curso de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento da UFRGS, pela oportunidade a mim conferida;
- Aos professores examinadores da banca, Dra. Marta Regina de Leão D'Agord, Dra. Ana Cristina Costa de Figueiredo e Dr. Mario Fleig, pelas inúmeras e precisas sugestões;
- À Professora Doutora Rita de Cássia Sobreira Lopes, relatora desta Tese, pelas orientações e sugestões;
- À Margareth Bianchessi, pela competência e presteza;
- À professora Elisabeth Koelln, pelas sugestões nas idiossincrasias da língua alemã;
- Aos colegas do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Psicanálise e Educação (NEPPE), como *Publikum* desta pesquisa;
- Aos alunos da disciplina 'Prática de Pesquisa em Psicologia I', Julia Langaro Becker, Vera Lúcia Inácio de Souza e Vítor Butkus de Aguiar, pela oportunidade instigante de exercício na orientação de pesquisa;
- À Regina, minha esposa, pelo amor e companheirismo incondicionais;
- Ao Dr. Isac Nikos Iribarry Isdra, pela amizade e pela alteridade valiosas;
- À Professora Doutora Tania Mara Sperb, por ter suportado minha insegurança diante das incertezas das primeiras horas;
- Ao Professor Doutor José Luiz Caon, por ter me introduzido na Pesquisa Psicanalítica e por mostrar que, para sermos bons ensinantes, devemos ser, antes e sempre, bons aprendentes;
- E, em especial, meus sinceros agradecimentos a minha orientadora, Professora Doutora Maria Nestrovsky Folberg, por ter me acolhido no momento mais atribulado dessa trajetória e por ter conduzido a orientação de maneira competente e desafiadora.

Índice

RESUMO	07
ABSTRACT	08
I – INTRODUÇÃO	09
1.1 Justificativa.....	09
1.2 O Estudo de Caso.....	16
1.3 A Construção do Caso.....	23
1.4 A Construção em Freud.....	31
1.5 A Memória em Freud.....	37
1.6 O Caso Clínico como Ficção.....	40
1.7 O dispositivo Traço do Caso.....	55
1.8 Da Figuração à Transfiguração da Fantasia na Construção.....	62
1.9 Delimitação do Problema de Pesquisa.....	72
1.9.1 Questões Metodológicas Específicas.....	73
1.9.2 Objetivos.....	81
1.9.3 Expectativas de Trabalho.....	82
II – ESTUDO: A Pesquisa de Freud e Lacan a partir de Schreber	83
2.1 Introdução.....	83
2.2 Método.....	85
2.2.1 Participantes.....	85
2.2.2 Instrumentos.....	85
2.2.3 Procedimento para Coleta de Dados.....	87
2.2.4 Procedimento para Análise dos Dados.....	87
2.3 Resultados.....	91
2.3.1 “Memórias de um Doente dos Nervos”, de Daniel Paul Schreber.....	91
2.3.1.1 Da Cronologia.....	91
2.3.1.2 Das Memórias.....	94

2.3.2 “Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia (<i>Dementia paranoides</i>)”, de Sigmund Freud.....	109
2.3.2.1 Do Livro de Schreber.....	111
2.3.2.2 Da Interpretação Freudiana.....	113
2.3.2.3 Considerações Teóricas.....	117
2.3.3 “De uma Questão Preliminar a Todo Tratamento Possível da Psicose”, de Lacan.....	121
2.4 Discussão dos Resultados – Ensaio Metapsicológico: Da Loucura da Ciência à Ciência da Loucura.....	134
REFERÊNCIAS	159

RESUMO

O Estudo de Caso é um método comumente utilizado nas pesquisas psicológicas e psiquiátricas. Freud, ao fundar a psicanálise, seguiu o mesmo modelo, apresentando estudos de caso a partir de tratamentos psicanalíticos ou de documentos escritos, embora ele oferecesse uma ligação íntima entre os sintomas observados e a história do sofrimento dos pacientes. Desenvolvendo um tipo específico de intervenção psicanalítica chamada ‘construção’, Fédida propõe a ‘Construção do Caso’, a qual está vinculada à supervisão do caso atendido. Ao examinar aspectos como a memória em psicanálise, a ficção, o dispositivo ‘Traço do Caso’, o autor desta Tese estuda o recolhimento dos dados pelo analista-pesquisador e sua conseqüente transformação em caso metapsicológico a ser publicado.

O estudo baseia-se na leitura das “Memórias de um Doente dos Nervos”, de Daniel Paul Schreber, nas “Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia (Dementia Paranoides)”, de Sigmund Freud, e nas contribuições de Jacques Lacan em ‘De uma Questão Preliminar a Todo Tratamento Possível da Psicose’. O autor propõe considerar a ‘Construção Metapsicológica de Caso’ como um método de escritura do caso em sua vertente ficcional, o qual parte da figuração trazida pelo paciente em tratamento, recebendo, do psicanalista, uma transfiguração que garanta a sua inteligibilidade. Para o autor, o caso publicado é sempre do analista.

Palavras-chave: Estudo de caso, construção do caso, ficção, Presidente Schreber, figuração e transfiguração da fantasia.

ABSTRACT

Case Study is a common method used in psychological and psychiatric research. Freud, when creating Psychoanalysis, followed this model and presented case studies from psychoanalytic treatments or written papers, but offering an close connection between the observed symptoms and the history of the patients sufferings. Developing an specific type of psychoanalytic intervention called “construction”, Fédida proposes a “Case construction” that is related to a supervision of the case under treatment. When analyzing in Psychoanalysis such issues as memory, fiction, the “trait of the case” device, the author of this Thesis studies the data collection by the analyst-researcher and its subsequent transformation in a meta-psychological case to be published.

The study is based in readings of Daniel Paul Schreber’s “Memories of my nervous illness”, in Sigmund Freud’s “Psycho-Analytic notes upon an autobiographical account of a case of paranoia (Dementia paranoides)” and in Jacques Lacan’s contributions in “A preliminary question about any possible treatment of psychosis”. The author suggests the consideration of a “Meta-psychological Case Construction” as a writing method for the case in its fictional side, that departing from the figuration brought by the patient to the treatment, receives a transfiguration of the fantasy from the psychoanalyst which guaranties its intelligibility. For the author, the published case always belongs to the analyst.

Key words: Case study, case construction, fiction, President Schreber, figuration and transfiguration of the fantasy.

I – INTRODUÇÃO

1.1 – Justificativa

(...) para além da oposição tradicional entre ciência e literatura, fatos e ficção, realidade material e transbordamentos da imaginação, Freud vai inventar uma outra realidade, a realidade psíquica, essa “outra cena”, esse mundo do lapso, dos sonhos, dos atos falhos, dos jogos de palavras, dos móveis escondidos dos gestos da vida cotidiana e dos bastidores da consciência habitual.

(Flem, 1988)

Não é fácil estabelecer as influências que concorreram para que Sigmund Freud (1856-1939) concebesse a psicanálise, uma vez que várias são as correntes constantes do *Zeitgeist* (espírito da época) que contribuem na formação do Freud pesquisador. Seu primeiro contato com a Academia de Ciência deu-se através de um estudo de zoologia marinha, mais especificamente sobre a estrutura gonádica das enguias. Logo depois, com as drogas, buscou estudar seu efeito sobre o cérebro em profundidade.

A ciência que, aos poucos, Freud passou a tecer foi denominada por ele como sendo uma ciência natural (*Naturwissenschaft*), sem entrar na querela dos métodos (*Methodenstreit*) que culmina na distinção desenhada por Dilthey entre ‘ciências naturais’ e ‘ciências do espírito’, estas também chamadas de ‘ciências do homem’ ou de ‘ciências morais’. Outra divisão da ciência estabelecida à época de Freud, segundo Assoun (1983), foi proposta por Rickert, introdutor dos conceitos de ‘ciências da cultura’ e ‘ciências da natureza’, e por Windelband, introdutor da distinção entre ‘ciências nomotéticas’ e ‘ciências idiográficas’. O termo ‘nomotético’ designa o método científico que visa o estabelecimento de leis gerais, enquanto o termo ‘idiográfico’ designa o método científico que trata dos fatos singulares.

Assoun (1983) refere que a escolha freudiana em definir a psicanálise como uma ciência natural, em detrimento de uma ciência do espírito (*Geisteswissenschaft*), deu-se porque Freud desconhecia outra forma de ciência. A cientificidade, para Freud, está fortemente calcada nos modelos físico-químicos de

sua época, de modo que ciência (*Wissenschaft*) e ciência natural (*Naturwissenschaft*) são uma mesma e única coisa. Milner (1996) também espousa a idéia de que Freud se esforçava em conformar a psicanálise à ciência normal como testemunho da conquista do mundo moderno. Por outro lado, esse autor destaca que o ‘sonho da monografia botânica’ mostra a renúncia de Freud à monografia como forma de expressão da ciência normal e a conseqüente preferência dada ao livro, por melhor representar a obra e a cultura. A *Traumdeutung* é o testemunho dessa escolha.

Conforme Mezan (2002), Freud tem como objeto descrever uma região da realidade: o inconsciente; e tal descrição deve manter uma neutralidade em relação à natureza do processo estudado. A inclusão da psicanálise entre as ciências do espírito comprometeria o estudo dessa realidade. Além disso, a interpretação utilizada na prática psicanalítica consiste em uma explicação (*Erklärung*) e nunca em um exercício de compreensão (*Verstehen*). A *Erklärung* tem a dupla tarefa de explicitar o sentido e estabelecer a causa de determinada produção psíquica. Diz ele:

Segundo Freud, a psicanálise é uma ciência da natureza porque seu objeto é um fragmento da realidade (o inconsciente) e porque seu método respeita as articulações do objeto. Com isso, se reproduzem conceitos que o definem, hipóteses que o reduzem às suas causas e o incluem em classes, e leis universais que regulam suas manifestações. Em oposição a isso, as ciências do espírito praticam um método *compreensivo* que sublinha o caráter único de cada formação estudada, desvelando o sentido daquela formação e avaliando o seu valor segundo uma escala axiológica preestabelecida. No interior dessa oposição, a postura de Freud se esclarece sem dificuldade: o objeto da teoria psicanalítica é o funcionamento psíquico do ser humano, que pode ser descrito independentemente de suas manifestações singulares nas pessoas – “independentemente”, é claro, por uma decisão metodológica que abstrai o significado individual *deste* sonho ou *deste* sintoma, sem prejuízo da singularidade que vigora na dimensão prática da terapia. Dito de outra forma, à teoria interessam os processos psíquicos na sua dimensão supra-individual, ao passo que à terapia interessa a maneira singular pela qual eles se organizam e se manifestam em cada paciente [grifos do autor] (Mezan, 2002, p. 484).

Se Freud vê a psicanálise como uma ciência empírica, percebe uma distância entre sua contribuição e as demais disciplinas. Ao escrever o artigo “*Das Interesse an der Psychoanalyse*” para a revista italiana “*Scientia*”, em 1913, ele apresenta o interesse que a psicanálise pode ter para as demais áreas do saber

humano, caracterizando cada um desses sítios como sendo de uma ciência especial (*Spezialwissenschaft*). O artigo fora escrito por encomenda, uma espécie de texto programático do qual Freud não poderia declinar – segundo comentário feito a Pfister (Freud e Meng, 1998, p. 83).

Stein (1997) mostra os equívocos suscitados pela tradução para o inglês – e, deste, para o português – do artigo de 1913. O uso do genitivo subjetivo no título da tradução (“O Interesse Científico da Psicanálise” ao invés de O Interesse na Psicanálise), o qual é evitado por Freud (1913/1974) no original alemão, torna-o ambíguo e, por outro lado, passa a idéia da psicanálise como uma nova ciência a triunfar sobre as demais. Stein acrescenta:

Freud, certamente, expõe no texto conquistas da psicanálise, mas não reclama estatuto científico para elas por parte de outras ciências. O que importa é mostrar o proveito que estas podem tirar da psicanálise para as suas investigações. Há, portanto, uma contradição flagrante entre título e texto, ou ao menos o que o título “traduzido” – (traído) mostra, não é a intenção primeira de todo o texto (p. 118).

Da reivindicação dos tradutores de Freud de um *status* científico para a psicanálise, Stein (1997) retira as seguintes conclusões: em primeiro lugar, uma tentativa de igualar o comportamento científico da psicanálise ao das demais ciências (o que ela sequer necessita). Em segundo lugar, isso apontaria para uma incompreensão do novo objeto que a psicanálise funda, na medida em que não reivindica o aval dos outros campos científicos. A terceira conclusão é relativa à insuportabilidade do saber ‘absolutamente outro’ que a psicanálise inaugura em sua condição de *Unheimlich* (estranho). Na quarta, o autor vê, nos equívocos de tradução, manobras de dissimulação, ou mesmo lapsos, que protegem as posturas científicas ao requerer a gênese científica da psicanálise. E, por último, que, ainda hoje, há perplexidade entre as ciências e a psicanálise quanto ao lugar exato que devem ocupar as suas relações.

Ao discorrer sobre a natureza do psíquico, em um texto só publicado após sua morte, Freud (1940/1975) lembra que, para o filósofo alemão Theodor Lipps, o psíquico é inconsciente e que o inconsciente é o verdadeiro psíquico. Além disso, acrescenta que o conceito de inconsciente foi manipulado de forma distraída pela filosofia e que jamais foi acolhido pela psicologia. Embora a ciência não tenha achado uso para o conceito de inconsciente, a psicanálise deu outra abordagem a esse conceito. Assoun (1996) diz que “(...) o ‘inconsciente’ deve ser

concebido radicalmente como *objeto metapsicológico*, como *Grundbegriff*¹” [grifos do autor] (p. 30).

As distinções expostas até o momento por mim são atuais e servem para evidenciar as relações entre a psicanálise e a psicologia, pois, se ambas se ocupam das mazelas humanas, o fazem de perspectivas diferentes, ou seja, dão ao sofrimento humano um entendimento diferente. Birman (1994) acrescenta:

A metapsicologia não se identifica absolutamente com a psicologia, na medida em que esta pretende realizar o estatuto da consciência e a psicanálise se funda na pesquisa do inconsciente. Centrada no inconsciente, a psicanálise pretende ultrapassar o registro da consciência e se aproximar do funcionamento das pulsões. Vale dizer, a psicanálise não é uma psicologia das faculdades do eu, baseada na introspecção, mas pretende ser uma *analítica do sujeito* [grifo do autor], centrada na palavra e na escuta, baseando-se para isso na interlocução psicanalítica (p. 19).

Uma outra saída para a questão da cientificidade da psicanálise é a esboçada por A. Figueiredo (2001) na apresentação do livro por ela organizado ao comentar o texto freudiano “A questão de uma *Weltanschauung*”, de 1933. Reiterando a afirmação de Freud de que a psicanálise, apesar de não criar uma *Weltanschauung*, não está fora do campo da ciência, pois pode unir-se a ela através da adesão a uma *Weltanschauung*, a pesquisadora entende que a psicanálise não teria outro lugar fora desse campo. Baseada na letra de Freud, Figueiredo assevera: “A psicanálise, para ser ciência, deve manter-se restrita a seu trabalho de pesquisa e terapêutica, elaborando seus métodos *como uma ciência* [grifo da autora]. Isto já é o bastante” (p. 9).

Atualmente, segundo Mezan (2002), a distinção entre ciências da natureza e ciências humanas não pode mais ser dada da mesma forma como à época de Freud, ou seja, definida entre universal e singular ou entre a explicação e a compreensão dos fenômenos, na medida em que, no nosso meio acadêmico, ela está colocada na diferença entre métodos experimental e não-experimental. Ainda para o autor, no método experimental, a singularidade é irrelevante, enquanto nas ciências humanas leva-se em conta a singularidade do objeto, na medida em que se busca alcançar um âmbito supra-singular. O método clínico – por não ser experimental – situa a psicanálise ao lado das ciências humanas, abandonando-se

¹ Conceito fundamental.

a designação de empírico na acepção de Freud, como sinônimo de uma investigação da ciência da natureza.

Para aqueles que vêem a psicanálise como campo necessariamente distante da academia, saliento que Freud, como homem de seu tempo, lançou mão de todo o conhecimento disponível da época para a construção de seu *corpus* teórico, buscando, quer nos laboratórios de fisiologia, quer na leitura das obras literárias – as quais sempre considerou imprescindíveis para a formação de analistas (O. Mannoni, 1994) –, elementos para compor sua grande obra. Freud não foi um grão-mestre de alguma seita secreta, capacitando seus asseclas através do ensino esotérico (interno e preponderantemente oral) de suas descobertas, mas um pesquisador que, ao transformar seus achados em ensaios, buscava, na alteridade, considerações capazes de ratificar ou retificar suas idéias. A pesquisa freudiana é, sem dúvida, transdisciplinar.

Ainda que as influências sofridas por Freud estejam sujeitas a reiteradas revisões e mesmo que a inclusão, ou não, da psicanálise no campo científico levante inacabáveis contendas, é inegável a importância da psicanálise bem como do legado freudiano. Quanto às influências geradoras do movimento psicanalítico, afirma L. Figueiredo (2000):

Cabe ressaltar o fato de que, em que pesem suas origens díspares e sua já comentada riqueza, a psicanálise nada tem de eclética – as diversas inspirações foram integradas a um conjunto original, o que torna marcante o limiar entre sua história e sua pré-história, aonde as diversas origens conservam sua independência e ainda são passíveis de análises isoladas (p. 96).

Segundo Mezan (2002), toda criação científica dá-se pela apropriação e diferenciação de algumas idéias em relação às já postas em determinada época sobre determinado objeto de estudo, rompendo com aquilo que podemos designar como *Doxa*². Assim, a história da psicanálise, para o autor, pode ser compreendida a partir do que e com quem Freud aprendeu, da ruptura e da transformação da ciência de sua época contra os próprios princípios científicos vigentes.

² “A *Doxa* é a opinião corrente, o sentido repetido, *como que casualmente*. É a Medusa: ela petrifica os que a olham. Isso quer dizer que ela é *evidente*” (Barthes, 1977, p. 131).

Essa digressão teve o objetivo de situar esta Tese no campo científico, uma vez que ela nasce em um Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, não havendo a intenção de concorrer com as demais metodologias. Todavia é preciso compreender as necessidades intrínsecas da psicanálise, bem como a maneira peculiar de estudar seu objeto, não menos peculiar.

Estar lado a lado com a ciência e mostrar-se *como* uma ciência é um compromisso ético que a psicanálise não pode perder, na medida em que é a disciplina que estuda o inconsciente. M. Mannoni (1982) vê, em Freud, um duplo discurso: um que se pretende científico, outro que se abre aos mitos, por nos lembrar que somos passíveis de nos deixarmos enganar pelo saber. A autora conclui que tomar a teoria analítica por um saber dominado, sem erros, traria danos à psicanálise, pois suplantaria a dimensão da verdade.

A forma clássica de apresentação dos achados psicanalíticos dá-se, principalmente, através dos casos clínicos apresentados integralmente ou mesmo de excertos de tratamentos, com a finalidade de mostrar determinados aspectos do funcionamento psíquico e da técnica psicanalítica. Às vinhetas de casos, podemos acrescentar as próprias experiências e os próprios sonhos de Freud, que sustentam suas teorizações em uma época na qual não havia muitos recursos disponíveis, porque o número de pacientes ainda era pequeno.

A casuística freudiana inicia-se bem antes de Freud redigir as primeiras notas de seus casos clínicos. O. Mannoni (1994) comenta ligeiramente a carta escrita por Freud a Martha Bernays, então sua noiva, em 16 de setembro de 1883, contando sobre o suicídio de Nathan Weiss, um colega de hospital. O. Mannoni afirma ser esse relato o primeiro estudo de caso de Freud.

Ao compararmos, por exemplo, essa carta com a carta escrita em primeiro de agosto de 1919, destinada a Lou Andréas-Salomé, na qual relata o suicídio de Tausk, não encontraremos a mesma emoção, nem o interesse em uma tentativa de explicação mais longa. Apesar de Freud (Freud e Andréas-Salomé, 1975) estar interessado, como refere à destinatária da correspondência, no tema da morte, trabalhado num texto que viria à lume no ano seguinte³ e de já contar com um

³ Além do Princípio do Prazer.

arsenal teórico muito consistente para tentar um entendimento do caso, limita-se a afirmar que Tausk lutava contra o fantasma paterno.

Ainda que ele estivesse longe de publicar os conceitos psicanalíticos quando da troca de correspondência, durante seu período de noivado, a narratividade será mantida nas futuras histórias clínicas. A carta de 16 de setembro de 1883, longa e densa, busca um entendimento diante de um ato de difícil compreensão. Freud (1882-1886/1988) descreve os fatos de seu conhecimento no intuito de achar as razões para o suicídio de Weiss. A descrição é rica em detalhes e foge aos termos comuns a uma carta de amor. Ele está imerso em sentimentos e termina o seu relato extenuado.

Podemos encontrar, já nessa época, um Freud (1883/1988) preocupado em entender a alma humana de forma própria, pois não aceita as hipóteses levantadas pelos colegas de hospital e pelos parentes do morto. O missivista noticia a Martha que, ainda que as razões do suicídio de Weiss fossem desconhecidas, não havia dúvidas de que estivessem ligadas ao seu casamento. Freud comenta com a noiva as relações familiares do colega, dando ênfase ao aspecto negativo da figura paterna de Weiss, como um homem vaidoso e autoritário, em contraste com a imagem da mãe, boa e submissa. Discorre sobre a personalidade de Nathan Weiss e de como ele era alvo de comentários no hospital onde trabalhavam. O esforço para granjear uma boa posição profissional e a autoconfiança excessiva imprimiam um tom de descoberta em tudo o que fazia, contrastando com as decepções na vida amorosa.

Freud (1883/1988) também não se furta de comentar com sua amada as dificuldades encontradas pelo colega para desposar a jovem que ele amava. A noiva não parecia absolutamente decidida pelo matrimônio. E, diante das mútuas acusações entre as famílias de Nathan Weiss e de sua viúva, Freud afirma, categórico:

Disposto a esclarecer, o mundo levantou as mais cruéis acusações à desgraçada esposa. Eu não acredito nisso. Creio que experimentar o conhecimento de um duro fracasso, a raiva por uma paixão não correspondida, a cólera de ter renunciado a sua carreira científica inteira, toda sua fortuna pela infelicidade doméstica; talvez também o dissabor de ter renunciado ao dote prometido, além disso, a incapacidade de se colocar diante do mundo e confessar isso, tudo de que gosta a desmedida futilidade do homem, a quem a inclinação para pesadas aflições não faltava, foi levado ao desespero depois que uma série de cenas lhe esclarecera sua situação. Ele morreu pelo excesso de

suas qualidades, por seu doentio e negativo amor-próprio, assim como por suas exigências direcionadas para algo mais nobre⁴ [a tradução é minha] (p. 55).

Observamos como Freud (1883/1988) busca uma explicação refinadamente psicológica, apelando para um entendimento que foge ao senso comum. Sua entrada no campo psicanalítico dá-se pela tentativa de apresentar a Martha uma explicação para um comportamento tão extremo e inquietante como o suicídio do colega Nathan Weiss, na forma de um estudo de caso. Esse método é de uso freqüente e consagrado também pela psicologia e pela psiquiatria. Convido os leitores, então, a examinar, mais detidamente essa ferramenta científica.

1.2 – O Estudo de Caso

Mais do que uma escolha metodológica, o estudo de caso está diretamente ligado ao objeto a ser estudado, que é o próprio caso em questão. Stake (1994) refere que o estudo de caso é utilizado em diferentes práticas profissionais, podendo receber, inclusive, outros nomes. Para o autor, essa designação tem o objetivo de indicar que a ênfase dada é sobre a compreensão dos elementos de um caso único, mais do que a generalização para além dele, a qual não é evitada, pela simples razão de não poder ser realizada.

Nesse sentido, alguns casos podem ser vistos pelos determinantes quantitativos, outros, pelos qualitativos ou pela mistura de ambos, dependendo do aspecto a ser estudado. Um caso pode ser simples ou complexo, desde que tenha um funcionamento específico, um sistema concebido por comportamento padronizado no qual se destacam a consistência e a sequencialidade.

Stake (1994) afirma que a definição ‘estudo de caso’ é ambígua, pois é tanto o processo de aprendizado sobre determinado caso quanto o produto de

⁴ *Die Welt hat die hässlichsten Anklagen gegen die unglückliche Frau zur Erklärung bereit. Ich glaube nicht daran. Ich glaube, die Erkenntnis, einen schweren Misserfolg erfahren zu haben, die Wut abgewiesener Leidenschaft, der Zorn, seine ganze wissenschaftliche Laufbahn, sein ganzes Vermögen gegen häusliches Unglück aufgegeben zu haben, vielleicht auch der Ärger, dass er um die ihm versprochene Mitgift geprellt worden, dazu die Unfähigkeit, vor die Welt hinzutreten und es zu bekennen, das alles mag den masslos eiteln Mann, dem es an Neigung zu schweren Aufregungen nicht fehlte, nach einer Reihe von Szenen, die ihm seine Lage klarlegten, zur Verzweiflung gebracht haben. Er starb an der Summe seiner Eigenschaften, seiner krankhaft schlechten Selbstliebe, wie an seinen auf Edleres gerichteten Anforderungen.*

nosso aprendizado. Mais correto seria chamar esse produto de ‘registro de caso’, embora o autor lembre que o termo ‘estudo de caso’ já tenha sido amplamente estabelecido. Para Allonnes (1989), muitas vezes também é chamado de ‘observação’, embora freqüentemente extrapole essa função, pois integra dados de diferentes fontes, como fichas médicas, dados de anamnese, testemunhos, fatores histórico-culturais e institucionais. Para o autor, o termo ‘observação’ enfatiza o estudo do material coletado, enquanto ‘estudo de caso’ designa o trabalho de análise e apresentação do material extraído de uma pessoa em determinada situação pesquisada, ainda que a observação seja a sua mola mestra. Allonnes parece não acreditar em um trabalho que vá além do estabelecido pela observação do material coletado, no qual a observação figura como dispositivo privilegiado, e, como mostrarei mais adiante, a psicanálise rompe com esse modelo.

Podemos observar diferentes tipos de estudos de caso. Stake (1994) classifica-os em: intrínsecos, instrumentais e coletivos. No intrínseco, debruçamo-nos sobre um caso específico, no intuito de conhecer melhor suas peculiaridades, como, por exemplo, o realizado com determinada criança ou na clínica. O caso é de interesse *per se*, não representando outros casos ou ilustrando algum traço ou problema. O estudo de caso intrínseco não é indicado nem para a compreensão de algum construto abstrato ou fenômeno genérico, nem para a construção de uma teoria.

Já, o instrumental é aquele no qual o caso tem papel secundário, como suporte, por exemplo, para a compreensão de um problema ou de uma teoria. O objetivo do pesquisador é externo ao caso, o qual pode ser, ou não, considerado típico de outros casos, o que não impede que seja estudado em profundidade.

Quando o interesse do pesquisador não está voltado para um caso em particular, vários podem ser estudados em conjunto, recebendo a designação de estudo de caso coletivo ou, ainda, de pesquisa qualitativa multilocalizada. Geralmente, o estudo de caso coletivo visa a um determinado fenômeno, a uma população ou a uma condição geral.

Stake (1994) entende que essa classificação tem um caráter mais heurístico que funcional, pois nem sempre os casos se adaptam a essas categorias. Interesses múltiplos e, às vezes, capazes de sofrer modificações podem tornar a romper a linha divisória entre estudos de caso intrínseco e instrumental, por exemplo.

Outras categorias podem ainda ser identificadas. O estudo de caso de ensino, que tem por objetivo a aprendizagem, tem seu foco na ilustração de um ponto, uma categoria ou um aspecto importante para a instrução. A biografia figura como um estudo de caso especial pelas estruturas cronológicas exigidas e pela proteção à individualidade humana, e, a ela, podemos acrescentar alguns tipos de documentários de televisão e a prática do direito (Stake, 1994).

Allonnes (1989) apresenta cinco variações para um estudo de caso, quais sejam: em psiquiatria, psicopatologia, sociologia, psicologia clínica e na psicanálise. Originalmente, o estudo de caso tem seu emprego na psiquiatria a partir do que o psiquiatra observa e ouve do paciente. Aqui, o estudo apóia-se na anamnese e prepara o diagnóstico. Em psicopatologia, o campo alarga-se e diversifica-se em virtude do aspecto a ser abordado, que pode ser o sofrimento, a angústia, os transtornos mentais e as doenças psicossomáticas. Em sociologia, esses estudos debruçam-se sobre as histórias de vida, as trajetórias e situações. Para a psicologia clínica, cabe o seu uso na extração da lógica interna singular de uma história de vida. Nesse sentido, o estudo de caso sobrepuja a anamnese e o diagnóstico, mas, ainda sim, permanece o aspecto clínico e psicopatológico. A última das variações é relativa à psicanálise. O autor observa que os estudos de caso magistrais freudianos, verdadeiras monografias psicanalíticas, foram estabelecidos a partir dos tratamentos psicanalíticos – “Homem dos Lobos” e “Homem dos Ratos” – ou documentos escritos – “O Presidente Schreber”. Ainda assim, o estudo de caso em psicanálise guarda relação com o modelo psiquiátrico. Para Allonnes, todos os casos citados acima não deixam de apresentar um caráter de construção efetuada pelo pesquisador ou pelo praticante, realizada a partir dos elementos coletados.

No estudo de caso, os pesquisadores visam identificar tanto o comum quanto o particular do caso, mas, geralmente, chegam a um resultado único. Essa singularidade estende-se à natureza do caso, aos seus antecedentes históricos, à situação física, a outros contextos (econômico, político, legal), a outros casos e aos informantes. Muitos pesquisadores buscam colher dados em todos esses aspectos quando realizam um estudo de caso.

Para Newman e Benz (1998), os dados de um estudo de caso são dependentes das estratégias utilizadas na coleta de informações. As técnicas mais

comuns são as entrevistas, as observações e o estudo de documentos e de registros históricos.

Os pesquisadores que utilizam estudos de casos qualitativos se mostram interessados em dimensões mais amplas do que os dos especialistas em experimentos e dos testadores de hipóteses, as quais podem ser chamadas de 'questões'. Essas questões visam organizar o estudo e nem sempre são utilizadas na apresentação do caso a outras pessoas, porque não podemos confundir o processo de observação com a apresentação de um caso. Para Newman e Benz (1998), as questões iniciais de uma pesquisa são traduzidas em problemas mais específicos e passíveis de serem investigados.

Normalmente, um estudo de caso é constituído de três etapas. A primeira delas é relativa à reunião dos dados do caso. Em seguida, elabora-se um registro, a partir do qual o pesquisador escreve a narrativa do caso. O registro e a narrativa correspondem, respectivamente, à segunda e à terceira etapas (Newman e Benz, 1998).

Stake (1994) refere que muitos pesquisadores apostam no fato de o caso poder contar sua própria história. Todavia o autor lembra que isso não é garantia de que o mesmo contará tudo e da melhor maneira. Os estilos de apresentação de um caso podem-se apresentar de formas realista, impressionista, confessional, crítica, formal e literária, com o conteúdo evoluindo à medida que é escrito. Os critérios de apresentação são decididos pelo pesquisador, o mesmo a decidir qual é a própria história do caso e quais os elementos mais importantes, já que 'contar toda a história' é impossível, porque esta não é apreensível.

Do pesquisador para o leitor, a apresentação do estudo de caso sofre uma passagem perigosa para a pesquisa psicológica, em termos do conhecimento nele envolvido, e os pesquisadores devem achar maneiras de proteger e validar essa transferência de conhecimento, tanto para confirmar a observação quanto para fazer a generalização. Stake (1994) ressalta o fato de que os pesquisadores de estudos de caso acabam transmitindo alguns de seus próprios significados aos aspectos estudados, em detrimento de outros.

Esse último ponto deve ser destacado, porque, sobre ele, recaem as mais acirradas críticas. Como garantir a apropriação dos dados coletados durante a observação, por exemplo, para uma forma final de apresentação do caso? Aqui, destaco que os 'próprios significados pessoais', os quais parecem confirmar a

fragilidade desse método de investigação psicológica, são a condição *sine qua non* para a efetivação de uma pesquisa psicanalítica, como veremos mais adiante.

Um último aspecto assinalado por Stake (1994) é quanto à ética. Na medida em que o estudo de caso aborda os aspectos privados, um código de ética estrito evita prejuízos à pessoa exposta, já que a pesquisa se interessa por pontos de vista e circunstâncias pessoais. Para o autor, embora os casos lidem com assuntos de interesse público, não há direito de saber, nem do público, nem dos pesquisadores, que se sobreponha à garantia de privacidade.

As funções de um ‘estudo de caso’, na pena de Allonnes (1989), são: informar e formar, relativas à descrição e à transcrição dos dados; ilustrar, pois é incontestavelmente a melhor e provavelmente a mais rigorosa ferramenta de ilustração; problematizar, estabelecendo uma relação de troca entre a teoria e o material, evitando-se que aquela funcione de forma implícita por fazer referência ao que não está dito; apoiar e convencer, na medida em que a questão não é provar, mas convencer, mais por persuasão do que pela prova. Para o autor, trata-se da imposição de um sentido ao qual nada no sujeito pode opor resistência.

Quanto à questão da generalização, o que sempre gera polêmica em se tratando de um ‘estudo de caso’, Allonnes (1989) afirma que se pode aspirar a uma forma limitada e controlada da mesma. Isto porque o ‘estudo de caso’ visa extrair os processos e as variações de uma (ou mais) história singular a partir dos elementos coletados, interessando, ou pela singularidade do caso, ou pelo estudo dos seus procedimentos, ou, ainda, pelos modelos de funcionamento.

Vejam, agora, um entendimento mais específico do estudo de caso para a psicanálise. Um caso, segundo Nasio (2001), designa o interesse do analista sobre um de seus pacientes. Essa acepção comum inclui o intercâmbio da experiência com os demais colegas em supervisão ou em grupos de estudo, por exemplo. Uma observação escrita do caso ganha o nome específico de ‘caso clínico’.

Nasio (2001) lembra que a medicina também faz uso da designação ‘caso’, quando faz o registro clínico de um sujeito portador de uma patologia e que é representativo para essa doença. Freud (1893-1895/1974) ressalta que, embora os casos clínicos escritos por ele possam ser julgados como psiquiátricos, eles apresentam vantagens sobre estes por apresentarem uma ligação íntima entre os sintomas observados e a história do sofrimento dos pacientes. Essa ligação,

segundo ele, está ausente nas demais histórias clínicas. Um exemplo disso é a utilização de um caso clínico pela psiquiatria para a ilustração de uma alucinação, sem que haja uma tentativa de estabelecer um sentido particular para a mesma no indivíduo estudado. Então, diferentemente da psiquiatria e da psicologia, o caso clínico psicanalítico exprime a singularidade do sujeito portador de um sofrimento psíquico e da fala que ele dirige ao analista. Nasio define, assim, um caso clínico:

(...) definimos o caso como o relato de uma experiência singular, escrito por um terapeuta para atestar seu encontro com um paciente e respaldar um avanço teórico. Quer se trate do relato de uma sessão, do desenrolar de uma análise ou da exposição da vida dos sintomas de um analisando, um caso é sempre um texto escrito para ser lido e discutido. Um texto que, através de seu estilo narrativo, põe em cena uma situação clínica que ilustra uma elaboração teórica. É por essa razão que podemos considerar o caso como passagem de uma demonstração inteligível a uma mostra sensível, a imersão de uma idéia no fluxo móvel de um fragmento de vida, e poderemos, finalmente, concebê-lo como a pintura viva de um pensamento abstrato [grifos meus] (p. 11-12).

A partir desta definição, Nasio (2001) destaca três funções de um caso clínico. São elas: a didática, a metafórica e a heurística. Por função didática, o autor compreende a capacidade de o caso transmitir uma teoria, despertando, no leitor, a imaginação e a emoção. Assim, a psicanálise pode ser transmitida por intermédio da disposição em imagens de determinada situação clínica. A introdução no universo abstrato dos conceitos dá-se através da empatia do leitor.

Para Nasio (2001), o recurso da empatia favorece a catarse, através da qual o espectador de uma tragédia, por exemplo, observa, desde o exterior, o que está em seu interior, a partir das identificações imaginárias com os personagens. Na apresentação de um caso clínico, o leitor também se identifica com o sofrimento do paciente, aprendendo pelo mesmo princípio da homeopatia (*Similia similibus curantur*), para o qual o semelhante se trata com o semelhante. A partir da descrição da vida e dos sintomas de determinado paciente, o leitor identifica-se com o caso. Depois, é pela generalização que o leitor poderá comparar o caso lido com outras situações, descobrindo e elaborando um conceito que, até então, não estava formulado.

A segunda função do caso clínico, a metafórica, surge da impossibilidade de o pensamento ser capaz de apreender a verdade da experiência pelo concurso do raciocínio formal. Assim, em muitos casos clínicos famosos, a observação

clínica e o conceito que ela evoca se ligam de tal forma que a observação substitui o conceito, tornando-se uma metáfora dele. O ‘caso-metáfora’ adquire valor emblemático a tal ponto de Nasio (2001) lembrar que Schreber, Dora e Hans são arquétipos, respectivamente, da psicose, da histeria e da fobia.

A função heurística, segundo Nasio (2001), é a capacidade de “(...) o caso ultrapassar seu papel de ilustração e de metáfora emblemática, tornando-se, em si mesmo, gerador de conceitos” (p. 17). Isso se dá pela capacidade demonstrativa de uma observação clínica de gerar novas hipóteses teóricas que alargam a teoria. Um caso pode continuar a render novos conceitos, de que são exemplos os conceitos de significante do Nome-do-Pai e de forclusão retirados por Lacan do caso Schreber, de Freud.

Das três funções de um caso clínico estabelecidas por Nasio (2001), a didática parece-me problemática pela ênfase dada à empatia. Ainda que alguém possa ser empático com a leitura de um caso clínico, esse recurso está longe de ser preconizado pela psicanálise lacaniana esposada pelo próprio autor. Do contrário, teríamos a possibilidade de lançar as bases do que eu chamaria de uma ‘psicanálise de auto-ajuda’. Acredito que a identificação empática não seja o objetivo da psicanálise, nem mesmo como recurso para a sua transmissão, pois, ao dar o mesmo princípio da homeopatia à aprendizagem de um caso clínico, o autor restringe o nosso aprendizado, como psicanalistas, aos processos que também podem ser encontrados em qualquer leitor. Então, como aprender aspectos de uma estrutura diferente da nossa a partir da leitura de um caso clínico? E, mais, a identificação empática garante por si só o aprendizado do que está em jogo em um caso clínico? Essas perguntas parecem não encontrar respostas nas formulações do autor.

O que leva um analista a escrever um caso a partir da seleção das histórias ouvidas no consultório é, segundo Willemart (2005), a crença de que ele descobriu algo de novo e de que, assim, pode contribuir para a reconstrução da teoria. A clínica, para o autor, denuncia a ruptura do saber através de espaços vazios no campo teórico, e são esses ‘restos’ que impõem o analista a escrever.

As expressões ‘estudo de caso’ e ‘caso clínico’ são de uso corrente para a apresentação escrita das observações clínicas dos tratamentos psicológicos, psiquiátricos e também psicanalíticos. Tendo em vista a singularidade do objeto de estudo na psicanálise, opto pela expressão ‘caso metapsicológico’. Todavia,

ainda é possível descrever uma concepção diversa e que recebe a designação de ‘construção do caso’, a qual desenvolverei a seguir.

1.3 – A Construção do Caso

A construção do caso, idealizada por Fédida (1989, 1991a, 1991b), é tema recorrente nos trabalhos do autor e constitui um ponto de preocupação teórica. Esboçada em seus artigos, oferece-se como ferramenta própria ao método psicanalítico de pesquisa, ao permitir o exame metapsicológico da dimensão inconsciente posta em jogo em um tratamento psicanalítico. A construção do caso é pensada pelo autor a partir do despertar clínico e crítico do infantil no processo de análise. Fédida (1989) afirma que:

A construção está diretamente relacionada com o que, no tratamento, tende a se repetir transferencialmente do infantil sob tal ou qual modalidade da comunicação. E se é verdade que o analista apreende rapidamente o infantil das modalidades de comunicação do paciente na transferência, ainda não dispõe do inédito das palavras que lhe permitiria a apresentação desta construção ao paciente. Tudo se dá como se somente o tempo de um tratamento tornasse possível a perlaboração desta primeira visão sobre o conteúdo da amnésia infantil e como se o tratamento fosse justamente o “lugar” deste tempo onde se recolocam em jogo ao se colocarem em jogo as modalidades de comunicação inerentes ao esclarecimento das construções (p. 119-120).

Relacionando a construção do caso ao tema da supervisão, Fédida (1991a) discorre sobre algumas dificuldades observadas na apresentação de dados expostos pelo analista a seu supervisor, na função de um terceiro. O autor trata o encontro dos dois analistas de maneira a não dispensar o entendimento metapsicológico aí envolvido, ou seja, utiliza-se de aspectos como memória, pensamento e economia libidinal na forma concebida pela psicanálise.

Diferentemente do que se observa no estudo de caso psicológico, trabalhado por mim no capítulo anterior, o analista encontra-se mergulhado no caso que expõe, levando em consideração os seus próprios processos psíquicos na concepção do caso a ser supervisionado. Assim, o relato trazido à lume na supervisão não está menos afeito às leis inconscientes do que o próprio relato do paciente; e Fédida (1991a) utiliza-se do mesmo rigor metapsicológico que anima a prática analítica para o exame da memória do tratamento.

Nesse sentido, a memória evocada no relato das falas do paciente em sua face empirista de objetivação enfatiza aspectos como a observação, a atenção eletiva, a memorização e a síntese, os quais são elementos indispensáveis ao modelo médico-psicológico de estudo de caso. A obrigação de tomar notas na própria sessão, desaconselhada por Freud (1912/1975), ou depois dela, com a finalidade de apreender o conteúdo verbal do paciente em sua dimensão representativa da fala a ser relatada a um terceiro – por ocasião da supervisão ou controle –, obstrui o fluxo da linguagem em favor de um pensamento retrospectivamente reflexivo.

A utilização do recurso de um gravador, como nos lembra A. Figueiredo, Nobre e Vieira (2001), tem o efeito de intromissão de um terceiro, funcionando como uma variável interveniente, a qual poderia comprometer o pacto transferencial estabelecido entre paciente e analista. Não nos esqueçamos que a transferência figura como a mola mestra de todo atendimento psicanalítico.

A atenção entendida como observação choca-se com a recomendação freudiana de uma atenção equiflutuante em contrapartida à regra fundamental da psicanálise para o paciente (regra da associação livre). Quanto a esse ponto, Freud (1912/1975) expressa a seguinte regra:

Deve-se manter todas as suas influências conscientes afastadas de sua capacidade de fixar a atenção e deixar-se completamente a sua “memória inconsciente”, ou expresso de forma meramente técnica: ‘Escuta-se sem se preocupar em fixar qualquer coisa’⁵ [a tradução é minha] (p. 172).

A advertência freudiana fala em favor da capacidade de esquecimento, uma vez que uma memória que tudo registra e nada esquece, segundo Fédida (1991a), conforma-se com o modelo paranóico de comunicação interpessoal. Um exemplo modelar encontra-se no *Aufschreibesystem* (sistema de transcrição) concebido no delírio de Schreber. Nele, observamos como o registro de todas as memórias impede o esquecimento e o conseqüente jogo significativo. Em suas memórias, Schreber (1903/1984) assevera:

(...) mantêm-se *livros ou outras anotações* nos quais há anos são *transcritos* todos os meus pensamentos, todas as minhas expressões de

⁵ *Man halte alle bewussten Einwirkungen von seiner Merkfähigkeit ferne und überlasse sich völlig seinem “unbewussten Gedächtnisse”, oder rein technisch ausgedrückt: Man höre zu und kümmere sich nicht darum, ob man sich etwas merke.*

linguagem, todos os meus objetos de uso pessoal, todas as coisas que possuo ou estão nas minhas proximidades, todas as pessoas com quem me relaciono (p. 135)

Outra hipótese lançada pelo autor, a de um impressionismo subjetivo, refere-se à recusa de reter os dados na memória em nome da “memória inconsciente”, por ser esta alheia ao campo da análise. A rememoração em jogo em uma análise não é propriamente uma atividade da memória, uma vez que o infantil está fora do alcance da rememoração dos fatos ocorridos na infância. O infantil de que trata uma análise é uma tentativa de constituição da memória de si com a qual se evita o desaparecimento subjetivo.

O autor toma o sonho como modelo paradigmático, quando, através da transferência, o impronunciável do infantil insiste em se enunciar de forma repetitiva no presente. Para Fédida (1991a), a construção é “(...) a teoria e a memória do infantil em estado de linguagem, ou seja, em sua condição de constituição metafórica à escuta do paciente” (p. 179). Assim, Fédida chega a dizer que, em uma sessão, não há nada para ser relatado a ninguém, na medida em que o relato transforma o tratamento em objeto de uma memória narrativa, na qual sobressai o registro dos acontecimentos em detrimento das palavras. O recurso da supervisão torna o analista mais disponível à construção, isto é, mais disponível às teorizações retiradas da memória do infantil.

Em “A Construção do Caso”, Fédida (1991b) toma como ponto de partida o trabalho de supervisão com uma analista, no qual demonstra como o relato de um caso de análise se transforma em uma construção do caso. No princípio do processo de supervisão, a analista supervisionada traz a história do caso em forma de relato dos acontecimentos da vida do paciente reiteradamente repetidos por ele. Aos poucos, novos dados vão surgindo nesse relato, e, ainda que as hipóteses levantadas no trabalho de supervisão não permitam uma interpretação, por serem da ordem de uma fantasia, o “enigma do caso” vai se constituindo a partir dos pontos cegos da analista e de seu supervisor. Cabe salientar que o objetivo não é reconstituir a história do caso, mas construir o lugar psíquico singular da memória pessoal relativo à constituição de qualquer acontecimento a partir das possibilidades da linguagem.

Aqui cabe uma advertência. O enigma citado por Fédida (1991b) só pode ser entendido enquanto enigma da vida psíquica do paciente estabelecido a partir

da escuta oferecida por um analista, ou seja, o caso não está dado, pronto, antes do advento da relação transferencial. Destarte, o analista está implicado no caso levado à supervisão; de outra forma, poderíamos equiparar erroneamente a função do analista à de um detetive na busca do elemento faltante para a elucidação de uma questão, o que prenderia a concepção de caso ao relato histórico dos acontecimentos da vida do paciente, e a “peça faltante” independeria do processo analítico. Dito de outro modo, o enigma do caso só se apresenta como enigma no tratamento analítico, o que vai de encontro à visão popular de que Freud explica tudo e de que os analistas estão sempre analisando seus interlocutores.

Um aspecto trazido pelo autor refere-se à apresentação pública. Para Fédida (1991b), não é a originalidade psicopatológica ou a singularidade da história do paciente o que constitui o caso, levantando, como primeiro ponto, que o mesmo é redigido para ser publicado. Outro aspecto está no fato de que, ainda que todas as falas e associações pudessem ser transcritas em estilo magistral, não trariam em suas informações o conhecimento que a psicanálise permite de um caso. Assim, Fédida conclui que “(...) na psicanálise, *o caso é uma teoria em gérmen, uma capacidade de transformação metapsicológica* (...). Em outros termos, *o caso é construído*. Enquanto tal, ele não pode proceder de um relato. Não existe história de caso!” [grifos do autor] (p. 230). Mais especificamente, o caso é construído “(...) a partir de sua capacidade ficcional de produzir modelos *clínicamente* deformáveis e transformáveis” [grifo do autor] (p. 234). A figurabilidade do texto teórico, possibilitando a legibilidade da clínica, é o que o caracteriza como metapsicológico.

Contudo, ainda que a formulação acima mostre sua face abstrata, não devemos menosprezar a importância da narratividade na qual se insere o relato psicanalítico de um caso e suas descrições de situações e sintomas. É através do relato que podemos chegar à produção da linguagem do figurável, a qual tem como material a tentativa de o paciente suspender a amnésia e a rememoração impossível de sua história pessoal e o trabalho do analista a partir de seu próprio recalque, a fim de possibilitar a construção dessa memória impossível.

Aos trabalhos de Fédida, cabe somar alguns artigos escritos sobre o tema para a *Pulsional Revista de Psicanálise*, de número 140/141. Nesse número, D’Agord (2000/2001) afirma que a construção permite ao psicanalista fazer

inferências a partir dos fragmentos de lembranças surgidos no processo de análise, já que eles não têm um sentido em si mesmos. A autora acrescenta:

A construção teórica de Freud originou-se, sem dúvida, das ficções que ele elaborou a partir da sua escuta dos pacientes em análise. E não haveria outra forma senão a construção, na medida em que o objeto da psicanálise, o inconsciente – como sabemos – não aparece ao observador diretamente, mas pelo equívoco, pelo não-dito (p. 13).

Aqui, assim como nas palavras de Fédida (1991b) transcritas acima, observamos o uso do termo ficção como ferramenta de trabalho do psicanalista-pesquisador na elaboração da teoria. A autora inclusive afirma, nesse artigo, que a metapsicologia é uma ficção de conceitos que está fundamentada na obra freudiana, no texto “Construções em Análise” (Freud, 1937/1975), isto porque a teoria psicanalítica é constantemente questionada pelo inesperado do cotidiano da clínica, onde o caso clínico passa a ser o acontecimento da clínica enquanto clínica da escuta. D’Agord (2000/2001) faz referência à expressão freudiana “apresentação indireta” (Freud, 1906/1976), dispositivo este capaz de revelar o necessário sobre o paciente. É através da ambigüidade do conteúdo de uma expressão inocente que o analista pode encontrar um sentido oculto.

A autora busca, na obra de Cyssau (1999), três direções para a construção do caso em psicanálise. A primeira função do caso destacada por Cyssau é quanto ao esclarecimento da estrutura psicopatológica subjacente. Nesse sentido, a partir de um caso, podem-se demonstrar hipóteses generalizáveis, na medida em que elas respondam ao critério da universalidade. Como segunda função, tem-se a da descoberta e da evolução teórica, na qual sobressai o caráter singular e, nesse sentido, não generalizável. O terceiro aspecto é quanto à capacidade de o caso servir como exemplo demonstrativo da concepção teórica posta em jogo.

A partir daí, D’Agord (2000/2001) traz como exemplo a construção de caso retirada de um processo de aprendizagem. Embora eu não tenha a intenção de discorrer sobre o exemplo dado, chama atenção dois aspectos da teoria freudiana destacados pela autora como fundamentais para o entendimento do caso. São eles, respectivamente, o conceito de rememoração e o de repetição. O conceito de rememoração é trabalhado na carta 52 (ou 112) de Freud a Fliess e será retomado por mim no capítulo 1.5, dedicado à memória em Freud.

Ligado ao conceito de repetição, D’Agord (2000/2001) salienta a importância dada por Lacan ao conceito de *Nachträglich* (*après-coup*) na teoria

freudiana. Para o psicanalista francês, a *Nachträglichkeit* é relativa às condições de temporalidade e causalidade da vida psíquica, ou seja, o sentido da impressão dos traços mnêmicos só adquire eficácia em um tempo posterior ao da sua inscrição no aparelho psíquico. Levando essa formulação às últimas conseqüências, temos que o fato clínico⁶ historicamente posterior é que determina o que é anterior – e não o contrário, como uma psicanálise ingênua faria pensar.

Em outro artigo da mesma revista, Caon (2000/2001) contrasta diferentes perspectivas produzidas a respeito de o “Homem dos Lobos”, quais sejam, o texto de autoria do próprio Serguéi Constantinovitch Pankejeff (Gardiner, 1983); os trabalhos realizados por Muriel Gardiner (1983) e por Karin Obholzer (1993) sobre o “Homem dos Lobos”; e as construções metapsicológicas feitas por Sigmund Freud (1918/1976) e Ruth Mack Brunswick (Gardiner, 1983).

Caon (2000/2001) compara o texto de Pankejeff (Gardiner, 1983) a um auto-retrato, enquanto os trabalhos de Gardiner (1983) e Obholzer (1993) recebem a denominação de retratos do “Homem dos Lobos”. Para o autor, ambos, auto-retrato e retratos se utilizam da técnica de recomposição, como se buscassem as peças faltantes para completar uma suposta totalidade do quadro e, conseqüentemente, de um sentido único. Essa técnica aproxima-se da empregada pelos detetives criminalistas e da técnica utilizada na escritura das histórias clínicas de psicólogos e psiquiatras.

Para a construção de caso, não há uma peça faltante que deva ser revelada, mas, nas palavras de Caon (2000/2001), “(...) o significante ou significantes da falta constituinte do sujeito e da subjetividade que a ressignificam” (p. 24). Ao discurso do analisante, o analista pesquisador irá opor um texto metapsicológico surgido nesse tempo diferido, num só depois que torna o caso uma *Nachträglichkeit* do tratamento. Tendo em vista a especificidade encontrada numa construção de caso, também proponho chamá-la de construção metapsicológica de caso.

Assim, o caso metapsicológico distancia-se da história biográfica do paciente e de seu mundo vivido. Uma apresentação metapsicológica de um caso

⁶ “Fato clínico é uma manifestação pregnante de elementos significativos da realidade psíquica do paciente a serem trabalhados e transformados pela interpretação” (Barth, 2003, p. 47).

também se distancia dos discursos médico e psicológico e das formas de apresentação de seus achados clínicos. Caon (2000/2001) vai mais longe, ao identificar o caso psicanalítico com uma “ficção, invenção e teorização metapsicológica do pesquisador psicanalítico” (p. 27). Uma prova disso é que os casos produzidos por Freud (1918/1976) e Brunswick (Gardiner, 1983) a partir do tratamento de o “Homem dos Lobos” não são coincidentes, isto é, Brunswick não se apóia nem no cotidiano de seu analisante, nem se mostra como um suplemento ao texto freudiano.

Freud (1930/1974) afirma que, às vezes, a psicanálise se põe a serviço da biografia, fornecendo informações que mostram ligações entre a obra e seu criador, informações estas que só podem ser acessadas através do método psicanalítico. As relações entre a biografia e as construções também são evidenciadas pelo autor em seu trabalho sobre Leonardo da Vinci:

O que quer que seja a verdade sobre a vida de Leonardo, não podemos desistir da nossa tentativa psicanalítica de sondagem, até que tenhamos executado uma outra tarefa. Devemos determinar, de modo geral, os limites que estabelecem a eficácia da psicanálise na biografia, assim, não interpretaremos como um fracasso cada explicação não levada a cabo. Como material, estão à disposição da investigação psicanalítica os dados da história de vida: de um lado, os acontecimentos acidentais e as influências do meio e, de outro, os relatos das reações do indivíduo. Apoiada em seus conhecimentos dos mecanismos psíquicos, busca, então, sondar dinamicamente o ser do indivíduo a partir de suas reações, descobrir suas primitivas forças pulsionais anímicas, assim como suas ulteriores transformações e desenvolvimentos. Se isso tiver bons resultados, o comportamento de vida da personalidade é esclarecido através do curso de constituição e destino, forças internas e poderes externos. Quando tal operação não oferecer resultados seguros, como talvez seja o caso de Leonardo, então, a culpa não está nos defeitos ou insuficiências do método da psicanálise, mas na incerteza e na quantidade de lacunas do material sobre ele fornecido pela tradição. Quanto ao fracasso, apenas o autor pode ser responsabilizado por ter obrigado a psicanálise a dar aí um parecer a partir de material tão insuficiente [a tradução é minha] (Freud, 1910/1975, pp 156-157).⁷

⁷ *Was immer aber die Wahrheit über Leonardos Leben sein mag, wir können von unserer Versuche, sie psychoanalytisch zu ergründen, nicht eher ablassen, als bis eine andere Aufgabe erledigt haben. Wir müssen ganz allgemein die Grenzen abstecken, welche der Leistungsfähigkeit der Psychoanalyse in der Biographik gesetzt sind, damit uns nicht jede unterbliebene Erklärung als Misserfolg ausgelegt werde. Der psychoanalytischen Untersuchung stehen als Material die Daten der Lebensgeschichte zur Verfügung, einerseits die Zufälligkeiten der Begebendheiten und Milieueinflüsse, andererseits die*

Os relatos autobiográficos de tratamentos, como fez Serguéi Constantinovitch Pankejeff, podem ser considerados como um contracaso (Chiantaretto, 1999), e podemos incluir nessa categoria os trabalhos de Gardiner (1983) e Obholzer (1993) sobre o “Homem dos Lobos”. Para Caon (2000/2001), assim como não há possibilidade de um paciente produzir seu próprio caso metapsicológico de forma teoricamente válida, também os casos tomados nas perspectivas jornalística ou psicológica não desenvolvem questões metapsicológicas.

Dessa vez, na pena de Caon (2000/2001), vemos aparecer a dimensão ficcional como característica da construção metapsicológica do caso. Nessa mesma perspectiva, Hoppe (2000/2001) afirma ser a publicação da experiência de um tratamento psicanalítico mais do que o compartilhar de um comunicado formal. Em consonância com sua escuta, o psicanalista re-inscreve o drama do paciente a partir do reconhecimento e da ressignificação da experiência inconsciente. O papel do pesquisador no contexto de uma pesquisa psicanalítica é assim definido:

A adoção de um modelo narrativo cede lugar à construção do caso do psicanalista, e a transmissão respeitará seu estilo que marca o lugar, pessoal e teórico do investigador. O que temos observado em nosso meio, são narrativas que partem de uma mesma realidade clínica, da descrição de fatos e ou história do caso, à aparição da patologia, seu desenvolvimento e resolução. No nosso entender, o modelo que retira o analista da experiência clínica, colocando-o no lugar do espectador, afasta-se da singularidade do caso psicanalítico (Hoppe, 2000/2001, p. 62).

Como último artigo da mesma revista, temos a contribuição de Moura e Nikos (2000/2001). Os autores buscam estabelecer uma diferenciação entre as

berichteten Reaktionen des Individuums. Gestützt auf ihre Kenntnis der psychischen Mechanismen sucht sie nun das Wesen des Individuums aus seinen Reaktionen dynamisch zu ergründen, seine ursprünglichen seelischen Triebkräfte aufzudecken sowie deren spätere Umwandlungen und Entwicklungen. Gelingt dies, so ist das Lebensverhalten der Persönlichkeit durch das Zusammenwirken von Konstitution und Schicksal, inneren Kräften und äusseren Mächten aufgeklärt. Wenn ein solches Unternehmen wie vielleicht im Falle Leonardos, keine gesicherten Resultate ergibt, so liegt die Schuld nicht an der fehlerhaften oder unzulänglichen Methodik der Psychoanalyse, sondern an der Unsicherheit und Lückenhaftigkeit des Materials, welche die Überlieferung für diese Person bestellt. Für das Missglücken ist also nur der Autor verantwortlich zu machen, der die Psychoanalyse genötigt hat, auf so unzureichendes Material hin ein Gutachten abzugeben.

técnicas de ‘estudo de caso’ e ‘construção de caso’, para sugerir as vantagens do emprego da última nas pesquisas psicanalíticas, bem como a utilização do ensaio metapsicológico, como gênero literário, para a apresentação dos achados de uma pesquisa psicanalítica. Para eles, o caso construído pelo psicanalista deve ser apresentado à apreciação pública a partir da construção de um ensaio metapsicológico, o qual promova a abertura de sentidos em relação aos dados pesquisados. Cabe lembrar ainda que esse ensaio é sempre uma peça inconclusa, que mais sugere, possibilitando novas escutas e práticas no campo psicanalítico, do que lança um sentido fechado a determinado tema. Quanto à confecção de um ensaio metapsicológico, Moura e Nikos (2000/2001) afirmam:

Assim, podemos definir a construção do ensaio metapsicológico como uma refundação da experiência de análise, mas que ocorre em uma situação psicanalítica de pesquisa, onde o destino da transferência não é a liquidação, mas a sua instrumentalização. Há nela, como na experiência do divã, uma aprendizagem e o ensaio metapsicológico realiza o registro que a torna póstuma; ou seja, o pesquisador psicanalítico dá seu testemunho por escrito, o qual destina-se ao terreno da metapsicologia, onde poderá servir de referência a outras pesquisas e à gestão de novos problemas e hipóteses de pesquisa (p. 76).

Dois pontos, entretanto, devem ser mais bem esclarecidos para que eu possa avançar em minha linha de raciocínio. Tratarei de retomar os conceitos de construção e memória em Freud.

1.4 – A Construção em Freud

Se ao menos pudéssemos fazer os melhores entenderem que todas as nossas constatações foram deduzidas da experiência (...), mas não de experiências que se possam “tirar da manga” ou fantasiando na escrivadinha.

(Carta de Freud a Pfister)

Podemos encontrar exemplos de construções em alguns casos clínicos de Freud, especificamente, na análise de o “Homem dos Ratos” (Freud, 1909/1976), na de o “Homem dos Lobos” (1918/1976) e também na história clínica da jovem homossexual (Freud, 1920/1976). Todavia é no artigo “Construções em Análise” onde Freud (1937/1975) apresenta suas considerações sobre o tema.

No referido artigo, Freud (1937/1975) inicia sua exposição defendendo a psicanálise da acusação de que a interpretação dada ao paciente está sempre correta – expressa no princípio “Cara, eu ganho; coroa, você perde”. É verdade que o ‘sim’ e o ‘não’ dados pelo paciente como resposta a uma interpretação não garantem, necessariamente, a natureza correta ou incorreta da mesma. A partir daí, o autor explica rapidamente a técnica psicanalítica.

As inibições e os sintomas do paciente são formados em consequência da repressão de experiências e dos impulsos afetivos a elas ligados e que foram esquecidos. Os sonhos, ainda que de maneira distorcida, mostram os fragmentos destas lembranças pela técnica da associação livre a partir de alusões feitas às experiências reprimidas. A transferência é o dispositivo utilizado pela técnica psicanalítica para favorecer o retorno dessas conexões.

Para o analista, não está em jogo a tarefa de recordar algo que foi esquecido, uma vez que nada experimentou e nada reprimiu. Sua tarefa consiste em completar o que foi esquecido, em construir, a partir de traços deixados pela experiência. O trabalho de construção, ou reconstrução, assemelha-se, segundo Freud (1937/1975), ao trabalho do arqueólogo. Ambos, psicanalista e arqueólogo, encontram dificuldades em reconstruir, por meio da suplementação e da combinação, os restos que sobreviveram, embora, no caso de uma análise, o material a ser tratado não está destruído, mas ainda vivo. Outras diferenças ficam por conta de que os objetos psíquicos são muito mais complexos e que o analista possui um conhecimento insuficiente do que pode encontrar. Concluindo essa analogia, Freud diz que, na arqueologia, a reconstrução é o objetivo e o final dos esforços do escavador, enquanto, na psicanálise, a construção é apenas um trabalho preliminar. O trabalho analítico dá-se pela comunicação de um fragmento da construção, para que este aja no paciente; então, um novo fragmento é comunicado.

Geralmente, a interpretação é tida como a mais importante intervenção em um tratamento analítico, pois esteve presente, desde cedo, na obra freudiana. Por outro lado, Freud (1937/1975) acredita ser a construção o dispositivo mais adequado à técnica analítica: “Interpretação aplica-se ao que se faz com um elemento isolado do material, uma associação, um ato falho ou coisas semelhantes. Uma construção é quando se apresenta ao analisado um fragmento

de sua esquecida pré-história”⁸ [a tradução é minha] (p. 398). Em relação às construções em análise, M. Mannoni (1982) comenta que:

(...) estas construções, o analista as recebe a partir de sua problemática pessoal. Freud compara esse trabalho ao de um arqueólogo, precisando que, com essa intervenção, o analista lança uma ponte entre si próprio e o paciente (p. 31).

O espírito científico de Freud não se contentaria em esclarecer o papel de uma construção sem verificar as garantias de êxito logradas por uma construção na prática analítica cotidiana. A comunicação de uma construção errada ao paciente não chega a causar prejuízo. Nesse caso, o paciente não reage à comunicação com um ‘sim’ ou com um ‘não’, permanecendo intocado pelo que foi dito. O perigo reside no fato de o analista, através da sugestão, impor sua própria crença ao paciente; o que está longe de ser adequado à técnica psicanalítica.

Um ‘sim’ como resposta a uma construção não tem valor *per se*, necessitando da confirmação indireta de outros elementos, isso quando o paciente não trazer novas lembranças que complementem ou ampliem a construção dada. A prática mostra que, muitas vezes, a resposta afirmativa pode favorecer o encobrimento da verdade. Um ‘não’ tem menor valor ainda, pois, muito freqüentemente, é fruto da resistência despertada pelo tema contido na construção ou por algum outro fator em jogo no tratamento analítico. Freud (1937/1975) lembra que, na medida em que as construções são parciais, pode o analisante responder com um ‘não’ justamente em função de a comunicação ser incompleta.

As elocuições do paciente fornecem poucas provas da correção, ou não, de uma construção, cabendo às formas indiretas a confirmação da comunicação do analista. Assim, as expressões do tipo “nunca pensei nisso antes” e suas variações são formas indiretas de confirmação. Outra maneira de confirmação muito bem-vinda é quando o paciente faz associação com algo de conteúdo semelhante ao da construção feita pelo analista.

Embora possamos imaginar que toda construção deva redundar na recordação da situação reprimida pelo paciente, nem sempre isso acontece. Uma

⁸ *Deutung bezieht sich auf das, was man mit einem einzelnen Element des Materials, einem Einfall, einer Fehlleistung u. dgl., vornimmt. Eine Konstruktion ist es aber, wenn man dem Analysierten ein Stück seiner vergessenen Vorgeschichte (...) vorführt.*

convicção segura da verdade da construção expressa pelo analisante tem o mesmo efeito terapêutico de uma recordação. Em alguns casos, os pacientes referem recordações muito nítidas – ultraclaras (*überdeutlich*) – de pormenores relacionados ao tema da construção, embora nada lembrem com relação ao evento reprimido em si. Nesse caso, Freud (1937/1975) garante haver uma nova conciliação na qual traços de memória que se tornariam conscientes foram deslocados pela resistência para outros objetos de menor significação.

Em o “Esboço de Psicanálise”, Freud (1940/1975) retoma o tema da construção sobre o aspecto da transferência de conhecimento entre analista e paciente. Baseado nas formações do inconsciente, o analista faz suas construções acerca do que ocorreu interna ou externamente e foi esquecido pelo paciente. Para que o *nosso* conhecimento também passe a ser o conhecimento *dele* – do analista e do paciente, respectivamente, nas palavras de Freud –, é preciso esperar pelo momento adequado, ou seja, quando o paciente tenha chegado suficientemente perto da construção que só reste um passo a ser dado.

O que é interessante ressaltar no artigo acima é que Freud (1940/1975) faz clara menção ao fato de os acontecimentos sujeitos à construção por parte do analista serem tanto da ordem interna quanto da externa. Ao afirmar a possibilidade da construção de um acontecimento interno, Freud destaca a importância da vida psíquica na qualidade de realidade para o paciente. Ainda no mesmo artigo, podemos encontrar o uso da construção como o verdadeiro método da pesquisa psicanalítica, o que vale a pena ser destacado:

Toda ciência se baseia em observações e experiências a que se chegou através do veículo de nosso aparelho psíquico. Mas visto que a *nossa* [grifo do autor] ciência tem por assunto esse próprio aparelho, a analogia acaba aqui. Efetuamos nossas observações através do mesmo aparelho perceptivo, precisamente com o auxílio das rupturas na seqüência de ocorrências “psíquicas”: preenchemos o que é omitido fazendo deduções plausíveis e traduzindo-as em material consciente. Desta maneira *construímos* [grifo meu], por assim dizer, uma seqüência de ocorrências conscientes que é complementar aos processos psíquicos inconscientes. A relativa certeza de nossa ciência psíquica baseia-se na força aglutinante dessas deduções. Quem quer que se aprofunde em nosso trabalho descobrirá que nossa técnica tem fundamentos para defender-se contra qualquer crítica (Freud, 1940/1975, p. 184).

Ainda que Freud (1940/1975) pense estar imune às críticas, elas sempre foram numerosas e contundentes. Em se tratando dos casos clínicos freudianos,

podemos destacar o trabalho de Borch-Jacobsen (1995) sobre o caso Anna O (Freud, 1893-1895/1974). Para o autor, as discrepâncias entre os dados de um segundo relatório, escrito, em 1882, por Breuer – médico responsável pelo tratamento da jovem, que, na realidade, se chamava Bertha Pappenheim –, uma observação escrita por Dr. Laupus – um dos médicos do sanatório Bellevue, da cidade suíça de Kreuzlingen – e os elementos revelados a Ernest Jones e a Marie Bonaparte indicam que esse tratamento foi bem diferente do publicado por seus autores. Assim, Borch-Jacobsen enfatiza que, paradoxalmente, o tratamento fundador da psicoterapia moderna – uma bela história que fez a volta ao mundo – não passa de um mito e continua a ser citado, perpetuando-se no discurso psicoterapêutico, idéia também esposada por Rillaer (1980). Os mitos, segundo Borch-Jacobsen, são impermeáveis à história, pois seu modo de validação não tem nada a ver com a crítica histórica. Eles não necessitam ser atestados por nenhum documento ou nenhum testemunho, sendo apenas suficiente sua repetição, replicação e reiterada citação. Esse mito, nesse contexto, mascara uma verdade intencionalmente dissimulada.

Vários pontos são questionados por Borch-Jacobsen (1995). Dentre eles, o autor destaca que é falsa a idéia de que Breuer tenha abandonado a paciente e partido, às pressas, para Veneza com sua esposa, concebendo uma criança nessa viagem; que a melhora de Bertha não teria vinculação com o tratamento empreendido; que as explicações teóricas de Freud adquiridas com Charcot, na Salpêtrière, foram projetadas sobre o caso de Breuer; que também é falsa a crença de que Breuer tenha utilizado a hipnose com fins sedativos, pois, em casos desse gênero, o tratamento padrão era a administração de injeções de morfina e cloral; e que faltam dados que confirmem a pseudociese⁹ da jovem paciente descrita por Jones (1979). Sobre o último aspecto, o autor é muito enfático:

Construída a golpe de indícios, de rumores e mentiras, a pseudociese não foi um fantasma de Bertha Pappenheim. Ela foi um fantasma de Freud, uma pseudolembrança destinada a atenuar retrospectivamente o estrondoso *fracasso* da *talking cure* original [grifos do próprio autor] (Borch-Jacobsen, 1995, p. 55).

Borch-Jacobsen (1995) conclui o seu livro criticando o uso intencional da *Nachträglichkeit* por Freud. A origem da psicoterapia moderna, calcada

⁹ Gravidez psicológica.

insistentemente sobre o poder curativo da narrativa e da lembrança, é a reescritura tendenciosa de uma narrativa anterior que não fala em narrativas fictícias, tomando a interpretação por realidade e a ficção por verdade. Assim, para o autor, há uma falsa lembrança no coração do mito moderno da memória.

O caso Anna O também ganhou uma visão lacaniana na pena de Safouan (1991), para quem a cura catártica não se tratou, realmente, nem de uma cura, nem de uma catarse. Safouan enfatiza que Breuer, ocupando a posição de analista ao acaso, não utilizou o material comunicado por sua paciente com o intuito de operar uma reestruturação de suas relações. É inequívoca a importância do papel da transferência na remissão temporária dos sintomas de Bertha Pappenheim e também é correto afirmar que o desconhecimento de Breuer das vicissitudes da posição de analista fez com que ele, apesar de e por manter a posição de médico, tenha também sucumbido à contratransferência. A cura malograda de Bertha Pappenheim deveu-se ao desconhecimento da dimensão do desejo do próprio analista.

Quanto à questão específica da rememoração de situações passadas, as quais fazem parte do chamado material de análise, Lacan (1998) afirma explicitamente, no seu artigo “Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise”, que a ambigüidade da revelação do passado de uma paciente histérica não é devida ao conteúdo vacilar entre o imaginário e o real, na medida em que se situa em ambos, assim como não se trata de uma mentira. Essa ambigüidade é própria do nascimento da verdade na fala, cuja realidade não é nem verdadeira, nem falsa. Para o autor, a verdade está na fala presente. A verdade é, então, atestada por essa fala na realidade atual, fundando-a em nome dessa realidade. A partir daí, Lacan assim define a memória:

(...) não se trata para Freud, nem de memória biológica, nem de sua mistificação intuicionista, nem da paramnésia¹⁰ do sintoma, mas de rememoração, isto é, de história, fazendo assentar unicamente sobre a navalha das certezas da data a balança em que as conjeturas sobre o passado fazem oscilar as promessas do futuro. Sejam categóricos: não se trata, na anamnese psicanalítica, de realidade, mas de verdade, porque o efeito de uma fala plena é reordenar as contingências passadas dando-lhes o sentido das necessidades por vir, tais como as constitui a escassa liberdade pela qual o sujeito as faz presentes (p. 257).

¹⁰ Estado em que o indivíduo relembra fatos jamais acontecidos.

Como confirmação disso, Lacan (1998) diz-se plenamente de acordo com as construções de Freud no caso “Homem dos Lobos”. Embora Freud busque uma objetivação quanto à cena primária, não deixa de considerar necessárias as ressubjetivações do acontecimento para a explicação de seus efeitos. Essas reestruturações operam-se *nachträglich* (*a posteriori*), decidindo o rumo do sentido a ser dado ao acontecimento original. Ou seja, na visão de Lacan, Freud elide o intervalo de tempo no qual o acontecimento permanece latente no sujeito. Assim, conclui o autor que o que serve de fundamento ao novo método que recebeu de Freud o nome de psicanálise é a assunção de sua história pelo próprio sujeito no que ela se constitui pela fala endereçada ao outro. Quanto a esse aspecto, A. Figueiredo e colaboradores (2001) ressaltam:

Esta construção deve conjugar não somente uma interpretação dos dados da experiência, mas algo mais. Algo fornecido pelo analista que permita incluir na elaboração do caso uma espécie de ponto fixo que está no campo do vivido subjetivo do paciente e que, uma vez incorporado em nossa teorização, permite que esta seja apropriada por ele com inabalável certeza. A esta operação Freud denomina ‘construção’ e a seu efeito validante, ‘convicção’ (p. 16).

Na medida em que venho tratando de aspectos esquecidos da vida do paciente, submetidos à construção, torna-se necessário o exame do conceito de memória para a psicanálise.

1.5 – A Memória em Freud

Ao tratarmos do tema relativo às construções em análise, acabei tocando em um aspecto não menos importante e que se refere à concepção de memória em jogo nas formulações freudianas. É preciso esclarecer, desde já, que a memória referida por Freud, e que tem lugar de destaque em sua teoria, também é concebida de forma original. Garcia-Roza (1998) esclarece a questão:

(...) temos que nos precaver contra a idéia de que ele [Freud] elabora uma teoria da memória entendida como memória-lembrança, memória de acontecimentos passados, memória da consciência. Não se trata, em Freud, de uma memória da qual possamos fornecer uma descrição fenomenológica, não é a mesma memória tomada como objeto de estudo da psicologia (p. 44).

Ainda segundo Garcia-Roza (1998), na concepção do aparato anímico freudiano, a memória não é uma faculdade surgida a partir da formação desse aparato, mas pré-condição para a sua formação. O psíquico em Freud já inclui a memória, e esta é inconsciente, não havendo psíquico sem memória. O modelo tomado por Freud (Masson, 1986) na carta 52 (ou 112), por exemplo, torna memória e consciência processos não concomitantes. Sua tese em relação à memória é assim esboçada:

Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico tenha-se formado por um processo de estratificação: o material presente sob a forma de traços mnêmicos fica sujeito, de tempos em tempo, a um *rearranjo*, de acordo com as novas circunstâncias – a uma *retranscrição*. Assim, o que há de essencialmente novo em minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de só uma vez, e sim ao longo de diversas vezes, e que é registrada em vários tipos de indicações [grifos do autor] (p. 208).

No artigo “Uma Nota Sobre o ‘Bloco Mágico’”, Freud (1925/1976) inicia sua exposição tratando de duas formas freqüentemente utilizadas como auxiliares no registro de dados de memória. Na primeira delas, uma folha de papel em branco é o recurso escolhido, a fim de que possamos preservar uma nota. Nesse recurso, a desvantagem fica por conta do limite receptivo da superfície da folha de papel. Outra forma de registro é o efetuado com giz em uma lousa. Nela, podemos fazer registros por tempo indeterminado, já que a superfície, ao ser apagada, renova sua capacidade receptiva, mas destrói os traços inscritos anteriormente. Utilizando-se de uma analogia com um pequeno dispositivo disponível em qualquer loja de brinquedos e chamado de bloco mágico, Freud (1925/1976) concebe o sistema percepção-consciência, o qual mescla as vantagens dos recursos da folha de papel e da lousa.

O sistema percepção-consciência freudiano é capaz de receber as percepções sem reter nenhum traço permanente delas (*Dauerspur*) na qualidade de uma superfície sempre pronta a captar outras novas, enquanto os traços permanentes são mantidos em ‘sistemas de lembrança’ (*Erinnerungssystemen*) por trás do sistema perceptual. Para Freud (1925/1976), a consciência surge no sistema perceptual em lugar dos traços permanentes. A memória é a capacidade de reproduzir, desde dentro do sistema, os registros feitos.

Para Garcia-Roza (1998), o aparelho de memória idealizado por Freud é concebido também como um aparelho que articula representação e linguagem. A

memória que interessa a esse aparelho é a relativa ao traço (*Spur*) de uma impressão (*Eindruck*), assim como devemos conceber a memória como sendo relativa a um texto. Para o autor, freqüentemente Freud emprega os termos traço (*Spur*) e impressão (*Eindruck*) alternadamente e de maneira não muito precisa.

A impressão (*Eindruck*), segundo Garcia-Roza (1998), não constitui por si só uma lembrança, por isso ela não pode ser conservada na memória, a não ser como traço ou representação. Ao não se constituir uma lembrança, a impressão não pode ser evocada, mas construída. Dessa forma, ainda para o autor, a impressão não é da ordem do significante, porque não se liga a outras impressões, podendo ser considerada apenas como um signo, como um sinal ou um índice. Então, podemos dizer que os traços (*Spuren*) de memória, incapazes de serem recuperados, mas passíveis de serem construídos, são elementos constituintes do aparelho anímico.

Por outro lado, ainda para Garcia-Roza (1998), o traço (*Spur*), na teoria freudiana, é traço de uma impressão. É através da inscrição dos traços que uma impressão mantém seus efeitos. A formação do traço, a seu turno, depende da intensidade da impressão e da repetição, fatores responsáveis pela memória e esboçados na citação de Freud (Masson, 1986) da carta 52 (ou 112).

Além da impressão (*Eindruck*) e do traço (*Spur*), Freud liga a memória em relação a algo que deve ser concebido como um texto na dimensão onírica. Nessa mesma carta a Fliess, Freud (Masson, 1986) concebe o sonho como um texto feito de imagens e estruturado enquanto linguagem. É verdade que as imagens oníricas têm valor de signos que remetem a outros signos, mas não às coisas que as imagens representam, pois há um efeito de distorção produzido pela censura. O sonho é, então, um texto enigmático remetido ao Outro pelo próprio sonhador, mas não enquanto indivíduo, enquanto um 'Eu', mas como sujeito do inconsciente, e que depende da ordem simbólica para ser decifrado.

Corroborando a idéia acima, Lacan (1988) diz, no seminário "A Ética da Psicanálise", que o sistema percepção-consciência, utilizado na percepção e no registro dos estímulos, não está no nível do Eu, pois esse sistema é responsável por manter o investimento igual, uniforme e, tanto quanto possível, constante. Tal sistema também é responsável por regular o funcionamento do pensamento, mas a consciência pertence, como lembra o psicanalista francês, a um outro aparelho.

1.6 – O Caso Clínico como Ficção

A revisão do conceito de construção levou-me ao exame desse conceito ao longo da obra de Freud, obrigando-me, também, ao estudo da memória para o referido autor. Feita essa digressão necessária, retomo o aspecto da ficção abordado na apresentação do conceito de ‘construção do caso’.

A utilização da ficção como ferramenta do psicanalista pode, a princípio, causar um certo desconforto. De fato, esse parece ser um recurso clássico da literatura, tanto que Costa (1998) menciona que a ficção não chega a ter propriamente um estatuto de conceito na psicanálise. A autora também afirma que isso não constitui um impedimento, na medida em que o fundamento conceitual psicanalítico é distinto dos encontrados nas demais disciplinas. Assim, é o efeito capaz de ser produzido que dará o caráter de bem fundado a um conceito psicanalítico, uma vez que, antes da formulação teórica, o psicanalista dá testemunho de sua escuta.

A idéia de que um caso clínico seja uma ficção nasce do fato de que o relato de um tratamento psicanalítico jamais consegue reproduzir o acontecimento concreto, mas sua história reformulada, a partir de uma reconstituição fictícia. Portanto, segundo Nasio (2001), o caso é o relato elaborado pelo terapeuta como reconstrução da lembrança de uma experiência clínica. As leis que restringem a apresentação do caso e a adaptação do mesmo a uma teoria somadas à recordação submetida ao desejo do analista, como filtro da vivência, dão um caráter ficcional a ele. O autor acrescenta:

(...) o caso clínico resulta sempre de uma distância inevitável entre o real de que provém e o relato em que se materializa. De uma experiência verdadeira, extraímos uma ficção, e, através dessa ficção, induzimos efeitos reais no leitor. A partir do real, criamos a ficção, e com a ficção, recriamos o real (p. 18).

Quanto às relações entre a ficção e o real, isto é, na ficção como maneira de termos acesso ao real, podemos encontrar essa preocupação também em Costa (1998). Para a autora, o psicanalista situa na ficção uma forma de transpor as barreiras encontradas ao se referir ao inconsciente:

(...) na clínica vamos encontrar a ficção como responsável pela construção das figuras do Outro. É o que dá vestimenta ao Outro, que a partir de então não apresenta somente sua face de linguagem,

adquirindo a consistência de uma presença, a consistência de um corpo. Mesmo quando este corpo é somente um recorte ficcional sobre o real (p. 62).

Ainda, como quer Sousa (2000), o caso é uma ficção clínica, que resulta da exposição de uma hipótese teórica ao mesmo tempo em que tem a capacidade de revelar o seu autor. Sousa acredita que o caso clínico psicanalítico pode ser considerado um novo gênero literário, residindo nesse aspecto a explicação para o fato de muitos lerem os casos de Freud como se fossem romances. Aliás, Freud (1893-1895/1974) já nos advertira para isso:

(...) ainda me surpreende que os históricos de casos que escrevo pareçam contos e que, como se poderia dizer, eles se ressintam do ar de seriedade da ciência. Devo consolar-me com a reflexão de que a natureza do assunto é evidentemente a responsável por isso, antes do que qualquer preferência minha (pp. 209-210).

Em relação a esse aspecto, devemos lembrar que Freud foi homenageado com o prêmio Goethe¹¹ de literatura em 1930, embora não se sentisse merecedor, como afirma em uma carta a Lou Andréas-Salomé (Freud e Andreas-Salomé, 1975, p. 247). As inúmeras citações da obra do grande escritor alemão e a conseqüente utilização da literatura por Freud indicam que o pai da psicanálise tinha um estilo próprio de escrever, isto é, um estilo entre a linguagem artificial científica e a linguagem culta de sua época (conforme pronunciamento de P. Souza, 2003, setembro). Por essa razão, Freud continua sendo um manancial rico também para outras áreas, além da psicanálise. Todavia o estilo freudiano também é alvo de críticas. Para Rillaer (1980), “(...) as histórias dos casos clínicos, redigidas de maneira cativante pelo laureado com o prêmio Goethe de literatura, são facilmente apresentadas como prova *empírica* [grifo do próprio autor] de sua teoria” (p. 393).

Após afirmar seu caráter ficcional, Nasio (2001) discorre sobre o processo de escritura de um caso clínico. Segundo ele, um analista necessita de duas condições mínimas para transformar uma experiência singular em um documento

¹¹ Freud foi o quarto ganhador do Prêmio, concedido anualmente a alguma personalidade cuja obra pudesse ser dedicada à memória de Goethe por sua capacidade criadora. Um poeta, um músico e médico missionário e um escritor filósofo antecederam Freud, respectivamente, nessa honraria. O Prêmio deveria ser entregue em Frankfurt, na casa onde Goethe nasceu, após discurso do agraciado, relatando sua relação com a obra do escritor, mas o estado de saúde de Freud não permitiu a ele participar da cerimônia, sendo o discurso preparado para a ocasião lido por sua filha Anna.

a ser compartilhado com os demais estudiosos e pesquisadores psicanalíticos. A primeira refere-se à capacidade de o analista ser receptivo e de se surpreender, o que, segundo Nasio, depende de uma sólida formação teórica. Para a segunda condição, o autor entende ser necessário que o terapeuta estabeleça e guarde, no pré-consciente, o que ele chama de ‘esquema da análise’.

‘Esquema da análise’ é, para Nasio (2001), um conjunto de hipóteses tecidas pelo analista a respeito da problemática do paciente. O ‘esquema’ dá-se a partir do entendimento dos conflitos pulsionais do analisante, o que redundará na singularização da escuta pré-consciente, na qual o analista reconstrói as principais fantasias subjacentes aos sintomas analisados. Será através do ‘esquema da análise’, na qualidade de uma construção, que o analista poderá fantasiar o inconsciente do paciente durante a escuta, antes da interpretação. Esse momento fecundo é visto pelo autor como prenhe e capaz de impeli-lo a escrever um caso clínico.

O significante prenhe é recorrente na obra de Nasio. No livro “O Olhar em Psicanálise”, o autor afirma que o termo prenhe vem da teoria da forma em fenomenologia ou das teorias das catástrofes, uma teoria matemático-físico-algébrica. Nasio (1995) não toma nenhum dos sentidos anteriores, definindo uma imagem como prenhe quando “(...) uma forma imaginária – seja ela qual for – provoca o prazer de nos ajustarmos a ela e, acima de tudo, de nos reconhecemos nela. Chamamos de prenhes a todas as formas que adquirem sentido para o eu” (p. 21), ressaltando-se que, em psicanálise, o sentido resume-se ao sentido sexual.

Aqui, reúnem-se dois aspectos: o ‘esquema da análise’ forjado pelo saber consciente e a ‘fantasia imajada’ possível graças ao inconsciente do analista. Para Nasio (2001), “(...) a fantasia imajada é a emergência, no analista, do recalcado do paciente” (p. 19). Para concluir, o autor define o porquê da escritura de um caso clínico:

Primeiro, por necessidade, a necessidade irresistível de escrever, para temperar a intensidade de uma escuta que se transforma em olhar. Depois, por desejo, o desejo de dar um testemunho da vivacidade de nossa atividade analítica. E por último, também escrevemos levados pela certeza de pertencer à comunidade psicanalítica, por sua vez nascida da formalização de uma experiência primordial – a de Freud – e consolidada, há um século, pelos inúmeros escritos nascidos da prática de várias gerações de psicanalistas (pp. 21-22).

Como último elemento, Nasio (2001) refere-se ao sigilo quanto à identidade do paciente. Para ele, duas regras devem ser respeitadas: em primeiro lugar, deve-se mascarar todos os dados que possam identificar o analisante e; em segundo, de que o ‘caso’ seja lido pelo paciente, o qual deverá consentir a sua comunicação e publicação. O autor lembra ainda que tal recurso deve ser feito após o término da análise, a fim de que não haja perturbações no curso do tratamento.

A necessidade de modificar os dados para que a identidade do paciente seja preservada também recebeu a atenção e a crítica de Freud (McGuire, 1993), que, na carta de 30 de junho de 1909 a Jung (carta 149F), ao comentar o caso de o “Homem dos Ratos”, se queixa de ter de modificar as grandes obras criadas pela natureza, dificultando a tarefa de descrever uma análise. Um comentário similar foi feito ao pastor Pfister, em uma carta um ano depois, datada de cinco de junho de 1910:

Acho, portanto, que a análise sofre do mal hereditário da – virtude. Ela é a obra de um homem decente demais, que também se sabe comprometido com a discrição. Acontece que estas questões psicanalíticas somente são compreensíveis numa certa totalidade e minuciosidade, assim como a própria análise só anda quando o paciente desce das abstrações substitutivas para os pequenos detalhes. A discrição é, portanto, incompatível com uma boa configuração de uma análise. A gente precisa tornar-se um mau sujeito, jogar-se fora, abandonar, trair, comportar-se como o artista que compra tintas com o dinheiro do orçamento doméstico da esposa, ou aquece o ambiente para a modelo queimando os móveis da casa. Sem tal dose de criminalidade, não há produção correta (Freud e Meng, 1998, pp. 53-54).

Nesse breve comentário, podemos entrever um aspecto relacionado à própria técnica psicanalítica e que também foi alvo da especulação freudiana: a atenção ao detalhe. Em 1913, Freud (1914/1975) escreve anonimamente para a revista *Imago* o artigo “O Moisés de Michelangelo”, assinando como ‘de***’, embora já o tivesse planejado desde 1912. Segundo a breve introdução, Freud visitou a estátua em setembro de 1901 – no quarto dia de sua primeira visita a Roma – tornando a visitá-la em outras ocasiões.

Em uma nota de rodapé associada ao título, os editores afirmam que aceitaram a publicação do artigo, visto que o autor era pessoa conhecida do círculo psicanalítico, cuja maneira de pensar se aproximava da metodologia da

psicanálise, embora tal trabalho não estivesse conforme as normas para a publicação na Revista. A real autoria desse artigo só foi revelada em 1924.

De início, Freud (1914/1975) afirma, de forma anônima, não ser um conhecedor de arte, embora fosse atraído por ela independentemente dos aspectos formais e técnicos. Dentre as artes, o autor confessa dar maior atenção à literatura e à escultura, exercendo menor influência sobre ele a pintura. Afora isso, a música não exerceu maior influência sobre Freud.

Isto posto, Freud (1914/1975) declara não se permitir sentir sem que seu lado racional explique o porquê dos sentimentos nele despertados. Assim, sua tarefa diante da grande obra de Michelangelo é buscar transpor em palavras a intenção do artista, supondo haver uma similitude entre a atitude emocional do espectador e a força pulsional (*Triebkraft*) que concorre na criação artística. Ele pergunta, então: “Mas por que a intenção do artista não pode ser descrita e concebida em palavras como qualquer outro fato da vida anímica?”¹² [a tradução é minha] (Freud, 1914/1975, p. 198). Para a concretização, e acreditando que fosse a psicanálise a única capaz de dar conta da tarefa de transpor em palavras a intenção do artista, Freud intenta uma interpretação (*Deutung*) da obra, ou seja, a descoberta de seu significado e de seu conteúdo. Como exemplo, ele cita a tragédia “Hamlet”, de Shakespeare, a qual parece ter seu efeito misterioso revelado somente após as contribuições psicanalíticas sobre o Complexo de Édipo.

Essa outra obra a merecer a atenção do pai da psicanálise, a estátua de Moisés, foi esculpida em mármore por Michelangelo. Ela se encontra em Roma, na Igreja de São Pietro in Vincoli. Possivelmente feita entre os anos 1512 e 1516, essa estátua constitui apenas um fragmento da tumba que seria erguida ao Papa Júlio II e representa Moisés segurando as tábuas dos 10 mandamentos.

É nas dúvidas suscitadas pela figura de Moisés que Freud (1914/1975) julga estar oculto tudo o que há de essencial e importante para a compreensão dessa obra de arte. A partir daí, Freud descreve a escultura desse Moisés com cabeça de Pan. Para ele, aquilo que não foi compreendido deu margem a percepções e interpretações inexatas, principalmente no tocante à posição do braço direito, que

¹² *Aber warum soll die Absicht des Künstlers nicht angebbbar und in Worte zu fassen sein wie irgendeine andere Tatsache des seelischen Lebens?*

repousa sobre as tábuas da lei, assim como em relação à mão esquerda, que prende a barba ao corpo. Mais indefinida ainda é a fisionomia de Moisés, a qual sugere, dependendo do crítico de arte, tanto ira e dor quanto a grandeza do espírito de Moisés ou mesmo a total falta de significado da figura.

Outro ponto é relativo a que aspecto da vida de Moisés Michelangelo teria imortalizado nessa obra. Seria uma visão do caráter de líder religioso ou de algum momento específico da sua trajetória? Muitos críticos apontam o momento histórico da descida do Monte Sinai, após ter recebido de Deus as Tábuas da Lei. Nesse caso, a estátua representaria o instante anterior ao que Moisés arremessa as Tábuas ao chão, ante o fato de seu povo infiel adorar o Bezerro de Ouro. De modo geral, a figura mostra Moisés pronto para se levantar e agir.

Freud (1914/1975) lembra que a estátua em questão deveria figurar entre outras cinco igualmente representadas sentadas, como tipos diferentes de modelos do caráter humano – *vita activa* e *vita contemplativa* –, excluindo a intenção de representação de um momento histórico particular. Um esboço posterior mostra que Moisés deveria ser acompanhado de apenas mais três figuras. Destarte, a estátua de Moisés figuraria ao lado da escultura de Paulo. Outro par a representar a *vita activa* e a *vita contemplativa*, Lia e Raquel, acabou por ser executado de pé e até hoje permanece inacabado.

A conclusão a que chega Freud (1914/1975), em consonância com um dos autores por ele citado, é a de que Moisés representa um específico tipo de caráter, qual seja, a de um apaixonado líder da humanidade diante da resistência incompreensiva dos homens. Assim, a figura representa o conflito de emoções dando vida também às próprias experiências internas de Michelangelo, bem como da personalidade do Papa Júlio II. Freud busca compreender a báscula representada pelo ardor interno e a aparente tranqüilidade externa da postura de Moisés.

No segundo capítulo desse artigo, Freud (1914/1975) lembra a importância de Ivan Lermolieff, um conhecedor de arte russo que revolucionou o mundo da arte através de sua técnica inovadora de reconhecimento da autenticidade de uma obra. Segundo esse conhecedor, que, na verdade, era um médico italiano de nome Morelli, a distinção entre o original e as cópias deveria ser buscada não no aspecto geral da obra de arte, mas nos detalhes de menor importância, como, por exemplo, na representação das unhas e dos lóbulos da

orelha. Para Freud, a técnica desenvolvida por Lermolieff-Morelli guarda semelhanças com a técnica psicanalítica. Quanto a esse método, Freud é muito incisivo:

“Creio que este método é parente próximo da técnica da psicanálise médica, a qual também está habituada a adivinhar o latente e o oculto a partir dos traços [Zügen] menosprezados ou não considerados, do resíduo – do lixo – da observação”¹³ [a tradução é minha] (p. 207).

Utilizando-se do estudo dos detalhes da obra, Freud (1914/1975) debruça-se sobre dois aspectos insuficientemente explicados pelos críticos de arte, quais sejam, a postura da mão direita e a posição das Tábuas da Lei. Ele tece minucioso comentário sobre a maneira estranha com que Moisés segura sua longa barba e também conclui que as Tábuas da Lei, a despeito de serem objetos sacros, foram concebidas de cabeça para baixo e ligeiramente apoiadas sobre uma quina. Então, isso leva Freud a pensar que a figura dá idéia de continuidade de um movimento já executado anteriormente e não o instante anterior a um acesso de fúria. Assim, Moisés teria dominado seu impulso, ao se lembrar da importância de sua missão. A figura guarda a representação de três divisões de camadas distintas à medida que a olhamos de cima para baixo: o rosto faz menção aos afetos que foram dominados; no meio da figura, encontram-se os evidentes traços (*Zeichen*) do movimento reprimido (*unterdrückten Bewegung*); e o pé ainda se mostra na posição da ação pretendida. Por outro lado, a posição do braço esquerdo, a repousar a mão suavemente, ao mesmo tempo em que acaricia delicadamente a barba, não fora ainda explicada.

Segundo Freud (1914/1975), a mudança na concepção desse Moisés, o qual mostra um homem a reter sua crise de ira, pode ser considerada uma blasfêmia, a despeito do que é descrito nas Sagradas Escrituras, o que corrobora a hipótese de que Michelangelo não tinha a intenção de retratar um momento histórico específico, mas a de mostrar a capacidade de Moisés de se defender dos círculos inferiores da própria paixão em função das exigências de sua missão.

As explicações para as modificações na representação da figura de Moisés estariam, segundo alguns críticos lidos por Freud (1914/1975), no próprio caráter

¹³ *Ich glaube, sein Verfahren ist mit der Technik der ärztlichen Psychoanalyse nahe verwandt. Auch diese ist gewöhnt, aus geringgeschätzten oder nicht beachteten Zügen, aus dem Abhub – dem ‘refuse’ – der Beobachtung, Geheimes und Verborgenes zu erraten.*

de líder do Papa Júlio II e no comportamento deste em relação a Michelangelo. Para Freud, a escultura reflete um misto de censura ao pontífice, por sua tentativa de realizar sozinho o que custaria o tempo de mais de uma vida e, por outro lado, uma advertência a si próprio. Michelangelo e o Papa Júlio II eram homens de grandes objetivos.

Por fim, Freud (1914/1975) encontra, em um trabalho de Lloyd, os mesmos resultados a que chegou antes de ler sua pequena obra. Como ele, Freud também acredita que a postura de Moisés só pode ser explicada como consequência de um ímpeto anterior, embora Lloyd não utilize o exame dos pormenores dissonantes para a sua interpretação. Para Freud, Michelangelo foi ao limite de sua possibilidade de expressão, considerando que seu intuito fosse o de fazer adivinhar a violenta tempestade de excitação no decurso do retorno à tranqüilidade.

Novamente, vemos a importância dada aos traços (*Zügen*) pelo método psicanalítico. Seguir as possibilidades sugeridas por eles, como no bonito artigo freudiano acima citado, é optar por um distanciamento em relação à metáfora que faz uma aproximação da técnica psicanalítica com o trabalho arqueológico. Aqui, cabe fazer uma distinção entre o ‘detalhe’ e o ‘fragmento’.

A própria escultura de Moisés figura como um fragmento da monumental tumba de Júlio II. Na metáfora arqueológica freudiana, esse fragmento faz alusão ao todo da peça ou a sua ruína, pois é, a partir dele, que se pode inferir, respectivamente para a arqueologia e para a psicanálise, o complexo arquitetônico e o complexo inconsciente. Todavia a utilização dos detalhes dispensa a presença de todos os elementos ou mesmo a referência a uma idéia de todo. Segundo o que proponho para esta Tese, a visibilidade do traço mostra-se no detalhe. Dito de outra forma, o detalhe revela o traço.

Proponho analisar o todo da obra arquitetônica, incluindo-se aí as esculturas planejadas e que nunca foram realizadas, em relação ao conjunto de traços (*Spuren*) constituintes quando comparados à formação do aparelho anímico. Destarte, esses traços estariam aí determinados, ainda que jamais tenham sido conhecidos – dados a ver –, permanecendo irrecuperáveis tais quais os traços de uma impressão. Todavia será através do detalhe mais anódino que teremos acesso a esse traço (*Zug*) capaz de ressignificar a obra. Esse traço, em

sua qualidade de *Zug*, que, ao contrário dos *Spuren*, já guarda em si uma relação significativa com a obra.

Freud (1914/1975) parte do fragmento da tumba figurado por Moisés, mas é no detalhe desse fragmento que o psicanalista apoiará suas especulações. Pode-se dizer que o detalhe toma corpo e ganha *status* de totalidade em si. Diferentemente do fragmento, o qual estará sempre em relação ao todo irrecuperável, o detalhe dispensa o todo, ou melhor, destaca-se dele como elemento dissonante, mas significativa, prontamente oferecido às construções.

O. Mannoni (1994) afirma que o artigo “O Moisés de Michelangelo” se trata de um auto-retrato muito sincero de Freud, na medida em que foi escrito de forma anônima. O autor salienta que Freud se via na mesma posição de Moisés – figura que, aliás, o fascinava –, ao enfrentar as divergências de opinião e as ameaças de dissidências no seio do movimento psicanalítico. As Tábuas da Lei, nesse caso, simbolizam as difíceis decisões buscadas por Freud.

Para O. Mannoni (1994), Freud não se analisou perante essa escultura da mesma forma como fez com a obra “Édipo Rei”, de Sófocles. O autor observa que aquilo que foi revelado por Freud é da ordem da resistência, concluindo que a crítica de arte, assim como a própria arte, pode servir às nossas resistências.

Quanto a esse artigo freudiano, observa-se que Freud só fala em nome próprio no ‘*Postscript*’. Pode-se dizer, então, que Freud (1914/1975) faz uma alegoria, na qual ‘de***’-Freud descreve um fragmento – Moisés, em relação à tumba de Júlio II – para destacar e interpretar os detalhes dissonantes da figura, utilizando-se da técnica de Lermolieff-Morelli sobre o reconhecimento da originalidade de uma obra de arte.

Desse mesmo trabalho freudiano, Willemart (2005) faz a seguinte crítica: de que a função do artista não é a de expressar seu inconsciente – como imaginou Freud em relação a Michelangelo –, ainda que as obras de arte toquem em sua vida psíquica. Para o autor, o inconsciente do artista é inacessível sem suas próprias associações no divã, e, assim, não é possível descrever o inconsciente do outro. Todavia teorizações e detecções de efeitos do inconsciente na obra são possíveis.

Willemart (2005) compara o trabalho de criação artística com a associação livre no divã. O projeto inicial é abandonado, se o artista se deixar levar durante o processo de concepção de sua obra. Destarte, tal qual ocorre no processo analítico

a partir do discurso do analisante, no processo de criação artística há um remanejamento do inconsciente à revelia do artista.

O que Willemart (2005) parece negar é o sentido de construção trazido por Freud (1914/1975). O próprio artigo freudiano faz referências às contribuições de diversos autores que buscaram uma interpretação dessa escultura de Michelangelo. Calcado nessas diferentes versões, Freud oferece a sua visão, a qual, como mostrado por O. Mannoni (1994), não deixa de refletir um misto do caráter de Moisés e de Freud.

Retomando a questão do sigilo anteriormente indicada, Freud (1905/1972) já se preocupava com a possibilidade de os dados revelarem a identidade do paciente. Essa foi a causa de ter esperado por cinco anos até a publicação de “Fragmento da Análise de um Caso de Histeria”, conhecido como “caso Dora”, retirado do tratamento da jovem Ida Bauer, realizado entre 14 de outubro e 31 de dezembro de 1900 (Flem, 1988).

Nas “Notas Preliminares” desse artigo, Freud (1905/1972) faz importantes afirmações sobre a apresentação da história de um caso clínico. Em primeiro lugar, ele se diz embaraçado com o fato de publicar o resultado de suas investigações, sem que outros pesquisadores pudessem verificar a natureza surpreendente de seus achados. Na seqüência, afirma ter sido acusado de não dar informações sobre seus pacientes e, agora, encontra-se na iminência de ser acusado por revelá-las em demasia.

Freud (1905/1972) assevera que a apresentação de seus casos clínicos é um problema de difícil solução para ele próprio. Tais causas são, por um lado, atribuídas à natureza técnica e, de outro, às próprias circunstâncias. Ressalta, então, que as causas das perturbações histéricas devem ser buscadas na particularidade da vida psicosssexual dos pacientes, assim como os sintomas são a expressão de desejos inconscientes, e que a apresentação completa da resolução de um caso pode implicar a revelação dessas particularidades.

Os psicanalistas não podem esperar que os pacientes derrubem as resistências que dificultam a revelação de determinados dados, segundo Freud (1905/1972), se souberem que tais dados possam ter uma finalidade científica, bem como se torna inútil pedir a autorização do paciente para a publicação de sua história clínica. Para o autor, o psicanalista assume deveres também em relação à ciência, além dos deveres para com o paciente. Freud vê, no compromisso com a

ciência e com todos aqueles que sofrem ou sofrerão de determinado mal, as razões para a publicação do que averiguou sobre as causas e a estrutura da histeria. Ressalta, outrossim, ter tomado todas as precauções para evitar qualquer dano a sua paciente.

Além de ter modificado deliberadamente tudo o que pudesse identificar a paciente em questão, como, por exemplo, os nomes das personagens envolvidas, Freud (1905/1972) teve o cuidado de fazer publicar esse artigo em uma revista científica, o que significa restringi-lo ao círculo dos estudiosos. No entanto, ele entende que, caso a história clínica de Dora caia nas mãos de Ida Bauer, ela não encontrará nada que não seja de seu conhecimento e, ainda, apenas ela poderá se reconhecer nesse relato. Freud garante modificar qualquer elemento que permita a leitura de uma história clínica como um *roman à clef*¹⁴, mas garante que as questões sexuais sejam discutidas com total franqueza, chamando os órgãos e as funções sexuais pelos nomes apropriados.

Freud (1905/1972) especifica as dificuldades técnicas encontradas na elaboração do “caso Dora”. A primeira delas refere-se à dificuldade no registro escrito do material, durante as sessões com vistas à publicação do caso clínico, pois a tarefa, além de abalar a confiança do paciente e de dificultar o seu processo de associação, torna-se difícil quando o analista atende de seis a oito pacientes por dia. A história clínica foi escrita de memória, depois de terminado o tratamento e com interesse na publicação.

No caso específico dessa história clínica, o tratamento não durou mais do que três meses e se desenrolou em torno do trabalho com dois sonhos. As alterações feitas por Freud (1905/1972) não são significativas e falam a favor de um ordenamento com o intuito de melhor apresentar o caso. Quanto a esse aspecto, creio que não se pode dispensar uma certa narratividade ou, se preferirem, uma apresentação fenomenológica do desencadeamento da doença e de seu tratamento. A questão da construção em relação à apresentação dos dados também está presente nestas notas preliminares, sem que ele utilize essa denominação:

¹⁴ Diz-se da obra literária cujas personagens e situações, tomadas à vida real, podem ser identificadas (Ferreira, 1999).

Em face da imperfeição de meus resultados analíticos, não me restou senão seguir o exemplo daqueles descobridores cuja boa fortuna é trazer à luz do dia, após longo sepultamento, as inestimáveis embora mutiladas relíquias da antiguidade. Restaurei o que faltava, valendo-me dos melhores modelos obtidos por mim de outras análises; mas, como um arqueólogo consciencioso, não deixei de mencionar em cada caso o ponto onde terminam as partes autênticas e começa meu trabalho de restauração (p. 10).

Além da analogia de seu trabalho com o de um arqueólogo, Freud (1905/1972) comenta uma imperfeição de seu trabalho, ou seja, não reproduziu todo o processo de interpretação a que as associações da paciente foram submetidas, detendo-se apenas nos resultados desse processo. Também destaca que não se deve ter expectativas de que todas as questões relativas à histeria sejam respondidas com esse caso, pois não se pode esperar de um único caso mais do que ele efetivamente pode oferecer.

Algum dos pontos tratados nessas notas preliminares são novamente e melhor esclarecidos no artigo “Conselhos ao Médico no Tratamento Psicanalítico”. Pare efeito desta Tese, só abordarei aqueles que tiverem ligação com o recolhimento de material clínico e com a apresentação científica dos mesmos.

Como primeira recomendação, Freud (1912/1975) aconselha que o analista não se preocupe em memorizar todos os dados trazidos pelo paciente, apoiando-se na atenção uniformemente suspensa ou equiiflutuante, a fim de não dar maior ênfase sobre algum material em detrimento de outro. Muitas das coisas escutadas em análise só terão sentido em um momento ulterior, por isso não se deve desprezar os dados aparentemente sem sentido.

A segunda recomendação fica por conta da impressão desfavorável no paciente ao se tomar notas durante as sessões, as quais devem ser evitadas. Freud (1912/1975) também lembra que tal expediente implica seleção do material, o que deve ser evitado numa análise. Exceções a essa regra ficam por conta de datas, texto de sonhos ou fatos literalmente dignos de nota para fins científicos. Mesmo assim, o pai da psicanálise afirma guardar tais dados de memória, transcrevendo-os somente à noite, após ter encerrado os atendimentos.

Ainda sobre a tomada de notas durante a sessão com o intuito de publicar um caso, Freud (1912/1975) ressalta que relatórios minuciosos de análises são de pouco valor, já que a exatidão ostensiva, além de enfadonha para o leitor, não

substituí sua presença numa análise. Hoje, podemos acrescentar que a utilização de outros meios de registro audiovisual – tão freqüentes nas pesquisas atuais – também não captaria os processos realmente em jogo em uma análise, deslocando-se para a ordem escópica o que é da ordem da escuta significativa. Quanto a isso, basta que retomemos o parágrafo acima, para verificarmos que Freud fala no registro do texto de um sonho, não de suas imagens.

Em seguida, Freud (1912/1975) afirma que pesquisa e tratamento são coincidentes, mas até certo ponto, pois analisar com o intuito de publicar a história clínica pode comprometer a escuta do analista em favor do lado pesquisador. Os melhores casos, segundo o autor, são aqueles retirados de tratamentos desenvolvidos sem a intenção de uma apresentação científica, aconselhando os analistas a submeterem o material clínico obtido em um tratamento a uma visão sintética somente depois de concluída a análise.

Quanto ao enlace entre a clínica e a pesquisa psicanalítica, A. Figueiredo e colaboradores (2001) são enfáticos:

A proposta de *Pesquisa Clínica em Psicanálise* é a de construir um saber que não seja apenas *sobre* a psicanálise em seus fundamentos teóricos, e sim *a partir* da clínica psicanalítica, na medida em que esta opera na instituição universitária e no campo da saúde mental. A própria junção entre teoria e prática só pode ser realizada no exercício permanente da clínica, onde os pressupostos teóricos que a fundamentam podem ser postos à prova [grifo dos autores] (p. 12).

Os mesmos autores chamam atenção para o fato de que, embora pesquisa e clínica estejam ligadas, não há uma garantia, *a priori*, de que as duas possam ocorrer. O que a experiência mostra é que há uma certa dissimetria entre os dois aspectos, ou seja, pesquisa e clínica não coincidem de forma absoluta, o que coloca o psicanalista-pesquisador em uma situação de tensão em sua escuta analítica.

Destarte, ainda que a pesquisa psicanalítica universitária disponha, em alguns casos, de um ambulatório ou de uma enfermaria, como previu Freud (1919/1976) em “Sobre o Ensino da Psicanálise nas Universidades”, isso não garante a realização de uma pesquisa psicanalítica. Entendo que a pesquisa psicanalítica universitária é aquela que recebe a chancela da universidade, independentemente do local onde se encontra a clínica do pesquisador. Isso quer dizer que o apoio material à pesquisa pode ser buscado nos hospitais, nas clínicas

e nos ambulatórios públicos e, ainda, na clínica privada do psicanalista. O que está em jogo é a apresentação dos achados de pesquisa através da estrutura universitária.

Deixando essa digressão de lado, é interessante observar que, após toda a teorização oferecida por Nasio, principalmente quanto à questão do caso metapsicológico como ficção e do papel do inconsciente do analista na produção da escritura de um caso metapsicológico, o autor mantém-se preso ao sigilo como se, de fato, o relato de um caso pertencesse ao paciente como um elemento de sua história de vida. Então, um caso clínico descrito por Nasio será mesmo uma ficção?

Em seu livro “Metapsicologia Freudiana: Uma Introdução”, Assoun (1996) dedica um capítulo inteiro ao problema da ficção em psicanálise. Ele situa, primeiramente, a ficção no sentido de uma representação (*Darstellung*), ou seja, como um saber sobre a coisa. Admitindo, de saída, que o conceito metapsicológico é do gênero da ficção, pergunta-se sobre que gênero de racionalidade seria esse. Como resposta, situa a ficção exatamente como produto de um ficcionamento, qual seja, o *Phantasieren* metapsicológico. As modalidades que exigem sua produção e os fins que a legitimam demarcam a especificidade da ficção.

Ao buscar socorro no vocabulário de filosofia estabelecido por Lalande (1999), Assoun (1996) depara-se com uma primeira definição. A ficção “(...) não é simplesmente o ‘não-verdadeiro’, semblante ou aparência, mas um *constructo* portador de virtualidades de conhecimentos [grifos do autor]” (p. 57). Por sabermos que determinada construção não corresponde à realidade, espera-se tirar disso proveito pela estratégia epistêmica deliberada de uma indiferença metodológica pela realidade objetiva, sem a qual o efeito desejado seria impossível. Assim, a ficção é determinada, desde o seu conteúdo, por um certo grau de incerteza, o qual permite considerá-la como tendo valor de verdade.

Para Assoun (1996), Freud busca se emancipar dos debates epistêmicos formais pelas características singulares de seu objeto, fugindo tanto do positivismo, que exige um conhecimento fundado na experiência, quanto do pragmatismo, que busca a validação a partir dos efeitos produzidos. Sua postura acaba por ser, ao mesmo tempo, pragmática e rigorosa.

A primeira e mais importante ficção metapsicológica é a concepção tópica do aparelho psíquico como um instrumento composto de elementos (instâncias) e sistemas dispostos numa espacialidade que seria a de um realismo funcional. Freud não se detém na materialidade do aparelho psíquico, pois essa materialidade é da ordem de uma representação ou, melhor dizendo, de uma representação auxiliar (*Hilfsvorstellung*). Para Assoun (1996), Freud rejeita a filosofia do ‘*Als ob*’ (como se) de Vaihinger, por tentar sustentar sua metáfora espacial, no caso do aparelho psíquico, ainda que, provisoriamente, num substrato que a adesão ao *Als ob* faz desaparecer, na medida em que ela é pensada para funcionar e ordenar.

No artigo “Construções em Análise”, Freud (1937/1975) reencontra-se com a questão da ficção. O analista mostra-se ativo no processo de construção, sendo possível considerar essa construção como uma forma adequada de ficção. Adequada, porque esse trabalho é subordinado à lógica de seu objeto, o qual teria um estatuto de realidade em sua origem. Assoun conclui seu capítulo afirmando que:

Tudo se passa como se Freud reencontrasse, *in fine*, a questão mesma que se colocava, na origem da psicanálise, quanto à “cena originária”: “verdade” ou “ficção investida de afeto” (“*die mit Affekt besetzte Fiktion*”)? A hesitação primitiva, todavia, encontrou aqui seu estatuto de ambigüidade, de certa forma estrutural, do saber metapsicológico: descoberta de que o próprio *sujeito* do sintoma é *estruturado como um “como se”*, que nada mais é que sua realidade psíquica [grifos do autor] (p.71).

Em seu trabalho intitulado “O Aturdido”, Lacan (2003) cria o conceito de “fixão” (*fixion*) para dar conta do que, para além das ficções do mundo, seria o impossível que fixa o real pela estrutura da linguagem. O trabalho psicanalítico consiste, então, em buscar, no discurso, o Real posto em jogo, desfazendo-se dos mitos e fantasmas freqüentemente utilizados. A fixão do Real é o que dará as possíveis modulações da ficção. Assim, o trabalho de análise partiria de uma verdade dita ficcional em direção a um ponto de certeza, o qual também revelaria a fixação do gozo, o sentido do gozo, na estrutura do paciente.

1.7 – O dispositivo Traço do Caso

Cada um desses elementos vale como a singularidade de uma diferenciação que se conseguiu estabelecer; já o disseram: “Deus está no detalhe”.

(Allouch, 1995)

O dispositivo ‘Traço do Caso’ foi desenvolvido por Dumézil (1989) a partir desse significante um pouco enigmático e utilizado uma única vez por Lacan, mas que pode ser encontrado na quarta capa da primeira edição da revista *Scilicet* de número 1, de 1968. As demais edições não trouxeram mais o texto de apresentação no qual Lacan justificava o princípio do texto não assinado pelos seus respectivos autores naquela publicação. Tal princípio visava dar mais segurança para evocar o aspecto pessoal na prática clínica e, especialmente, o traço do caso. Diante da possibilidade de algum analisante ser reconhecido pelos demais em algum caso exposto por seu respectivo analista, na revista, Lacan opta por uma publicação na qual todos os textos sejam assinados em seu nome. Quanto a isso, Lacan (1968/2003) diz, textualmente:

(...) refiro-me a nós, os psicanalistas –, para que nenhum tenha visto a solução do problema permanente que suspende nossa pluma: o da mínima alusão que nos ocorre fazer referência a um caso? Referência, como se sabe, sempre passível de ser denunciadora, por não sustentar um desvio tão comum que não se apóie no traço mais particular. Ora, o que cria obstáculo aqui não é tanto que o sujeito se reconheça no texto, mas que outros o situem através do seu psicanalista (p. 290).

Melman (2006) sugere outra explicação para esse princípio. Para ele, o objetivo da publicação de texto não assinado, bem ao estilo Bourbaki¹⁵, era de que a autoria – de quem quer que fosse – estivesse excluída. Destarte, o sujeito não era o autor e estava fora dessa lógica matemática para a qual o que lança as bases, o que funda o sistema, é considerado um elemento externo a esse sistema.

Retomando, é preciso esclarecer que, tanto em francês quanto em alemão (incluindo o inglês), há termos distintos para ‘traço’, o que não ocorre na língua luso-brasileira. O seminário organizado por Dumézil (1989) trata do traço, que,

¹⁵ A partir de 1939, um grupo fundado por ex-alunos da Escola Normal Superior publica os “Elementos Matemáticos”, de acordo com uma ordem lógica e com terminologia precisa, sob o pseudônimo de Nicolas Bourbaki.

em francês, se chama *trait* e, em alemão, *Zug*. É verdade que também encontramos o verbete *trace* na língua francesa, assim como *Strich* e *Spur* em alemão, os quais também são vertidos para o português como ‘traço’.

Para efeito desta Tese, tomo *trait* e *Zug* como traço, característica, sinal ou marca. Nessa acepção, o traço é o representante de um objeto e pode ser observado nos demais traços (*traces*); é estilo e ética e também é usado para designar traço de personalidade ou caráter. Ele é o que uma vez deflagrado não pode não acontecer. Por outro lado, tomo *trace* como traço, vestígio, pista ou rastro. Nessa acepção, traço significa algo produzido no ambiente que denuncia a presença anterior de alguém, e temos, na escritura, um bom exemplo dele. Nas palavras de Lacan (1999):

Um traço é uma marca, não é um significante. A gente sente, no entanto, que pode haver uma relação entre os dois, e, na verdade, o que chamamos de material significante sempre participa um pouco do caráter evanescente do traço. Essa até parece ser uma das condições de existência do material significante. No entanto, não é um significante (p. 355).

Lacan (1999) dá como exemplo a pegada de Sexta-feira encontrada por Robinson Crusoe. Para o autor, ela não se trata de um significante. Todavia, se o naufrago apagar essa pegada – esse traço –, estará introduzindo a dimensão significante com esse ato de apagamento, por atestar uma presença passada. O autor chama atenção para o fato de que, após o apagamento, o que resta é o próprio lugar onde foi apagado, e é esse lugar que sustenta a transmissão.

Para Dumézil (1989), a polissemia da palavra ‘traço’, principalmente quando associada ao termo ‘caso’, torna operatória essa montagem significante por sua própria equivocidade. O autor vai mais longe, ao afirmar que o caso não é o analisante, não é o tratamento, não é nem a observação, nem a anamnese, e nem mesmo o analista. O caso é um pouco de cada uma dessas coisas.

Esta expressão, introduzida por Lacan (1968/2003), foi tomada por Dumézil (1989) no sentido de propô-la como um dispositivo e como uma ficção operatória, com o intuito de apoiar o curso da experiência e da reflexão teórica. Quanto a sua face de dispositivo, ainda que receba a mesma designação dada ao enquadre que delimita o espaço analítico ou o que é comumente chamado de contrato, não tem a conotação de alguma obrigação. No funcionamento do dispositivo ‘Traço do Caso’, o autor destaca duas particularidades: a primeira

delas é não consignar, aos participantes, um lugar determinado, particularmente, em relação ao Sujeito suposto Saber; a segunda é permitir ao analista que fala de um tratamento operar uma passagem do privado para o público, a qual acarreta uma parcela de gozo.

O segundo elemento do funcionamento é como uma ficção operatória. Essa ficção corresponde, para Dumézil (1989), a uma “extensão simbólica”, ou seja, a um procedimento que consiste em supor um fato ou uma situação diferente da realidade pela dedução das conseqüências. Podemos ainda dizer que o ‘Traço do Caso’ como ficção é uma convenção destinada a fazer existir um ser abstrato e a permitir, dessa forma, um certo número de operações, assim como, por exemplo, os números negativos e infinitos são ficções matemáticas. Também observamos o uso desse recurso em áreas como o direito. Nela, a pessoa moral aparece como ficção jurídica, facilitando o estabelecimento de princípios. Na psicanálise, a regra fundamental também opera como uma ficção no tratamento.

É nessa perspectiva do ‘Traço do Caso’ que o analista realiza o procedimento de expor certos momentos privilegiados de um tratamento, colocando em jogo um deslocamento de sua própria posição enunciativa e fazendo-as nesse espaço que possibilita aparecer isso que é capaz de fazer traço com momentos relativos do tratamento. Ele também permite uma modificação dessa posição enunciativa pelo levantamento de uma censura ou pelo recalçamento de uma palavra ou de uma formação inconsciente. O ‘Traço do Caso’ será isso que faz laço ou corte entre a história do sujeito e as estruturas em causa no tratamento, funcionando como uma perspectivação desse laço e poderá ser definido como qualquer coisa de temporariamente operatória entre o desejo do paciente e o desejo do analista.

Se o controle se endereça aos analistas iniciantes ou aos analistas que encontram dificuldades com pacientes em tratamento, explorando toda a dinâmica de um tratamento em curso, bem como a análise do espaço transferencial, o ‘Traço do Caso’ corresponde melhor a um trabalho realizado *a posteriori* (*après-coup*), através da relação entre diferentes momentos do tratamento ou entre vários tratamentos, funcionando para além do tempo de controle (supervisão). O ‘Traço do Caso’ será um dos meios de elaborar no *après-coup* desse tempo, no qual o analista encontra a certeza de seu ato, a partir da elaboração de um saber inconsciente.

A apresentação escrita de um caso metapsicológico corresponderia, assim, à escritura do traço, permitindo sua circulação na comunidade de pesquisadores, sem o risco de tornar pública a identidade do paciente. O traço também remete ao conceito de traço unário, na medida em que ele é o ponto inicial de onde se produz a incidência do significante no desenvolvimento.

Podemos encontrar um exemplo de emprego do dispositivo ‘Traço do Caso’ no trabalho de um cartel organizado a partir da apresentação de pacientes realizada por Marcel Czermak e Charles Melman no Hospital Henri-Rousselle. Nesse trabalho, destaco o texto “O Traço de um Caso e a Irrupção da Transferência”, redigido por Nusinovici (1994).

Nusinovici (1994) parte da premissa, em forma interrogativa, de que, se um ‘Traço’ é o que faz a particularidade de um caso metapsicológico, o ‘Traço do Caso’ poderia dar conta da singularidade e da estrutura na qual se inscreve. A partir daí, o autor examina o caso de Olivier, extraído de uma apresentação de pacientes comandada por Melman.

Olivier, segundo Nusinovici (1994), acabara de tentar suicídio com a ingestão de uma grande quantidade de tranqüilizantes. Nada se destaca de sua fala, descrevendo uma vida de isolamento, sem grandes emoções. O caso é diagnosticado como sendo o de uma fobia. Em relação ao diagnóstico, Nusinovici (1994) refere que Melman considera a neurose como a repetição de um cenário, enquanto que a fobia, que se contrapõe àquela, é a repetição de um idêntico não constituído em cenário.

Nusinovici (1994) descreve a vida de Olivier, destacando a viagem à Índia, o contato com uma seita e a permanência na cidade comunitária dos discípulos, bem como as falas e reações dele ao longo da entrevista. O autor ressalta aspectos importantes da estrutura, os quais podem ser observados no paciente: o impasse, a impossibilidade de se decidir e a ausência total de engajamento, uma vez que ele não apresenta os clássicos sintomas fóbicos. Uma resposta reiterada destaca-se em sua fala: o “não verdadeiramente” e o “verdadeiramente não”, o que sugere extrair daí o ‘Traço do Caso’ em relação aos registros simbólico, imaginário e real.

O caso apresentado por Nusinovici (1994) é muito interessante e esclarecedor quanto a outras formas de manifestação da fobia, isto é, aquelas baseadas no diagnóstico realizado em transferência, independentemente da constelação sintomática. Para tal, o autor utiliza-se da história de vida relatada

pelo paciente, assim como de elementos recolhidos da entrevista com Melman. Embora não se atenha a uma descrição cronológica dos fatos, o recurso à narratividade não é abandonado por Nusinovici (1994). Como extrair e apresentar o ‘Traço do Caso’, sem que algo da vida do paciente seja relatado? Penso que a utilização desse dispositivo não dispensa o relato, ainda que seja breve ou superficial.

Os avanços na teoria psicanalítica podem ser apresentados de forma a dispensar o uso de um caso metapsicológico. A questão que nos é colocada é quanto à possibilidade de se apresentar um caso metapsicológico sem o recurso da narratividade ou, dito de outra forma, sem levar em conta o relato histórico que o paciente traz às consultas. Quando o objetivo do analista é a transmissão de informações, o recurso à narrativa parece facilitar a compreensão dos aspectos levantados, mostrando como se dão naqueles que buscam, ante o sofrimento, o auxílio da psicanálise. Posso dizer que a apresentação de um caso metapsicológico da forma consagrada como clássica busca, na narratividade histórica – e não necessariamente factual –, maiores elementos de convencimento.

Nesse momento, passo a desenvolver um elemento já mencionado anteriormente: o traço unário. Ao fazer referência a ele, não posso deixar de estabelecer a sua relação com o conceito de identificação. A identificação é um processo que ocorre no próprio aparelho psíquico, sendo inapreensível diretamente por nossos sentidos, isto porque, diferentemente do que pode sugerir, não é uma imitação psicológica. Freud (1933/1976) afirma, no capítulo “A Dissecção da Personalidade Psíquica” das “Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise”, publicadas em 1933, que a identificação é “(...) a ação de assemelhar um ego [Eu] a outro ego [Eu], em consequência do que o primeiro ego [Eu] se comporta como o segundo” (p. 82). Esse processo evidentemente é inconsciente e dá-se entre o Eu e o objeto. Assim, quando alguém perde um objeto ou deve se desfazer do mesmo, pode compensar-se com a identificação ao objeto, de modo a restabelecê-lo novamente no seu Eu.

Freud (1921/1976) entende a identificação como “a mais remota expressão do laço emocional com outra pessoa” (p. 133). Um primeiro tipo de laço já é possível antes mesmo de que uma escolha sexual objetual seja feita. Nele, a identificação tem a função de moldar o próprio Eu de acordo com o aspecto do modelo. Já, no segundo caso, há duas possibilidades de identificação. Na primeira,

geralmente observada na estruturação do sintoma neurótico a partir do Complexo de Édipo, a identificação relaciona-se com o desejo hostil em relação a um dos pais – tal qual ocorre na formação dos sintomas histéricos por identificação ao objeto hostilizado. Na segunda, ela aparece no lugar da escolha objetual, e a mesma regride para a identificação a partir da identificação com o sintoma da pessoa amada. Freud nos diz: “Deve também causar-nos estranheza que em ambos os casos a identificação seja parcial e extremamente limitada, tomando emprestado apenas um traço isolado [*einzigster Zug*] da pessoa que é objeto dela” [grifo meu] (p. 135). Num terceiro e último tipo, a identificação pode surgir a partir da percepção de uma qualidade comum compartilhada com alguma pessoa que não é objeto de pulsão sexual, apenas pela possibilidade de colocar-se na mesma situação.

Para efeito desta Tese, utilizarei a compilação elaborada por Nasio (1992) sobre a identificação do Eu com um aspecto parcial do objeto. Nela, o autor enumera quatro aspectos parciais de objeto, isto é, um traço distintivo, uma imagem global, uma imagem local e uma emoção.

Nasio (1992) propõe essa divisão arbitrária da teoria freudiana para melhor aproximá-la da teoria lacaniana. Das quatro possibilidades de identificação parcial com um aspecto do objeto, levarei em consideração apenas a com o traço do objeto, que, na obra lacaniana, segundo Nasio, pode ser equiparada à identificação simbólica do sujeito com um significante.

A identificação parcial com o traço do objeto – a identificação regressiva freudiana – é, para Nasio (1992), aquela relacionada com um aspecto parcial – um traço saliente – do objeto amado, desejado e perdido. O Eu estabelece um vínculo com o objeto e, ao desligar-se dele e voltar-se para si mesmo, regride, decompondo-se nos traços simbólicos desse objeto que não mais existe. Daí por diante, o Eu pode identificar-se com o mesmo traço num segundo ou mais objetos: é a identificação com algum detalhe sempre reencontrado nas diversas ligações ao longo da vida.

Como indicado acima, Nasio (1992) faz uma correspondência entre a identificação parcial com o traço do objeto e a identificação simbólica do sujeito com um significante. O autor define o sujeito inconsciente como sendo um traço ausente de sua história, mas capaz de marcá-lo para sempre. Não devemos confundir o conceito de sujeito com o indivíduo que produz um lapso, por

exemplo. Segundo Nasio, o sujeito do inconsciente tem função semelhante a uma função matemática, estabelecendo uma correspondência entre eventos significantes ordenados em uma série virtual. O elemento distintivo comum a cada um desses acontecimentos significantes é o traço unário (*einzigster Zug*).

Por traço unário, devemos entender, inicialmente, o conceito dado por Freud (1921/1976) à identificação parcial a um traço de uma pessoa (na qualidade de objeto amado) resultante da perda desse objeto investido, como indicada acima. A partir de Freud, e apoiado na lingüística de Saussure, Lacan (1992) estabelece o traço unário como um ponto de referência ao Outro na relação narcísica.

Lacan (1992) parte da idéia de que esse traço (*einzigster Zug*) necessita ser pensado em sua utilização ulterior numa cadeia significativa para ser considerado, ele mesmo, um significante. De início, basta que o olhar do outro seja interiorizado por um signo de assentimento, colocando esse traço unário, esse termo simbólico primordial, à disposição do sujeito na continuação do jogo do espelho como núcleo do Ideal do Eu.

Em um momento mais avançado de sua obra, Lacan (1985) redefine o conceito de traço unário, como sendo o primeiro significante ao qual o sujeito poder-se-á referir e que o marca tal qual uma tatuagem. Assim, o sujeito distingue-se do signo em relação ao qual pode ser constituído enquanto sujeito. Lacan diz que:

O traço unário não está no campo primeiro da identificação narcísica, ao qual Freud relaciona a primeira forma de identificação – que, muito curiosamente aliás, ele encarna numa sorte de função, de modelo primitivo que toma o pai, anterior ao investimento libidinoso mesmo sobre a mãe – tempo mítico certamente. O traço unário, no que o sujeito a ele se agarra, está no campo do desejo, o qual só poderia de qualquer modo constituir-se no reino do significante, no nível em que há relação do sujeito ao Outro. É o campo do Outro que determina a função do traço unário, no que com ele se inaugura um tempo maior da identificação na tópica então desenvolvida por Freud – a saber, a idealização, o ideal do eu. Desse significante primeiro, eu lhes mostrei os traços no osso primitivo em que o caçador põe um entalhe e conta o número de vezes que faz mosca (p. 242).

Novamente, utilizo-me das formalizações de Nasio (1992) a respeito das categorias lacanianas da identificação. O traço unário, como já afirmei acima, aparece como elemento significativo quanto à identificação simbólica do sujeito

com um significante. Segundo o autor, pode-se usar o nome de traço pelo fato de que ele marca cada instante repetido e, de unário, por ser Um que unifica e reúne os diferentes significantes sucessivos. Assim, o sujeito do inconsciente passa a ser, ele próprio, o traço que unifica o conjunto dos significantes.

Nasio (1992) destaca uma diferença entre as concepções freudiana e lacaniana, ou seja, enquanto Freud situa o Eu no traço comum aos objetos amados e perdidos, Lacan situa o sujeito em relação ao traço comum aos significantes. O argumento lacaniano é lógico, extraindo, do conjunto formado, o traço que o unifica. Então, para Nasio:

O sujeito do inconsciente é um sujeito a menos na vida de alguém, o traço ausente, exterior a essa vida, e que no entanto a marca para sempre. Por isso a singularidade de uma vida significativa é dada por uma marca que nos parece exterior. Aí está o modo de que dispomos para existir no inconsciente: existimos como uma marca que nos singulariza e da qual, no entanto, estamos despojados (p. 115).

Como Nasio (1992) entende o traço unário na qualidade de um elemento exterior à cadeia que ele ordena, situa o conceito também nos seguintes e diferentes âmbitos teóricos: será chamado traço unário, quando for um conjunto de significantes; ideal de eu, quando for um conjunto de imagens; e, falo, quando for o conjunto dos diferentes modos que a sexualidade adota.

1.8 – Da Figuração à Transfiguração da Fantasia na Construção

Chama-me a atenção o fato de Freud (1937/1975) ter dado tanta ênfase à construção, ainda que a interpretação fosse a prima-dona desde a “Interpretação dos Sonhos” (1900). Se ele entendia a construção em um âmbito mais amplo e, mesmo, mais profundo do que a interpretação – isso em uma época na qual grande parte de sua pesquisa já estava desenvolvida –, pode fazer-nos concluir que, justamente nesse ponto, encontrara apoio para o trabalho metapsicológico.

Uma análise pessoal dá conta da singularidade de um psicopatológico sem a intenção para a singularização ficcional metapsicológica, porque a análise é balizada pelo Sujeito suposto Saber. A pesquisa psicanalítica é dependente do correlato da regra fundamental (*Grundregel*) da psicanálise, ou seja, da atenção equiflutuante (*gleichschwebende Aufmerksamkeit*) como momento do reencontro

do infantil na fala do paciente. O momento da análise é o tempo de descoberta, pelo analisante, do infantil na sua fala a partir da transferência, a qual deve ser liquidada no final da análise. Na pesquisa psicanalítica, há a operacionalização de modelos explicativos do relançamento do infantil dessas falas.

Sugiro definir a operacionalização da transferência pelo psicanalista-pesquisador como uma organização secundária a partir do que restou dessa transferência, ou seja, do desejo do analista de transformar os dados clínicos recolhidos – pelo aspecto de questionamento que estes lhe fazem – em avanços da teoria psicanalítica.

Destarte, a construção metapsicológica do caso passa a figurar como método utilizado pelo psicanalista-pesquisador para a apresentação de seus achados. O caso a ser publicado testemunha o desejo do analista, os atos analíticos, sua capacidade técnica, a sua bagagem teórica e a tentativa de levantar ou de aprofundar alguma questão metapsicológica. Nesse sentido estrito, o caso pertence ao psicanalista e mostra como o mesmo se situa no campo e na comunidade psicanalítica. Um caso metapsicológico escrito, preparado para a publicação em meios científicos especializados, não acrescenta nada ao paciente já tratado e que, eventualmente, seja alvo de algum estudo, na medida em que, na escritura desse tipo de caso, elementos de outros casos e mesmo toda a *Erfahrung* (experiência) do psicanalista estão em jogo.

O processo de detecção de elementos capazes de interessar à metapsicologia, corroborando ou fazendo avançar o arcabouço teórico, é a figuração esboçada pelo paciente em transferência, cabendo ao analista a transfiguração, a transformação em ficção daquilo que, no paciente, é da ordem do fantasiar (*Phantasieren*). Todavia, antes de continuarmos, torna-se necessário precisar esse termo.

Tomemos as observações feitas por Laplanche e Pontalis (1991) sobre o verbete ‘fantasia’ ou ‘fantasma’. Para os autores, em primeiro lugar, o termo alemão *Phantasie* designa a imaginação no sentido do mundo imaginário, de seus conteúdos e da atividade criadora própria da imaginação. Em segundo lugar, os termos ‘fantasma’ e ‘fantasmático’ acabam designando também algo que se opõe à realidade. Nessa acepção, o *Phantasieren* pode ser tomado como uma produção puramente ilusória. Todavia Freud não se deixa levar pela concepção que faz da fantasia uma recordação deformada dos acontecimentos reais ou, ao contrário,

uma tentativa de mascarar a realidade da dinâmica pulsional. As fantasias típicas encontradas nos processos de análise seriam as fantasias primárias – verdadeiros esquemas inconscientes – transmitidas hereditariamente e que ultrapassam o âmbito individual. Tais fantasias primárias soem organizar-se em torno dos seguintes temas: observação do coito dos pais, sedução por um adulto e ameaça de ser castrado.

O terceiro ponto destacado por Laplanche e Pontalis (1991) é o fato de o termo ‘fantasia’ ter um emprego extenso na obra freudiana e em níveis diversos: consciente, subliminar e inconsciente. Para eles, Freud usa o termo, primeiramente, para designar os devaneios diurnos e conscientes. Às vezes, Freud fala em fantasias inconscientes, sem defini-las metapsicologicamente. Já, no trabalho de interpretação dos sonhos, o termo ‘fantasia’ aparece ligado ao desejo inconsciente e como ponto de partida para a formação do próprio sonho. Assim, no trabalho do sonho, ela liga-se tanto ao desejo inconsciente, quanto aos materiais já deformados pela elaboração secundária.

Ainda quanto ao aspecto da extensão de sua utilização, Laplanche e Pontalis (1991) vêem a fantasia como o ponto privilegiado de passagem entre os diversos sistemas psíquicos nas suas faces de recalçamento e retorno do recalçado. Metapsicologicamente falando, Freud (1905/1972) oferece uma definição mais completa em uma nota de rodapé acrescentada, em 1920, ao texto “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”. Nela, lemos que:

As fantasias do período puberal têm como ponto de partida as pesquisas sexuais infantis que foram abandonadas na infância. Sem dúvida, também, estão presentes igualmente antes do fim do período de latência. Podem persistir no todo ou em grande parte inconscientemente, e, por este motivo, freqüentemente é impossível fixar com exatidão sua data. São de grande importância na origem de muitos sintomas, já que constituem precisamente estágios preliminares desses sintomas e assim estabelecem as formas pelas quais os componentes libidinais reprimidos encontram satisfação. Da mesma forma, são os protótipos das fantasias noturnas que se tornam conscientes como sonhos. Os sonhos muitas vezes nada mais são do que revivescências de fantasias puberais desta espécie sob a influência e com relação a alguns estímulos deixados da vida de vigília do dia anterior (os ‘restos diurnos’) (pp. 232-233).

Laplanche e Pontalis (1991) salientam que não há uma distinção entre fantasia consciente e inconsciente quanto à natureza. O que fala em favor desse ponto de vista são, por exemplo, as fantasias conscientes dos perversos, os

temores delirantes dos paranóicos, as fantasias inconscientes dos histéricos, ligadas aos seus sintomas, nos quais encontramos os mesmos conteúdos e as mesmas estruturas nos seguintes pólos, opostos: no consciente e no inconsciente; na atuação e na representação; e no que é percebido em si mesmo e no que é projetado sobre o outro. Mais do que apenas uma temática para determinado indivíduo, a fantasia deve ser entendida, segundo os autores, como “(...) o conjunto da vida do indivíduo que se revela modelado, estruturado por aquilo que se poderia chamar, para sublinhar o seu caráter estruturante, uma *fantasmática* [grifo dos autores]” (p. 232).

O último ponto recolhido da obra freudiana pelos autores acima é a ligação da fantasia com o desejo. Dessa relação, podem-se destacar: (a) as fantasias são encenações organizadas, mesmo que se enunciem em uma só frase, capazes de uma dramatização de forma visual; (b) o indivíduo que fantasia está presente nas cenas, ainda que se trate de uma cena primária e mesmo que pareça excluído; (c) o cerne da representação é uma seqüência da qual o próprio indivíduo faz parte, com possibilidade de troca de papéis e de mudanças sintáticas pela frase que enuncia a fantasia; e (d) articulada ao desejo, a fantasia dá ensejo aos processos de defesa pela interdição a esse desejo.

Em suas “Conferências Introdutórias sobre Psicanálise”, mais especificamente na conferência XXIII, intitulada “Os Caminhos da Formação dos Sintomas”, Freud (1915-1917/1976) aborda o tema da fixação da libido nas experiências infantis, as quais acarretam a formação dos sintomas. Ele assevera que, na maioria dos casos, as cenas da infância construídas ou recordadas em análise não são verdadeiras e até representam o oposto da verdade histórica.

A questão não está, para Freud (1915-1917/1976), no fato de a psicanálise ser desacreditada por lidar com lembranças que sejam um misto de verdade e falsificação, pois as meras lembranças infantis isoladas, das quais as pessoas têm absoluta consciência, também estão sujeitas a adulterações ou a combinações com a verdade. Para ele, tudo reside em darmos valores diferentes para a realidade e para a fantasia. Assim, no trabalho com o paciente em análise, o terapeuta não deve fazer distinção entre o material ligado a eventos reais da infância e os imaginários, pois estes também possuem certa realidade, e conclui que: “As fantasias possuem realidade *psíquica*, em contraste com a realidade *material*, e gradualmente aprendemos a entender que, *no mundo das neuroses, a realidade*

psíquica é a realidade decisiva” [grifos do próprio autor] (p. 430). Avançando nesse aspecto, Freud (1924/1976) também afirma que “(...) tanto na neurose quanto na psicose interessa a questão não apenas relativa a uma *perda da realidade*, mas também a um *substituto para a realidade*” [grifos do autor] (p. 234).

Ainda com relação à questão da realidade, Freud (1914/2004) diz, de forma mais precisa, que o afastamento do mundo exterior não se dá apenas no modo de o paciente psicótico agir com o mundo; a desistência da relação com a realidade também pode ser observada, dependendo do grau da enfermidade, em pacientes histéricos e compulsivos. O autor acrescenta:

No entanto, a análise mostra que de modo algum o neurótico suspendeu seu vínculo erótico com as pessoas e as coisas. Ele ainda conserva as pessoas e as coisas na fantasia. Isso significa que, por um lado, substituiu os objetos reais por objetos imaginários de sua lembrança – ou mesclou ambos (...). Com o parafrênico é diferente. Este parece ter realmente retirado sua libido das pessoas e das coisas do mundo exterior, sem tê-las substituído por outras na fantasia. Quando essa substituição ocorre nas parafrenias, parece tratar-se de algo secundário e fazer parte de uma tentativa de cura que busca reconduzir a libido de volta ao objeto (Freud, 1914/2004, p. 98).¹⁶

A partir daí, podemos dizer que a ficção surge como um recurso utilizado pelos analistas e, seguramente, está presente desde Freud, apresentando-se como concurso necessário e talvez o único disponível capaz de revelar aspectos do objeto de estudo da psicanálise. M. Mannoni (1982) comenta: “O que importa ao analista não é o que se passa ‘na’ cabeça de seu paciente, mas o que surge ‘entre’ ele e o seu paciente. É o andamento de um espaço (para a fantasia) que autoriza a passagem da palavra de um lugar para outro” (p. 16).

M. Mannoni (1982) acredita que Freud introduz, na relação transferencial com seu paciente, um mito, com o intuito de fazer operar efeitos de inversão dialética no paciente, relativos às transformações sofridas pelo discurso entre o sujeito consciente e o inconsciente. Para a autora, fica claro que o objetivo de uma análise não é o de munir o paciente de um entendimento consciente sobre o seu sofrimento. Isso é o que define na nota de rodapé de número 55:

¹⁶ Essa tentativa de cura da qual Freud nos fala pode ser observada no caso do Presidente Schreber, a ser trabalhado mais adiante.

O que terá um valor significante não é tanto uma explicação ao nível de significado, mas uma verbalização dos significantes maiores, girando em torno do Édipo e da castração. O que se mostra também operante é a simbolização de uma situação que para o paciente se tornou imobilizada e por vezes sem vocábulo para nomear a hiância. O que está em jogo, numa análise, é reconhecer a função assumida pelo sujeito na ordem simbólica.

Tomemos dois exemplos de construção comentados por Roudinesco (2000). O primeiro deles, a clássica construção da cena primária de o “Homem dos Lobos” (Freud, 1918/1976), na qual Freud, apoiando-se em um sonho de seu paciente Serguéi Constantinovitch Pankejeff, descreve como este teria assistido ao coito dos pais (coito *a tergo*) quando contava 18 meses de idade. Tendo em vista que, na Rússia, os filhos não dormem com seus pais, Pankejeff declarou que a cena nunca teria acontecido. O paciente, submetido a vários tratamentos em função de uma intensa angústia, considerou a análise o primeiro e único tratamento, e que a cena primária construída por Freud ganhou um intenso valor de verdade. Quanto a isso, Bergès e Balbo (2001) são enfáticos, ao afirmarem que “(...) a construção é considerada no âmbito de uma teoria que se inventa e que está de tal modo fora de tudo o que se sabe que ela tem mais valor que o levantamento de uma amnésia infantil” (p. 87).

Ainda em relação às construções freudianas no caso de o “Homem dos Lobos”, Melman (2006) comenta que a interpretação freudiana e a lacanianiana não são coincidentes. Segundo o autor, as interpretações de Freud ofereciam ao paciente uma explicação causalista, ou, por exemplo, ele indicava quem poderia ser algum personagem em um sonho relatado. Por outro lado, a interpretação lacanianiana, menos freqüente, oferecia apenas um deslocamento da pontuação, sem acrescentar algum elemento novo que não viesse do próprio paciente. Algumas posteriores queixas feitas por Serguéi Constantinovitch Pankejeff à técnica freudiana jamais teriam lugar com interpretações ao estilo lacanianiano.

O segundo exemplo, trazido por Roudinesco (2000), vem da análise da princesa Marie Bonaparte com Freud. Essa psicanalista das primeiras horas relata um sonho no qual se via em seu berço, de onde assistia a cenas de coito. A interpretação dada por Freud foi a de que ela não apenas ouvira os ruídos do intercuro amoroso – o que sói acontecer às crianças que dormem com os pais –, mas o teria assistido em plena luz do dia. Marie Bonaparte refutou a cena

construída, pois nunca tivera mãe. Como Freud se mantivesse impassível e aludindo à figura da babá, a analisante buscou provas experimentais. Questionando insistentemente um meio-irmão de seu pai, que cuidava dos cavalos de sua família na infância, este acabou por confessar um romance com a babá. De fato, Marie Bonaparte havia assistido, em plena luz do dia, a cenas de felação, coito e cunilíngua em frente a seu berço.

Com esses fragmentos de análise, Roudinesco (2000) aponta a diferença entre saber e verdade. A cena construída para Pankejeff, cena imaginária, permitiu que ele pudesse significar a sua história, enunciando a verdade da estrutura do sujeito e colocando-o frente a frente com o seu desejo. Pela análise, o paciente descobre o recalque da cena primária e da diferença sexual. A autora chega a afirmar que “(...) essa cena [inventada ou não] extrai sua força significativa do fato de ser construída” (p. 93).

Defendendo-se de possíveis críticas, Roudinesco (2000) declara que, no cientificismo, o intelecto deve coincidir com a coisa, e o conhecimento, com a verdade. A experimentação, nessa acepção, é a única prova da verdade subjetiva, por não perceber as diferenças entre as ciências da natureza e as ciências do homem. Vejamos como Freud lidou com essa questão.

Em 21 de setembro de 1897, Freud (Masson, 1986) escreve a célebre carta 69, Carta do Equinócio, na qual explica o porquê de sua renúncia à teoria da sedução. Ele diz não acreditar mais em sua *Neurótica*, a ponto de, ao final da carta, sentenciar: “Rebeca, tire o vestido; você não é mais noiva nenhuma” (p. 267), dando quatro razões para sua descrença. Segundo Caon (2000/2001), Freud não se refere à teoria das neuroses, mas a sua própria neurose, visto que a palavra ‘neurótica’ pode ser compreendida como um termo neutro plural. Nesse sentido, sua *Neurótica* levou-o a acreditar que haveria um pai perverso na origem das neuroses.

Quanto aos motivos dessa virada, Freud (Masson, 1986) aponta: em primeiro lugar, o desapontamento em levar uma única análise a uma conclusão real, a debandada de pacientes que julgava estar seguro de compreender, a falta de êxitos absolutos e a possibilidade de explicar os sucessos parciais de outras maneiras; em segundo, o fato de que todos os pais, incluindo o seu, tinham que ser apontados como perversos, e, nesse caso, a incidência de perversão teria que ser necessariamente mais freqüente que a histeria dela resultante, visto surgir da

acumulação de eventos e do enfraquecimento da defesa; em terceiro lugar, pela descoberta comprovada de não haver indicações de realidade no inconsciente, não permitindo a distinção entre verdade e imaginação (ficção) investida de afeto, mantendo-se, assim, os pais como tema da fantasia sexual; por último, de que, nas psicoses, as lembranças inconscientes não vêm à tona, não se revelando o segredo das experiências infantis, nem no mais confuso delírio. Freud conclui que, se o inconsciente jamais supera a resistência da consciência, também o inconsciente não pode ser completamente dominado pela consciência.

Ao observar que muitas histéricas se sentiam vítimas de abusos sexuais, embora não tivessem sido agredidas sexualmente pelo pai ou por outro homem, e, mesmo quando isso havia ocorrido, o fato não explicava a eclosão de uma neurose histérica, Freud acaba percebendo a importância da fantasia. Não, as histéricas não mentiam, ao se sentirem vítimas de uma tentativa de sedução. Quanto a isso, Roudinesco (2000) afirma:

Freud então substituiu a teoria da sedução pela da fantasia e, num mesmo movimento, resolveu o enigma das causas sexuais: elas eram fantasísticas, mesmo quando existia um trauma real, uma vez que o real da fantasia não é da mesma natureza da realidade material (p. 73).

Com essa virada, a teoria freudiana passa a entender a sexualidade em sua dimensão pulsional e fantasística, colocando a sexualidade não genital e o inconsciente como bases da experiência subjetiva. Isso não quer dizer que um abuso real não possa causar danos à vida de uma pessoa, da mesma forma que a violência moral e psicológica pode ter um efeito tão intenso quanto o de um abuso sexual.

A regra fundamental da psicanálise desfaz as possibilidades de que o paciente simplesmente relate os acontecimentos cotidianos e de sua vida passada. Freud (1940/1075) é taxativo ao afirmar, em o “Esboço de Psicanálise”, que o analisante deve dizer não somente o que ele sabe e esconde das outras pessoas, mas o que ele não sabe. Ao dizer tudo o que vem à mente – coisas desagradáveis, sem importância ou mesmo absurdas –, ele estará disponibilizando uma massa de material já sujeita à influência do inconsciente, ampliando o conhecimento do analista a respeito do seu material inconsciente reprimido.

Conforme A. Figueiredo e colaboradores (2001), “(...) o caso se apresenta como o produto do que se extrai das intervenções do analista na condução do

tratamento, e do que é decantado de seu relato” (p. 20). Diferentemente do caso clínico, a história do paciente concerne ao relato clínico com a conseqüente apresentação das cenas vividas pelo analisante, na qual se dá ênfase aos detalhes e aos conteúdos factuais.

A fala do paciente permite o fantasiar, que, em relação aos aspectos inconscientes, proponho ser equiparado a uma figuração. Para avançarmos, convém buscar apoio no dicionário. Segundo Ferreira (1999), há nove acepções para o verbete ‘figurar’. As cinco primeiras listadas pelo autor são consoantes com o que ora exponho: (a) traçar a figura, a imagem de; (b) significar por meio de alegoria, figura, símbolo, etc.; simbolizar; (c) significar, representar, lembrar; (d) ter a forma ou figura de; e (e) representar na imaginação; imaginar, conceber, fantasiar, supor.

A figuração não é tema alheio à psicanálise. Freud (1900/1972) dedica um capítulo da *Traumdeutung* a essa questão. O dito capítulo, o VI, é intitulado “Considerações de Representabilidade” na edição *standard* brasileira, mas pode ser mais bem traduzido por “A Consideração à Figurabilidade”. Nele, Freud destaca o papel das palavras na formação onírica devido à polissemia das mesmas. Não só os sonhos como as neuroses, segundo o autor, utilizam essas vantagens com a finalidade de condensação e deslocamento, disfarçando e distorcendo a expressão. Assim, os pensamentos, no sonho, são capazes de ser representados em imagens visuais. Uma nota de rodapé refere o emprego de ‘pontes verbais’ (*Wortbrücken*) na solução de sintomas neuróticos. Mas há ainda uma terceira possibilidade destacada por Freud:

(...) a saber, *considerações de representabilidade no material psíquico peculiar de que os sonhos se utilizam* – na sua maior parte, vale dizer, representabilidade em imagens visuais. Dos vários pensamentos subsidiários ligados aos pensamentos oníricos essenciais, serão preferidos aqueles que admitam representação visual; e a elaboração do sonho não foge ao esforço de remodelar pensamentos inadaptaíveis numa nova forma verbal – mesmo numa menos usual – contanto que esse processo facilite a representação e assim alivie a pressão psicológica causada pelo pensamento constrangido [grifos do autor] (p. 366).

No capítulo da *Traumdeutung* dedicado à regressão, Freud (1900/1972) afirma a condição reguladora do trabalho onírico como tendo origem na regressão. A partir disso, o autor entende que um sonho pode ser descrito como um

substituto para uma cena infantil, porém, modificada em função da transferência da cena infantil para uma situação presente. Essa cena não pode ressurgir, segundo Freud, a não ser pelo recurso dos sonhos.

De um modo geral, os sentidos expostos acima dão a idéia de uma representação, que já é um distanciamento necessário da coisa. O *Phantasieren* é dar uma imagem ao que não a tem, entendendo-se aqui como imagem também os recursos lingüísticos utilizados nessa tarefa.

O paciente figura suas questões psíquicas a partir do fantasiar, necessitando de uma alteridade para dar entendimento a sua fala, à concepção de seu sofrimento, uma vez que esta aparece como uma imagem distorcida. Ao psicanalista, cabe um movimento a partir da figuração do paciente, no sentido de uma correção dessa distorção vista pela óptica da metapsicologia. Claro está que esse trabalho não deve ser entendido como uma intervenção ‘ortopédica’ do psicanalista – como alguém que detém, de antemão, a chave para o entendimento correto –, mas como parte do trabalho de elucidação das questões trazidas pelo paciente e confiadas ao analista na qualidade de Sujeito suposto Saber.

Assim, proponho que este trabalho possa ser concebido como uma transfiguração operada pela construção em análise. Novamente, Ferreira (1999) nos socorre com quatro acepções diferentes para o verbete ‘transfigurar’. Então, temos: (a) mudar a figura, feição ou caráter de; transformar; (b) dar uma idéia falsa de; alterar; (c) converter, mudar, transformar; e (d) mudar de figura, transformar-se, transfazer-se.

Se tomarmos a figura esboçada pelo paciente como uma distorção da própria organização psíquica, a transformação e a alteração desta em uma nova figura impõe-se como tarefa do psicanalista. A transfiguração buscada na construção é a correção, pela óptica da metapsicologia, da fantasia (*Phantasieren*) do paciente. Na medida em que, nem sempre, o psicanalista utiliza o recurso da construção nos tratamentos por ele empreendidos, proponho circunscrever essa construção ao âmbito da apresentação de um caso metapsicológico à comunidade psicanalítica. Nesse sentido, entendo a construção metapsicológica como a transfiguração do material recolhido no tratamento psicanalítico com o intuito de apresentar avanços metapsicológicos. A escritura de um caso clínico tem por objetivo transmitir à comunidade científica os achados psicanalíticos por

intermédio de imagens – transfigurações – capazes de facilitar a apreensão do universo abstrato dos conceitos metapsicológicos.

1.9 – Delimitação do Problema de Pesquisa

Ao longo deste capítulo, mostrei a importância da identificação do material a ser trabalhado com o paciente em psicanálise e a conseqüente apresentação do material recolhido em forma de um caso clínico pelo psicanalista a partir do atendimento realizado. Também é verdade que há casos metapsicológicos escritos independentemente de um tratamento psicanalítico anterior. Em ambos os casos, no entanto, a apropriação dos dados extraídos do material clínico ou examinados como um material clínico – na qualidade de um caso metapsicológico redigido para a divulgação – mostram-se passíveis de investigação.

Assim sendo, o problema de pesquisa suscitado ao longo da revisão pode ser circunscrito à seguinte questão:

como se dá a apropriação dos dados recolhidos pelo psicanalista para a escritura do caso a ser apresentado publicamente?

Dessa primeira questão, podemos desdobrar o problema desta Tese nessas outras três:

quais os dados relevantes para a escritura de um caso metapsicológico?

o que é construído em um caso metapsicológico?

qual o papel da ficção na escritura de um caso metapsicológico?

1.9.1 – Questões Metodológicas Específicas

Na ciência, primeiro é preciso decompor, depois reunir.

(Carta de Freud a Pfister)

Diferentemente das demais linhas de pesquisa, a psicanálise não conta com a observação do fenômeno da mesma forma que as ciências empíricas. Isso, por si só, traz o questionamento sobre a validade e a cientificidade dos dados, e uma das frequentes críticas à psicanálise refere-se ao fato de ela não apresentar os mesmos dispositivos de controle encontrados nas demais pesquisas. Quanto a isso, Corvo (1999) oferece uma ilustração:

Acusar a psicanálise de carecer da precisão e exatidão de uma metodologia científica implica uma confusão entre o método e o fenômeno do qual ela se ocupa, sendo tão injusto, para não dizer absurdo, como sugerir que a cirurgia é muito sangrenta, nadar é muito úmido ou a proctologia é muito suja (1999, p. 437).

A afirmação de que a pesquisa psicanalítica carece de rigor não é verdadeira, já que o rigor dessa pesquisa não está dado pelos aspectos de controle da pesquisa, como acontece nas investigações qualitativas e quantitativas. Assim, não podemos confundir rigor com controle, pois, ainda que, em uma pesquisa psicanalítica, não haja dispositivos de controle como nos demais processos investigativos, não podemos acusá-la de falta de rigor. Tal rigor se refere à extrema preocupação do pesquisador psicanalítico em se deixar levar pelo campo do inconsciente, por aquilo que marca sua posição subjetiva.

A realidade psíquica, objeto de estudo da psicanálise, não pode ser definida a partir de distinções feitas entre dados objetivos e subjetivos, entre o que seria realidade (verdade) e o que seria fantasia (mentira) ou, mesmo, entre mundos externo e interno. Quanto a esse ponto, A. Figueiredo e colaboradores (2001) afirmam:

Se não podemos mais operar sobre duas realidades distintas, objetiva *versus* subjetiva, logo, temos que considerar que no *modus operandi* da clínica psicanalítica o sujeito que observa (epistêmico) não é exterior ao sujeito observado (empírico). Ou ainda, o sujeito ‘observado’ é quem inclui o ‘observador’ em ‘uma de suas séries psíquicas’, pela via da transferência. Os instrumentos diagnósticos e

de tratamento, desde o início, estarão marcados por esta concepção [grifos dos autores] (p. 13).

Nessa perspectiva, Freud obtém seus achados, pela via da transferência, a partir das duas regras fundamentais da psicanálise – associação livre e atenção equi-flutuante –, as quais demonstram o rigor da pesquisa psicanalítica na escuta dos significantes do sujeito que fala. A associação livre é o método de trabalho do próprio analisante – a parte que lhe cabe no seu processo de tratamento –, enquanto a atenção equi-flutuante corresponde ao método de trabalho do analista.

Mais do que uma posição exigida pela técnica, o método psicanalítico é cingido pela ética, como veremos a seguir. Em seu trabalho, no qual aborda o tema da morte na perspectiva psicanalítica – para além da aceção organicista da morte do corpo –, Vilanova (2001) mostra como o trabalho médico é orientado por um tratamento universal que é o mesmo para qualquer paciente. Em contrapartida, diz a autora: “A psicanálise se ocupa do impossível articulado na linguagem, com seus limites à possibilidade de significação, limite à revelação de uma verdade universal” (p. 46). Os limites impostos pela fala apontam a impossibilidade de uma significação última. Assim, ela complementa: “A psicanálise se ocupa do impossível de suportar a partir das formas que ele ocupa no dizer. Ouvir o sujeito é recusar a satisfação que pode ser alcançada na compreensão. Trata-se exatamente de restituir aos ditos do paciente sua parte de enigma” (p. 47), indicando que, mais do que o método psicanalítico, é a ética que sustenta a prática clínica.

A autora questiona a possibilidade de conduzir o homem ao prazer e à felicidade. Se o Real, como impossível, é o que se apresenta na análise, o psicanalista não deve recuar diante dele, tampouco deve procurar suprimi-lo. Dito de outra forma por Birman (1994) “(...) a psicanálise é inseparável de uma prática de transformação do sujeito, de um *ato* que tenha uma incidência radical em sua economia pulsional” (p.19).

Assim, convido os leitores a terem em mente as questões relativas à cientificidade da psicanálise discutidas, à guisa de apresentação, na justificativa desta Tese, na medida em que a pesquisa psicanalítica não pode estar desvinculada do objeto que pretende estudar. É evidente que essa exigência se aplica a qualquer investigação, mas, em se tratando de uma pesquisa psicanalítica, não devemos esquecer que o objeto sobre o qual nos debruçamos é a

metapsicologia. É comum ouvirmos que as formações inconscientes são o objeto da psicanálise, e isso, *grosso modo*, permanece válido, assim também como a concepção lacaniana enfatiza o objeto *a* como o alvo de sua investigação. Sugiro, no entanto, que se designe a metapsicologia como o objeto da psicanálise por seu aspecto mais abrangente, haja vista que o próprio inconsciente figura como um conceito metapsicológico e que à metapsicologia poderemos acrescentar as contribuições de outros psicanalistas, como o de objeto *a* definido por Lacan.

A pesquisa psicanalítica tem no paciente o arquimodelo do pesquisador. Esse pesquisador deve, antes de tudo, ter realizado a pesquisa de sua vida como paciente e, enquanto pesquisador, encontrará na clínica o húmido de suas investigações. Esposando essa idéia, Freud (1909/1976) chega a chamar o pequeno Hans de jovem investigador, como segue: “(...) nosso jovem investigador simplesmente chegou um pouco cedo à descoberta de que todo o conhecimento é um monte de retalhos, e que cada passo à frente deixa atrás um resíduo não resolvido” (p. 107).

Todavia o encontro dos pesquisadores em atividade de Laboratório de Psicanálise não cumpre função de ensino e formação psicanalítica, mas possibilita a refundação de suas experiências a partir da instrumentalização da transferência ao texto metapsicológico produzido (Caon, 1996; Iribarry, 2003). Dito de outro modo por A. Figueiredo e colaboradores (2001): “(...) nosso método deverá ser capaz de recolher, do trabalho do analista-pesquisador, os efeitos da pesquisa, ou seja, a incidência da aplicação do método à própria ação do analista no tratamento” (pp. 16-17).

Quanto ao método da pesquisa psicanalítica, não encontramos um único artigo freudiano que a explicita, de forma sistemática e aprofundada, de acordo com o preconizado pela ciência normal; essas questões relativas ao método acabam ocupando as preocupações de Freud ao longo de sua obra magistral. Ao que tudo indica, ele teria evitado apresentar o tema de forma programática, como confirma uma carta enviada a Pfister em 20 de janeiro de 1911, na qual se lê: “Talvez a sua repetida pergunta pela metodologia tenha tido parte da culpa na minha hesitação, pois obviamente não gosto de ouvi-la. Uma parte está pronta há um ano e meio, mas o todo ainda não está maduro, e seu autor está cansado” (p. 64).

Assim, podemos nos remeter a uma passagem de “À Guisa de Introdução ao Narcisismo”, na qual Freud (1914/2004) afirma o seguinte:

É verdade que noções como a de uma libido do Eu, energia pulsional do Eu e outras não são nem claramente apreensíveis, nem suficientemente ricas de conteúdo; assim, uma teoria especulativa a respeito das relações em questão teria sobretudo por meta formular conceitos rigorosamente delimitados que lhes servissem de fundamento. Todavia, acredito ser essa a diferença entre uma teoria especulativa e uma ciência construída sobre a interpretação de dados empíricos. Esta última não invejará da especulação o privilégio de uma fundamentação impecável e logicamente inatacável. Ao contrário, a ciência se dará por satisfeita com idéias básicas, nebulosas e ainda difíceis de visualizar, sempre, porém, com a esperança de mais adiante, no decorrer de seu desenvolvimento, vir a apreender tais idéias com mais clareza, mostrando-se ainda disposta a eventualmente trocá-las por outras. Afinal, o fundamento da ciência não são essas idéias, mas sim a observação pura sobre a qual tudo repousa. Elas não são a base, mas o topo do edifício, e podem, sem prejuízo, ser substituídas e removidas (p. 100).

Ainda que possa parecer exaustivo o recurso da citação, não posso deixar de apontar, na obra freudiana, momentos nos quais Freud explicita a questão do método de sua pesquisa. Assim, tomo, a seguir, um trecho de “Pulsões e Destinos da Pulsão”:

O verdadeiro início da atividade científica consiste muito mais na descrição de fenômenos que são em seguida agrupados, ordenados e correlacionados entre si. Além disso, é inevitável que, já ao descrever o material, apliquemos sobre ele algumas idéias abstratas obtidas não só a partir das novas experiências, mas também oriundas de outras fontes. Tais idéias iniciais – os futuros conceitos básicos da ciência – se tornam ainda mais indispensáveis quando mais tarde se trabalha sobre os dados observados. No princípio, as idéias devem conter certo grau de indefinição, e ainda não é possível pensar em uma delimitação clara de seu conteúdo. (...) Em rigor, essas idéias iniciais possuem o caráter de convenções. Entretanto, é preciso que não tenham sido escolhidas arbitrariamente, e sim determinadas pelas relações significativas que mantêm com o material empírico. (...) Entretanto, o progresso do conhecimento não suporta que tais definições sejam rígidas, e como ilustra de modo admirável o exemplo da física, mesmo os “conceitos básicos” que já foram fixados em definições também sofrem uma constante modificação de conteúdo (Freud, 1915/2004, p. 145).

Esse modelo oferecido conscientemente por Freud parece ser a conclusão de etapas anteriores menos organizadas, mostrando como vão sendo agregados novos conhecimentos ao edifício teórico da psicanálise. A portentosa obra

freudiana, por si só, já nos dá a idéia de que Freud procura registrar todas as suas idéias no mesmo movimento em que nasce nele a dimensão clínica. Então, sugiro como etapa inicial desse processo, considerações provisórias redigidas à maneira de um *diário de campo*, o qual será apresentado com maior profundidade no item destinado aos instrumentos da pesquisa.

A produção de uma pesquisa psicanalítica nasce do interjogo entre o trabalho solitário do pesquisador e a crítica ou o crivo encontrado nos interlocutores durante esse processo investigativo. Quanto ao primeiro aspecto, temos a referência à expressão inglesa *splendid isolation* na carta de sete de maio de 1900, de Freud a Fliess (Masson, 1986). O trabalho solitário do pesquisador é, então, o primeiro momento de sua investigação.

Esse momento, no entanto, não é de puro isolamento. Afastando-se do que comumente conhecemos por solipsismo, recebeu da pena de Carnap (1929) a denominação de solipsismo metodológico. Schlick (1936/1980) chamou atenção para o fato de a denominação de Carnap ser passível de causar equívocos. Para ele, o solipsismo metodológico não é uma espécie de solipsismo, mas um método para construir conceitos.

Nesse tipo singular de solipsismo – o metodológico –, o psicanalista conta com um outro na qualidade de alteridade ao seu trabalho investigativo (Caon, 1994). Esse foi o modelo utilizado por Freud ao tomar Fliess por seu interlocutor privilegiado – por um *Publikum*. Como atesta a carta de 19 de setembro de 1901, uma das últimas desse intenso relacionamento, Freud lamenta a perda de sua ‘única platéia’, na medida em que escrevia de maneira franca, expondo suas idéias sem o recurso do encobrimento de falhas ou sem o medo de que seu pensamento não fosse acolhido pelo amigo. Segundo Caon (1996): “*Publikum* é a audiência seleta, benfazeja, benevolente, crítica e nada indulgente, aquela que tem acesso ao texto antes de ele ser publicado e abandonado” (p. 64).

A importância de um espaço privilegiado de apresentação e interlocução pode ser apoiada nos comentários de Freud (1977/1892) sobre as conferências de Charcot. Freud diz textualmente que:

O encanto peculiar dessas conferências reside no fato de que elas, na sua maior parte, foram inteiramente improvisadas. O professor não conhece os pacientes que lhe são apresentados para exame, ou os conhece apenas superficialmente. É obrigado a conduzir-se diante de seu auditório tal como habitualmente só o faz em sua clínica

particular, exceto quanto ao detalhe de que ele pensa em voz alta e permite que os ouvintes participem do rumo de suas conjecturas e investigações (pp. 191-192).

Para efeitos desta investigação, considerarei como *Publikum* os encontros e trocas com a orientadora desta Tese, as apresentações e discussões com o seu grupo de doutorandos nos encontros das terças-feiras e com todo o grupo de pesquisadores e alunos do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Psicanálise e Educação (NEPPE). Os encontros e as trocas com os professores e colegas deste Programa de Pós-graduação, a banca de qualificação deste projeto e o contato com os demais profissionais e estudiosos da psicanálise também serão considerados como público intermediário.

Quando o pesquisador psicanalítico encerra sua pesquisa, no sentido de que seus achados sejam oferecidos à publicação (*Veröffentlichung*), o público deixa de ser uma platéia particular e interativa e passa a ser anônimo, um grande público (*die Öffentlichkeit*). Esse grande público, por outro lado, já não participa do processo de pesquisa.

A experiência da pesquisa psicanalítica não se refere a um conhecimento sobre um determinado objeto que eclipsa, pela metodologia empregada, a qualidade de sujeito do próprio investigador. Todavia não há preponderância do psiquismo, anulando o objeto de estudo. A experiência própria de uma pesquisa psicanalítica é uma experiência (*Erfahrung*) balizada pelo solipsismo metodológico e pela alteridade, dando lugar a um saber e instaurando uma aprendizagem. Segundo Caon (1994), a “(...) *Erfahrung* ou a experiência incorporada como aprendizado e conhecimento corresponde ao segundo momento da pesquisa metapsicológica, isto é, a sua fase mais crítica” (p. 162), que faz contraponto com o primeiro momento acrítico e especulativo encontrado no solipsismo.

O último dispositivo metodológico a ser relacionado é quanto à forma de apresentação dos achados da pesquisa psicanalítica. Já vimos que essa pesquisa psicanalítica de uma questão do pesquisador (solipsismo metodológico) trabalhada na relação privilegiada deste com um público seletivo (*Publikum*), através da qual ele expõe os dados preliminares de uma experiência singular (*Erfahrung*), que, ao ser abandonada, encontrará, na publicação (*Veröffentlichung*), o seu destino final. Portanto, como forma de discussão dos

dados de uma pesquisa psicanalítica, temos a construção metapsicológica do caso e o ensaio metapsicológico. Quanto à apresentação do caso, vejamos o que afirmam A. Figueiredo e colaboradores (2001):

O pesquisador, ao apresentar o caso a partir de seu recorte, traz o modo como desenvolve sua narrativa, e as questões levantadas referem-se tanto às produções de fala e ações do paciente quanto às intervenções e o manejo do próprio analista, sua escolha por esta ou aquela modalidade de intervenção. Com isso, temos informações certamente menos objetivas, porém, mais precisas quanto à implicação do analista em seu trabalho, e quanto à necessidade de prestar contas de seus atos e refletir sobre a condução do caso (p. 19).

A construção metapsicológica do caso já foi suficientemente trabalhada no capítulo dedicado à construção do caso. Willemart (2005) também espousa a idéia de estender o significante ‘construção’ para a escritura do caso e, como mostra o último artigo de D’Agord (2005), a construção do caso também tem sido considerada método privilegiado de apresentação, pelos alunos, da experiência de estágio acadêmico em psicopatologia.

Os achados desta Tese, mais especificamente no capítulo destinado à discussão dos dados, não serão apresentados na forma de construção metapsicológica do caso, mas como ensaio metapsicológico. Conforme já afirmado no capítulo relativo à construção do caso (Moura e Nikos, 2000/2001), o ensaio metapsicológico é uma refundação da experiência de análise na situação psicanalítica de pesquisa destinada a servir de uma nova referência no campo da metapsicologia.

O ensaio é uma obra literária escrita em prosa, visando à interpretação ou à análise de determinado assunto. Todavia não tem o objetivo de ser um trabalho acabado, faltando-lhe a formalidade de um tratado, por exemplo. Ele parte de uma idéia já formada, de conceitos que já estão implicitamente concretizados na língua na qual é escrito. A partir dos significados conhecidos, o ensaio faz com que os mesmos avancem, reordenando-os. Destarte, ele ajuda na relação da linguagem com os conceitos, refletindo sobre o uso inconsciente destes. Todavia essa forma de expressão literária não busca as definições fixas e estritas, pois não tem o intuito de eliminar o potencial inquietante e perigoso do significado dos conceitos. O ensaio rompe com a regra cartesiana de pensar de forma ordenada desde o objeto mais simples de conhecer até o mais complexo. O ensaio sói iniciar pelo

mais complexo e menos familiar, já que é no complexo que reside o interesse do investigador (Adorno, 1965).

Partindo da definição de ensaio, enfatizo que o ensaio metapsicológico não se propõe a ser um texto fechado e completo, mas tem como objetivo transmitir os achados psicanalíticos por intermédio de imagens capazes de facilitar a apreensão do universo abstrato dos conceitos. Assim, o estudo proposto por esta Tese será apresentado em forma de um ensaio metapsicológico.

Como já foi afirmado anteriormente, o ensaio – gênero literário – figura como a forma de apresentação de uma pesquisa psicanalítica, ou seja, como recurso discursivo na forma de texto. Todavia é preciso ainda avançar quanto às possibilidades discursivas no sentido de sua capacidade argumentativa, o que também poderia ser definido como a capacidade de estabelecer uma protréptica. Para Milner (1996), a protréptica é “(...) o procedimento discursivo que tem por função arrancar o sujeito da *doxa* a fim de voltá-lo para a *theoria*” [grifos do autor] (p.18), o que não deixa de ser o objetivo da academia.

A transformação do discurso em obra estruturada deve, segundo Ricoeur (1988), poder manter a característica fundamental do discurso, qual seja, a de se organizar a partir de frases que expressem a idéia de alguma coisa para um outro. O discurso transformado em texto constitui uma forma de distanciamento entre o autor e o real. O autor passa a ser, então, “o artesão em obra de linguagem” (Ricoeur, 1988, p. 52).

Ricoeur (1988) reforça a idéia de que, com relação a determinado evento lingüístico, a tentativa de compreensão deve recair sobre a sua significação, na medida em que o próprio evento é fugidio. Para o filósofo, quando a língua se articula como discurso, a partir daí, ela se ultrapassa enquanto sistema e se realiza como evento. O discurso, ao buscar a compreensão, será ele mesmo ultrapassado enquanto evento pela significação, pois essa ultrapassagem é constitutiva do discurso enquanto tal. Ricoeur conclui dizendo que: “(...) se a linguagem é um *meinen*¹⁷, uma visada significante, é precisamente em virtude dessa ultrapassagem do evento na significação” [grifo do autor] (p. 47).

Quanto ao conceito de discurso, podemos dizer com White (1994), que é a forma de composição verbal que se situa entre a demonstração lógica e a pura

¹⁷ Em alemão: pensar, achar, julgar, considerar, ser de opinião.

ficção. Ele pode ser definido como o gênero pelo qual, preferencialmente, os ‘tropos’, figuras de linguagem, podem ser expressas. Nesse gênero, observamos mudanças em relação ao uso literal da linguagem, criando figuras de linguagem ou pensamento. Portanto deve-se entender esse recurso não como um desvio a um determinado sentido, mas como geração de mais sentidos. O emprego de ‘tropos’, segundo White, é a alma do discurso, recurso sem o qual ele não consegue alcançar seu objetivo.

Para não ser acusado de recorrer a um expediente sem o devido rigor, tomo aqui o exemplo trazido por White (1994). Nele, o autor mostra que, na lógica, o próprio modelo do silogismo revela clara evidência do emprego de ‘tropos’. Da premissa maior (“Todos os homens são mortais”) para a premissa menor (“Sócrates é um homem”), já há, em si, um movimento tropológico de giro do universal para o particular. Para White, todo silogismo contém um elemento que decide pelo movimento do plano das proposições universais para o das afirmações singulares.

Com isso, quero afirmar que o uso da linguagem figurativa serve para dar coerência ao texto e que todo recurso é válido na argumentação das idéias, ainda que pareça ferir a pretensa objetividade científica. As figuras de linguagem – ‘tropos’ – são dispositivos utilizados na busca de significação e, com isso, acarretam a ultrapassagem do próprio discurso em direção ao Real por ele revelado.

1.9.2 – Objetivos

Como objetivo geral desta Tese, tenho a investigação da apropriação feita pelo psicanalista dos dados clínicos recolhidos para a escritura de um caso metapsicológico

Como objetivos específicos, tenho os seguintes:

a) investigar quais são os dados utilizados na escritura de um caso metapsicológico;

b) examinar o papel da construção para a escritura de um caso metapsicológico; e

c) examinar o papel da ficção na escritura de um caso metapsicológico.

1.9.3 – Expectativas de Trabalho

Na medida em que o caso metapsicológico é ferramenta largamente utilizada como forma de expor os avanços teóricos psicanalíticos, inclusive no âmbito da pesquisa psicanalítica universitária, tive como expectativa para esta Tese lançar luzes sobre a confecção de um caso metapsicológico. Da mesma forma, esperei poder esclarecer o papel da construção e da ficção na escritura de um caso metapsicológico.

Esta Tese está composta de um estudo intitulado “A Pesquisa de Freud e Lacan a partir da obra de Schreber”, como veremos a seguir, no qual se inclui um ensaio metapsicológico como forma de discussão dos dados.

II – ESTUDO

A Pesquisa de Freud e Lacan a partir de Schreber

2.1 – Introdução

Na introdução desta Tese, foram trabalhados vários aspectos relativos ao caso clínico e, de forma mais detalhada, a sua aplicação na psicanálise. Uma questão que chama a atenção é a concernente ao aproveitamento dos dados coletados na escritura de um caso metapsicológico e ela figura como o ponto principal desta investigação.

Ressalto o fato de que os três objetivos destacados no capítulo anterior estão, de certa forma, imbricados, sendo que cada um acaba por ser investigado ao se investigar o outro. De qualquer maneira, é a investigação dos dados utilizados na escritura de um caso metapsicológico o objetivo principal da presente Tese, seguido do interesse em torno do papel da construção e da ficção na escritura de um caso metapsicológico.

Na introdução desta Tese, também mostrei como a construção ganhou força desde sua utilização no tratamento psicanalítico, até ser considerada uma ferramenta a jogar papel decisivo na escritura do caso metapsicológico. Da mesma forma, a ficção não está ausente nas teorizações metapsicológicas e na apresentação dos casos psicanalíticos. Assim, o presente estudo visa investigar tanto o papel da construção na escritura de um caso metapsicológico, quanto a utilização de elementos ficcionais. Para tal, escolhi um trabalho teórico baseado nos dados oferecidos pelo Presidente Schreber através de suas memórias (Schreber, 1903/1984), bem como o trabalho redigido por Freud (1911/1969) e Lacan (1959/1998) a partir delas.

Talvez cause estranheza a utilização de um livro de memórias no lugar de evoluções clínicas redigidas por um psicanalista e de um escritor ao invés de um paciente, na medida em que se espera que o foco recaia sobre os dados a serem aproveitados em um caso metapsicológico; além disso, sequer Schreber foi um caso clínico de Freud.

Em primeiro lugar, devo confirmar o fato de que Schreber não constitui um caso clínico tal qual o concebemos, isto é, de um caso redigido a partir de um tratamento empreendido. Entretanto, não deixou de influenciar a prática clínica pelas contribuições teóricas estabelecidas por Freud (1911/1969), o que pode ser corroborado pelas freqüentes referências da comunidade psicanalítica ao caso Schreber.

Em segundo lugar, a obra de Schreber (1903/1984), ainda que tenha sido publicada, não chega a ser uma obra literária na forma como se costuma conceber. Muito provavelmente, o livro “*Denkwürdigkeiten*” chegou aos leitores alemães pelo inusitado de seu conteúdo e por tratar de pessoa ilustre, filho de alguém não menos ilustre e de reconhecida importância nos meios educacionais. Basta que se leia a obra de Schreber para constatar que se trata de um fiel relatório de toda a sua constelação delirante. Como mostrarei ao longo do estudo, Schreber reivindica um lugar como cientista ou colaborador da ciência, mas não como um literato.

A decisão em tomar as “Memórias” como instrumento deste estudo reside no fato de ser um material psicopatológico oferecido diretamente pelo paciente (psiquiátrico), sem o inevitável crivo que é a pena do psicanalista quando do registro das sessões. Dessa forma, podemos verificar o uso que Freud (1911/1969) faz do texto schreberiano e quais elementos ele alça à condição de dados. Destarte, também poderemos investigar as contribuições de Lacan (1959/1998) para a questão da psicose, a partir de sua leitura de Schreber (1903/1984) e de Freud.

Os registros das sessões realizados pelo próprio Freud (1911/1969) talvez já sejam efeito importante e inevitável de um trabalho de construção. Na medida em que espero também verificar o aspecto da construção na escritura de um caso metapsicológico, a utilização da obra de Schreber (1903/1984) na criação do Presidente Schreber por Freud e sua conseqüente utilização por Lacan (1959/1998) parece-me adequada.

2.2 – Método

Nesse momento, convido os leitores a terem em mente os critérios definidos no capítulo anterior para uma pesquisa psicanalítica. Aqui, serão apresentadas apenas as singularidades dessa investigação.

2.2.1 – Participantes

Conforme dito anteriormente, o primeiro e principal participante de uma pesquisa psicanalítica é o psicanalista-pesquisador, uma vez que sua subjetividade não pode ser subtraída do processo de pesquisa, fomentando suas especulações e fazendo-o advir como um autor. Um dos desdobramentos de uma pesquisa psicanalítica, conforme Iribarry (2003), é revelar um autor.

Para efeitos desta Tese, como se trata de um estudo teórico, não há participante além do próprio analista pesquisador.

2.2.2 – Instrumentos

Como primeiro instrumento de meu estudo, temos o *diário de campo*. As notas registradas no *diário de campo*, sempre que adequadas, serviram de dados para as reflexões desta Tese. Como modelo para o *diário de campo*, temos um exemplo de como Freud fazia seus apontamentos para considerações futuras, ainda que estas notas curtas e desconexas estivessem longe da forma definitiva, o que pode ser observado no trabalho “Achados, Idéias, Problemas”, publicado, postumamente, em 1941. Em duas páginas, vemos o que hoje pode ser considerado um *diário de campo*.

Outra técnica utilizada por Freud é escrever tudo o que pensa sobre determinado tema antes mesmo de consultar a literatura. É ele quem nos fala de sua própria técnica em uma carta a Fliess:

De modo algum penso nessa versão como final. Primeiro, quero colocar minhas próprias idéias em ordem, depois estudar detalhadamente, e então fazer inserções ou revisões onde isso for recomendado por minhas leituras. Não posso fazer a leitura antes de haver concluído o que eu mesmo tenho a dizer, e só sei compor os detalhes no processo de escrever (Masson, 1986, p. 306).

Como instrumentos para esse primeiro estudo, utilizei-me de três registros escritos. O primeiro deles refere-se à autobiografia na qual o Presidente Schreber relata a história de sua própria doença. A paranóia de Daniel Paul Schreber foi immortalizada no livro “Memórias de um Doente dos Nervos”, em 1903. Foi escolhida a publicação brasileira com a tradução da psicanalista Marilene Carone, conforme a bibliografia abaixo:

Schreber, D. P. (1984). *Memórias de um doente dos nervos*. (Marilene Carone, Trad.). Rio de Janeiro: Graal. (Originalmente publicado em 1903)

O segundo registro escrito a ser trabalhado será o artigo escrito por Freud a partir da leitura das ‘Memórias’ de Schreber. Como base, foi escolhida a versão *Standard Brasileira*, como segue abaixo:

Freud, S. (1969). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (*Dementia Paranoides*). Em J. Salomão (Org.), *Edição brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 13-108). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1911)

A versão brasileira foi cotejada com o texto original alemão constante da *Studienausgabe*, como segue:

Freud, S. (1973). Psychoanalytische Bemerkungen über einen autobiographisch beschriebenen Fall von Paranoia (*Dementia paranoides*). Em *Sigmund Freud Studienausgabe*. (Vol. 7, pp. 133-203). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag. (Originalmente publicado em 1911)

Como terceiro texto, temos o seguinte artigo de Lacan (1998) dedicado à psicose e no qual trabalha, mais exaustivamente, o caso Schreber:

Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. (Vera Ribeiro, Trad.). Em *Escritos* (pp. 537-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1959)

É verdade que o caso do Presidente Schreber (Freud, 1911/1969) foi alvo de diversos comentários de Lacan, embora o trabalho acima mencionado tenha sido concebido, de forma mais sistematizada, como texto a ser publicado, o que não é o caso dos seminários por ele ministrados. Um texto com a finalidade de publicação, ao contrário das contribuições esparsas ao longo da obra lacaniana, facilita o estudo proposto nesta Tese.

Tendo em vista que o caso do Presidente Schreber foi alvo de inúmeros trabalhos por outros autores, algumas dessas contribuições também foram citadas, para uma melhor contextualização e compreensão do drama vivido e descrito por Daniel Paul Schreber (1903/1984), servindo de subsídio a este estudo.

2.2.3 – Procedimento para Coleta de Dados

O procedimento de coleta dos dados deve ser entendido como a transformação dos dados recolhidos em um registro escrito. Assim, as considerações feitas durante o processo de pesquisa foram transformadas em texto e disponibilizadas no *diário de campo*, para serem utilizadas na confecção de um ensaio metapsicológico. Para efeitos deste estudo, realizei, primeiramente, um relato da leitura da obra “Memórias de um Doente dos Nervos”, de Daniel Paul Schreber (1903/1984) seguido do relato do trabalho elaborado por Freud (1911/1969) sobre a autobiografia de Schreber intitulado “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (*Dementia Paranoides*)” e do trabalho de Lacan (1959/1998) intitulado “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”, o qual retoma as memórias de Schreber e o artigo freudiano citado.

2.2.4 – Procedimento para a Análise dos Dados

Para efeitos desta Tese, o estudo proposto recaiu sobre o exame dos dados considerados como o conjunto dos materiais escritos e apresentados em forma de texto, conforme descrição dos itens anteriores.

Para a análise dos dados, tomei desde ferramentas psicanalíticas mais abrangentes até aquelas mais especificamente lacanianas. Iniciando com uma abordagem mais ampla, Mezan (1988) afirma que analisar um texto significa um

trabalho de desmontagem do mesmo, no qual as resistências devem ser consideradas bem como as perguntas as quais visa responder e que não são necessariamente explicitadas, reconstruindo o processo de pensamento do autor. A leitura que instaura um diálogo de parte a parte e que podemos encontrar em uma análise literária não caracteriza, segundo o autor, uma leitura psicanalítica. O diálogo pressupõe a presença de um outro e de suas idéias, e deve-se evitar o ‘contato imediato’ e a ‘ignorância lírica’. No contato imediato, Mezan crê que o texto desvenda sua mensagem sem esforço por parte do leitor, enquanto, na ignorância lírica, o leitor sobrepõe suas idéias às do texto, sem verificar tal possibilidade. Nessas pseudoleituras, ou o leitor desaparece, ou desaparece o autor.

É a partir desse primeiro contato dialógico com o texto que surge a possibilidade de uma abordagem propriamente psicanalítica. Para essa tarefa, Mezan (1988) ressalta a importância de se prestar “(...) atenção ao detalhe dissonante, à frase fora de lugar, às imagens empregadas, ao ponto no qual reluz uma tensão entre os argumentos, uma reviravolta defensiva, uma ambigüidade ligeira no uso dos termos e dos conceitos” (pp. 180-181).

O trabalho que se define a partir de então não é da ordem de uma psicanálise do autor, mas o estudo da relação do autor com suas idéias e os meios que encontrou para expressá-las. Por essa via, procurei fazer perguntas ao texto, suscitadas por minha leitura, como efeito de ressonância.

Em se tratando de uma pesquisa psicanalítica em sua vertente lacaniana, a análise dos textos supracitados obedeceram a critérios específicos, bem como a ferramentas consoantes com o objeto de estudo. O trabalho do psicanalista a partir de textos ganhou relevo com os trabalhos escritos sobre determinados escritores e suas obras literárias. Quanto a esse aspecto, Chemama (1987) chama atenção para o fato de os psicanalistas tenderem a interpretar a produção do escritor da mesma forma que fazem com o sintoma neurótico, cedendo “(...) demais à ilusão usual da interpretação: aquela que atribui ao hermeneuta o estranho poder de descobrir o sentido que o autor não poderia perceber e que sua obra, todavia, encobriria” (p. 3), não sendo essa a perspectiva inaugurada por Freud.

Nessa tentativa de interpretação do texto, denota-se a clara concepção de um discurso desdobrado em um sentido exterior, manifesto, dito e no qual se esconde a significação; e em um sentido interior, essencial e que sustenta a

unidade de sentido a ser desvendada. Assim, com o auxílio da topologia, especialmente da figura topológica da banda de Moebius, podemos romper com a clássica oposição entre interior e exterior e, conseqüentemente, com a idéia de um discurso aparente, manifesto e consciente de um lado e de um discurso interior, latente e inconsciente. A atenção do analista volta-se, então, para o que, embora estando suficientemente à mostra, não é percebido.

Não se trata, portanto, da transposição de um campo a outro de um saber já pronto, visto que o escritor, assim como o analista e o analisante, é muito permeável aos significantes que vêm do Outro, os quais, na qualidade de significantes enigmáticos, retornam, na obra escrita, como uma verdadeira tentativa de resposta por parte do escritor. Nessa perspectiva, um lapso, um jeito estranho de empregar uma palavra ou um equívoco ganham novos valores por fazerem a função de corte no discurso. As formações do inconsciente constituem enigmas, obstáculos do discurso. Chemama (1987) conclui seu artigo assim:

O analista toma o sujeito pela palavra. Digamos então que ele possa tomar o texto ao pé da letra. Ele não irá buscar um sentido – profundo, essencial, único. Mas ele ficará atento ao próprio funcionamento da escrita. A interpretação, se conservarmos este termo, não será uma metalinguagem relacionando o discurso do escritor a um saber já constituído. Ela será corte, escansão operada sobre os traços da própria escritura, que permite fazer sobressair aquilo que ali já se encontra (p. 6).

O ato de escandir refere-se, segundo o dicionário Ferreira (1999), à pronúncia destacada das sílabas de um verso ou de uma palavra. Já para a psicanálise lacaniana, a escansão é uma intervenção analítica que visa pontuar certas seqüências de enunciados proferidos pelo paciente, destacando algo que lhe escapa em seu dizer, revelando a dimensão de desconhecimento do qual ele é sujeito. Mais especificamente, a escansão não revela nenhum sentido e nem explica algo, mas oportuniza o encontro do sujeito com a verdade de seu desejo (Dor, 1996). Encontramos no seminário “Mais, ainda”, de Lacan (1985), a seguinte definição, aliás, muito precisa:

Se há alguma coisa que possa nos introduzir à dimensão da escrita como tal, é nos apercebermos de que o significado não tem nada a ver com os ouvidos, mas somente com a leitura, com a leitura do que se ouve de significante. O significado não é aquilo que se ouve. O que se ouve é significante. O significado é efeito do significante (p. 47).

Então, transpondo as vicissitudes da escuta para o processo de leitura, podemos realizar uma “leitura-escuta” do texto. Devemos o termo “leitura-escuta” a Souza (1988):

Mas o saber ler é necessário sob vários pontos de vista para a escuta. Primeiramente, pela particularidade da escuta analítica, que de forma alguma se trata do puro efeito sensorial de ouvir; trata-se efetivamente de leitura-escuta. Pois se, por um lado, a escuta pode situar-se num material sonoro, a leitura, diferentemente, dá-se a partir de um texto, de uma escrita, de uma escritura. E se o material sonoro é dado no dito, sob forma de palavras, de enunciados, a enunciação é uma leitura que busca encontrar o suporte mesmo do falar na relação analítica. Por isso a metáfora da leitura, pois é lendo na escuta que podemos sacar um pouco de um equívoco, de uma suspensão; ou seja, aquilo que desvela a própria enunciação (p. 115).

A escuta analítica refere-se a um ponto de emergência do Real, na medida em que não podemos dizer que se escute qualquer coisa. Mais especificamente, o psicanalista escuta a partir de uma leitura imposta pelo equívoco. Souza (1988) afirma que, através da leitura de uma palavra, escutamos a ressonância equívoca que ela pode evocar. Para tornar mais preciso esse ponto, esclareço que, no artigo “O Aturdido”, Lacan (1972/2003) propõe três diferentes tipos de equívocos significantes, os quais podem sustentar uma escansão. São eles: o por homofonia, o gramatical e o lógico.

Baseado na especificidade da linguagem para a psicanálise lacaniana, Caon (1996) propõe como dispositivo de análise dos dados de uma pesquisa psicanalítica a “escuta dirigida pelo olhar” e a “leitura dirigida pela escuta”. Diz o autor:

(...) um profissional da escuta psicanalítica, em situação psicanalítica de pesquisa, serve-se de uma leitura dirigida pela escuta, tanto na identificação de significantes já escandidos pelo escritor como na escansão de significantes que a legibilidade do texto permite. Um trabalho de leitura dirigida pela escuta psicanalítica caracteriza um trabalho de *laboratório de psicanálise* e, especialmente, um *laboratório do texto psicanalítico* [grifos do próprio autor] (Caon, 1996, p. 68).

Assim, o trabalho do pesquisador psicanalítico é oferecer uma leitura psicanalítica dos dados coletados. Os dados não se diferenciam dos das demais pesquisas em psicologia clínica, isto é, estas também são baseadas em entrevistas com pacientes, por exemplo. Todavia, devemos garantir à pesquisa psicanalítica

ferramentas para a análise dos dados que não sejam alheias à prática psicanalítica. Assim, a explicação (*Erklärung*) buscada a partir do trabalho com o significante evocado no texto escrito – que, no caso desta Tese, são os livros de Schreber (1903/1984), Freud (1911/1969) e Lacan (1998) – serviu de dados para a confecção de um ensaio metapsicológico.

2.3 – Resultados

Nos três próximos subtítulos, apresento considerações sobre a obra “Memórias de um Doente dos Nervos”, de Daniel Paul Schreber (1903/1984), sobre o texto freudiano “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (*Dementia Paranoides*)” (Freud, 1911/1969), escrito a partir daquela, e sobre o trabalho “De uma Questão Preliminar a Todo Tratamento Possível da Psicose”, escrito por Lacan (1959/1998), no qual propõe avanços a partir do estudo do caso Schreber, realizado por Freud. Ressalto que, para a respectiva análise dos dados deste estudo intitulado “A Pesquisa Freudiana a partir de Schreber”, servi-me também de elementos das obras acima enumeradas, que não figuram aqui, por se tratarem de resumos. Além disso, outro recurso utilizado foi a consulta a materiais de apoio a essa tarefa, de que são exemplos outros trabalhos dedicados ao ‘caso Schreber’.

2.3.1 – “Memórias de um Doente dos Nervos”, de Daniel Paul Schreber

Para fins desta Tese, utilizei a tradução para o português preparada por Marilene Carone, psicanalista já falecida, do livro de Schreber (1903/1984). Ofereço, a seguir, alguns dados cronológicos, para uma melhor compreensão da vida e do sofrimento de Schreber, assim como um breve resumo de sua obra.

2.3.1.1 – Da Cronologia

Aqui, apresento a cronologia do Presidente Schreber (Schreber, 1903/1984), encontrada nas páginas 21 a 23 de sua obra. A indicação de três diferentes ocorrências de sua doença segue o modelo oferecido pelo editor inglês

da *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, à guisa de orientação ao leitor. Também estão incluídas algumas informações trazidas pelo Dr. Franz Baumeier, o qual teve acesso aos registros clínicos originais de Schreber (Freud, 1911/1969, pp. 15-21)

1842 – Nasce em Leipzig, a 25 de julho, Daniel Paul Schreber. Filho do médico ortopedista Daniel Gottlieb¹⁸ Moritz Schreber (1808-1861) e de Louise Henrietta Pauline Haase (1815-1907).

1858 – O pai de Schreber sofre grave acidente com uma barra de ferro que cai sobre sua cabeça, resultando em comprometimento cerebral irreversível.

1861 – Em novembro, o pai de Schreber, em Leipzig, falece aos 53 anos de idade, de obstrução intestinal. Na ocasião, era famoso na Alemanha e no exterior por seus livros sobre pedagogia, ginástica e higiene. Nos últimos anos de vida, apresenta quadro obsessivo grave com impulsos homicidas.

1877 – A 8 de maio, o irmão mais velho – Daniel Gustav – suicida-se, aos 38 anos de idade, logo após ser nomeado conselheiro de tribunal (*Gerichtsrat*).

1878 – Schreber casa-se com Ottilin Sabine Behr (1857-1912). Quinze anos mais moça que ele, diabética e de temperamento infantil, ela deu pouco apoio ao marido em sua doença. Sabine, que sofreu seis abortos espontâneos, não gerou filhos. Por ocasião de seu casamento, Schreber foi acometido de um episódio hipocondríaco, mas sem internação.

Primeira Doença

1884 – É nomeado vice-presidente do Tribunal Regional de Chemnitz. A 28 de outubro, é derrotado nas eleições parlamentares pelo Partido Nacional Liberal. A 8 de dezembro, é internado, por seis meses, na clínica para doenças nervosas da Universidade de Leipzig, sob a direção do professor Paul Emil Flechsig, uma

¹⁸ Segundo Freud (1911/1969), o nome correto é Gottlob.

autoridade em neurologia e psiquiatria da época. É diagnosticada uma hipocondria.

1885 – Tem alta hospitalar em junho. Schreber e a esposa fazem longa viagem de convalescença até o final do mesmo ano.

1886 – Schreber retoma suas atividades profissionais, agora em Leipzig, no cargo de juiz-presidente do Tribunal Regional.

1888 – Recebe a honraria oficial “Cruz do Cavaleiro de Primeira Classe”.

1889 – Nomeado Presidente do Tribunal de Freiberg, para onde se transfere.

1891-1892 – Eleito membro do Colegiado Distrital de Freiberg por dois anos consecutivos.

Segunda Doença

1893 – Em junho, recebe a visita do ministro da Justiça, que anuncia sua iminente nomeação ao cargo de *Senatpräsident* (juiz presidente da Corte de Apelação) da cidade de Dresden, para onde se transfere. Toma posse do cargo a 1º de outubro. A 10 de novembro, viaja para Leipzig para uma nova consulta com o professor Flechsig, em função de angústia e insônia. A 21 de novembro, é internado novamente na clínica da Universidade de Leipzig, onde fica por seis meses.

1894 – É posto sob curatela provisória, por motivo de doença mental. De 14 a 28 de junho, permanece no hospital de Lindenhof (“a cozinha do diabo”, nas “Memórias”), dirigido pelo Dr. Pierson. A 29 de junho, dá entrada no sanatório Sonnenstein, com o diagnóstico de *dementia paranoides*, permanecendo até 1902.

1899 – Em outubro, denuncia como irregular sua curatela provisória. Inicia processo para recuperação de sua capacidade civil.

1900 – De fevereiro a setembro, redige os 22 capítulos de suas *Memórias*. Em março, uma sentença é desfavorável à suspensão da curatela, que é declarada

definitiva. Schreber interpõe recurso e apela da sentença. De junho desse ano até outubro de 1901, redige a primeira série de suplementos de suas *Memórias*.

1902 – A 14 de julho, recupera a capacidade civil plena. No final do ano, redige a segunda série de suplementos e a introdução. Recebe alta hospitalar em dezembro.

1903 – Redige a carta aberta ao professor Flechsig. O casal Schreber passa a viver em Dresden e adota uma menina de 13 anos de idade. As “*Memórias de um Doente dos Nervos*” são publicadas em Leipzig com cortes e supressão de um capítulo.

Terceira Doença

1907 – Em maio, morre a mãe de Schreber, aos 92 anos de idade. A 14 de novembro, sua esposa sofre um derrame cerebral. A 27 de novembro, é internado no sanatório de Dösen, próximo a Leipzig.

1911 – Schreber morre aos 69 anos, no dia 14 de abril, no sanatório de Dösen.

2.3.1.2 – Das Memórias

No prólogo de seu livro “*Memórias de um Doente dos Nervos*”, Schreber (1903/1984) afirma ter começado a escrevê-lo sem pensar em sua publicação. A idéia, no entanto, surgiu ao longo desse processo. Por se tratar de suas memórias e de não ter sido escrito, a princípio, para uma publicação, o autor percebe que as considerações a algumas pessoas registradas no livro comprometem sua publicação. É talvez por essa razão que o capítulo III não tenha chegado a ser impresso e jamais tenha sido localizado. Nele, Schreber fizera observações sobre seu padecimento e sobre os membros de sua família, com o intuito de oferecer esse material ao desenvolvimento da ciência e da religião, como atesta esta passagem:

Creio que poderia ser valioso para a ciência e para o conhecimento de verdades religiosas possibilitar, ainda durante a minha vida, quaisquer observações da parte de profissionais sobre meu corpo e meu destino

peçoal. Diante desta ponderação, deve calar-se qualquer escrúpulo peçoal (p. 25).

Em seguida, o autor esclarece como compôs sua obra: as “*Denkwürdigkeiten*” – organizadas em 22 capítulos – foram escritas de fevereiro a setembro de 1900; a primeira série de suplementos (I -VII), de outubro de 1900 a junho de 1901; a segunda série de suplementos, no final de 1902. Seguem considerações do próprio Schreber (1903/1984) a respeito de sua saúde mental, de sua capacidade civil e de alguns aspectos da obra, encerrando o prólogo.

Para uma melhor compreensão do todo da obra, passo à apresentação de sua organização. O livro “Memórias” está dividido da seguinte forma: Prólogo; Carta aberta ao Sr. Conselheiro Prof. Dr. Flechsig; Introdução; I. Deus e imortalidade; II. Uma crise dos reinos de Deus? Assassinato de alma; III. (Não foi impresso); IV. Experiências pessoais durante a primeira doença nervosa e início da segunda; V. Continuação. Língua dos nervos (vozes interiores). Coação a pensar. Emasculação¹⁹, em certas condições postulado da Ordem do Mundo; VI. Experiências pessoais – Continuação. Visões. “Visionários”; VII. Experiências pessoais – Continuação. Manifestações mórbidas estranhas. Visões; VIII. Experiências pessoais durante a estada no sanatório do Dr. Pierson. “Almas provadas”; IX. Transferência para o Sonnenstein. Mudanças na relação com os raios. Sistema de transcrições; X. Experiências pessoais no Sonnenstein. “Distúrbios” como fenômenos concomitantes ao contato com os raios. “Moldagem do estado de ânimo”; XI. Danos à integridade física através de milagres; XII. Conteúdo da conversa das vozes. “Concepção das almas”. Língua das almas. Continuação das experiências pessoais; XIII. Volúpia de alma como fator de atração. Fenômenos resultantes; XIV. “Almas provadas”: seu destino. Experiências pessoais – Continuação; XV. Brincadeiras com os homens e com os milagres. Gritos de socorro. Pássaros falantes; XVI. Coação a pensar. Suas manifestações e fenômenos correlatos. XVII. Continuação do anterior. “Desenhar” no sentido da língua das almas; XVIII. Deus e os processos da criação; geração espontânea; pássaros miraculados. “Direção do olhar”. Sistema

¹⁹ Conforme indicado por Lacan (1959/1998), a *Verweiblichung* (transformação em mulher) e a *Entmannung* não são processos equivalentes na obra de Schreber, e *Entmannung* tem o sentido preciso de eviração e não de emasculação. Sempre que possível, usarei o termo eviração.

de exame; XIX. Continuação do anterior. Onipotência divina e livre-arbítrio humano; XX. Concepção egocêntrica dos raios com relação à minha pessoa. Configuração ulterior das relações pessoais; XXI. Beatitude e volúpia em suas relações recíprocas. Conseqüências destas relações no comportamento pessoal; e XXII. Considerações finais. Perspectivas futuras.

Seguem, ao corpo principal do livro, duas séries de suplementos. A primeira delas está dividida em: I. Sobre milagres; II. Sobre a relação entre a inteligência divina e a humana; III. Sobre a brincadeira com os homens; IV. Sobre as alucinações; V. Sobre a natureza de Deus; VI. Considerações sobre o futuro – Diversos; e VII. Sobre a cremação.

A segunda série não apresenta títulos. Um apêndice intitulado “Em que condições uma pessoa considerada doente mental pode ser mantida reclusa em um sanatório contra sua vontade manifesta” foi colocado ao final de sua obra. Ele foi escrito no início de 1900, quando Schreber vivia em isolamento. Dois pós-escritos concluem o apêndice.

No livro de Schreber, podemos ainda encontrar um anexo dividido da seguinte maneira: (a) Laudo médico-legal; (b) Laudo médico distrital; (c) Fundamentação do recurso: I. Sobre o corpo de delito da sentença impugnada, II. Sobre a fundamentação da sentença; (d) Laudo pericial do Conselheiro Dr. Weber; e (e) Sentença da Corte de Apelação de Dresden, de 14 de julho de 1902. Além disso, um glossário e uma bibliografia organizados pela tradutora encerram o livro.

Uma vez apresentada a obra, retomo nosso caminho. Logo depois do prólogo, Schreber (1903/1984) apresenta uma carta aberta ao Dr. Flechsig. Nela, diz enviar um exemplar para o referido médico, esperando, de sua parte, um exame indulgente do livro. O autor adianta-se em pedir desculpas por citar o nome do profissional, mas acredita que isso seja imprescindível para o avanço do conhecimento no campo religioso. Assegura que a utilização do nome de Flechsig não visa a qualquer objetivo escuso e que não guarda rancor de ninguém.

Adverte Schreber (1903/1984) que Flechsig ainda desempenha papel importante em uma série de circunstâncias de sua vida, embora não tenham mais nenhuma relação pessoal. O autor acredita que, expondo as certezas que adquiriu a respeito de suas experiências, na medida em que as mesmas forem reconhecidas

pelo médico, tais experiências poderiam atuar de maneira mais frutífera sobre a humanidade.

Schreber (1903/1984) vê-se objeto dos experimentos científicos de Flechsig e compreende que aquilo que o médico chama de alucinações são, em sua organização delirante, a influência do sistema nervoso de Flechsig sobre o seu. A seguir, explica que parte dos nervos de Flechsig saiu do corpo do médico, subindo ao céu como “alma provada” e que seria esta – e não o Dr. Flechsig – a ter influências negativas sobre o corpo de Schreber.

Schreber (1903/1984) espera ver confirmado o conteúdo de seu delírio nas recordações que o professor Flechsig porventura guarde em sua memória, na qualidade de uma alteridade para seus achados científicos, e conclui, dizendo: “Desta forma, a seqüência global da minha exposição ganharia credibilidade diante do mundo todo e seria imediatamente considerada como *um problema científico sério a ser aprofundado por todos os meios possíveis*” [grifos do próprio autor] (p. 29).

A seguir, Schreber (1903/1984) destaca três pontos a serem observados por Flechsig: No primeiro, pede que o médico considere se, durante sua permanência em sua clínica, houve algum tipo de relação hipnótica com a qual pudesse influenciar, à distância, seu sistema nervoso. No segundo, pergunta se Flechsig, nessa ocasião, testemunhou a comunicação com vozes de origem sobrenatural. Como terceiro e último ponto, o paciente roga ao seu médico considerar a possibilidade de ter recebido, especialmente em sonhos, visões que versavam sobre: onipotência divina, livre-arbítrio humano, eviração, perda de beatitude, seus parentes e amigos, incluindo os do próprio Flechsig e, em especial, de Daniel Fürchtegott Flechsig.

Schreber (1903/1984) assina essa carta como Presidente da Corte de Apelação, em afastamento, isso sem antes declarar:

Ao apelar para seu interesse científico, permito-me confiar em que o senhor terá a plena coragem da verdade, mesmo que isto significasse admitir alguma pequenez, o que não poderia implicar sério prejuízo à sua reputação e dignidade aos olhos de qualquer pessoa sensata (p. 30).

Na introdução de seu livro, Schreber (1903/1984) afirma que o objetivo almejado com a publicação de “Memórias” é fornecer às pessoas de seu círculo de relações – inclusive com aquelas que vier a privar, visto estar internado – uma

compreensão de suas concepções religiosas e uma exposição do conhecimento das coisas supra-sensíveis que lhe foram reveladas, embora seu objetivo inicial tenha sido o de orientar sua esposa quanto as suas experiências pessoais e religiosas, o que explicaria o uso de explicações circunstanciadas e germanização de palavras estrangeiras, visto sua mulher não ser uma leitora culta.

Schreber (1903/1984) afirma que o objeto de sua obra ultrapassa a capacidade de entendimento humano pela limitação encontrada na linguagem para a sua exata expressão. Destarte, ele não consegue compor um conhecimento completo *a priori*, até porque também está preso aos limites do conhecimento humano. Todavia, tem certeza absoluta de que as revelações divinas das quais é o meio de revelação à humanidade deixam-no mais próximo da verdade do que aos demais mortais.

O autor adverte o leitor de que é apenas por imagens aproximadas que ele pode buscar uma compreensão das coisas relativas à fé, apresentando, ao mesmo tempo, o seu método investigativo. Para quem não teve contato com o texto schreberiano, posso adiantar que ele se alça ao posto de um verdadeiro cientista. Schreber não dá azo a dúvidas em suas descobertas, o que já é, em si, uma das características da psicose.

Um dos primeiros pontos de difícil compreensão para o homem comum é o conceito de ‘eternidade’. Schreber (1903/1984) entende que a existência de algo sempiterno, sem uma causa anterior, cria dificuldades para ser imaginado. No entanto, a eternidade pertence aos atributos divinos. A pergunta que se coloca, então, e que, segundo Schreber, permanecerá sem resposta, é sobre a origem de Deus. No mesmo impasse, encontra-se o conceito de criação divina. Quanto a este, não conseguimos conceber a origem de uma nova matéria se não a partir da ação transformadora de outras já existentes. Contudo, diz ele “(...) a criação divina é uma criação a partir do nada” (p. 32).

Os dogmas cristãos da teologia ortodoxa são aceitos por Schreber (1903/1984). Todavia, o fato de Jesus Cristo ser filho de Deus, por exemplo, causa-lhe espécie, pois não se pode dizer que Deus seja provido de órgãos sexuais e que tenha copulado com uma virgem de cujo ventre nasceu Jesus. Aqui saliento a dificuldade de o paciente psicótico conseguir lidar com o aspecto metafórico desses axiomas religiosos.

Esses elementos dão azo às concepções delirantes de Schreber, pois, em uma nota de rodapé, esclarece:

Por outro lado, baseado em minha própria experiência estou em condições de dar uma explicação melhor sobre os alguns dogmas cristãos: de que modo tais coisas se tornaram possíveis por meio de milagres divinos. Algo análogo à concepção de Jesus Cristo por uma virgem imaculada – isto é, por uma virgem que nunca teve relações com um homem – aconteceu no meu próprio corpo. Já em duas ocasiões diferentes (isto quando ainda estava no sanatório de Flechsig) eu possuí órgãos genitais femininos (embora desenvolvidos de modo incompleto) e senti no meu corpo movimentos que correspondem aos primeiros sinais de vida do embrião humano. Por milagre divino foram lançados no meu corpo os nervos de Deus correspondentes ao sêmen masculino, produzindo-se assim uma fecundação (Schreber, 1903/1984, p. 33).

É pela descrição de Deus que Schreber (1903/1984) inicia seu prolífero trabalho. Para ele, os nervos são a alma do homem. Deus é apenas nervos, mas não os tem em número limitado como o homem. As relações entre Deus e os homens dão-se através dos raios, embora, conforme a ‘Ordem do Mundo’, só ocorram após a morte. Nesse sentido, a purificação dos nervos joga um papel fundamental na proximidade com ‘Sua Majestade Fidelíssima’ (designação dada a Deus). Quanto mais puros, mais esbranquiçados são os nervos dos homens, mas isso raramente ocorre sem uma prévia purificação. Uma condição para a purificação das almas é a aprendizagem da língua falada por Deus – língua fundamental –, uma espécie de alemão arcaico, vigoroso e cheio de eufemismos. Assim, por exemplo, alimento tem o sentido de veneno; profano, de sagrado. A purificação ganha a designação de ‘prova’, e as almas não purificadas, segundo o mesmo princípio do eufemismo, são chamadas de ‘almas provadas’. As almas totalmente purificadas sobem ao céu, atingindo a beatitude, que consiste num gozo ininterrupto da contemplação “(...) daquele que é e que será”, ou seja, Deus.

No segundo capítulo, Schreber (1903/1984) descreve o ‘assassinato de alma’, isto é, o assenhoreamento da alma de outra pessoa, com vistas a prolongar a vida ou à obtenção de alguma vantagem, o que pode ser encontrado na literatura, à guisa de exemplo, nos personagens *Fausto*, de Goethe, *Manfred*, de Lord Byron, e *Freischütz*, de Weber. Esse assassinato de alma ocorrido entre as famílias Flechsig e Schreber, e originado pelo ciúme entre as almas que já deixaram este mundo, é a causa da eclosão de uma crise nos reinos de Deus.

Schreber (1903/1984) cita, além do nome do professor Paul Theodor Flechsig, Abraham Fürchtegott Flechsig e Daniel Fürchtegott Flechsig – personagens criados em seu delírio. Ressalto para o fato de Schreber ter encontrado, no seu próprio nome (Daniel Paul Schreber), no nome de seu pai (Daniel Gottlieb Moritz Schreber) e no do Dr. Flechsig (Paul Emil Flechsig), o húnus para o estabelecimento dos personagens acima citados.

No final do segundo capítulo, Schreber (1903/1984) fala da perda momentânea da beatitude, a qual só poderá ser restaurada depois de milhares de anos, ou seja, depois de uma eternidade. Essa idéia, de algo a ser realizado num tempo infinito, será retomada por Freud e Lacan.

Caso não tivesse sido suprimido, o terceiro capítulo fundamentaria os dois capítulos precedentes com informações sobre os membros da família Schreber. Cabe ressaltar que o manuscrito desse capítulo jamais foi localizado.

O quarto capítulo é dedicado à explanação das vivências de Schreber a respeito de sua doença e das internações. O autor afirma ter estado doente por duas vezes. Na primeira, por ocasião da derrota nas eleições parlamentares de 1884, mostrando-se plenamente curado ao final de 1885. Na segunda, pela sobrecarga de trabalho como Presidente da Corte de Apelação de Dresden, iniciada em 1893 e que perdura à época em que escreve as “Memórias”. Em ambas as crises, passa a maior parte do período na clínica psiquiátrica da Universidade de Leipzig, a qual é dirigida pelo Dr. Flechsig. Ao dar entrada na clínica, Schreber desconhecia o antagonismo existente entre sua família e a família do Dr. Flechsig.

Nesse capítulo, Schreber (1903/1984) relata um dado importante que precedera a segunda crise. Trata-se de sonhos nos quais caíra novamente doente e de uma sensação estranha ao acordar certa manhã. Essa sensação, perturbadora e inusitada, está ligada à “(...) idéia de que há de ser, no fundo, verdadeiramente bom ser uma mulher sucumbindo ao coito”²⁰ [a tradução é minha] (Freud, 1911/1973, p. 142). Outro ponto importante deu-se com o agravamento de sua crise durante a internação, coincidindo com a viagem de quatro dias de sua esposa

²⁰ Segundo Ferreira (1999), [do latim *succumbere*, ‘estar deitado embaixo’, ‘cair debaixo’] V.t.i. Cair sobre o peso de; não resistir, ceder; ceder aos esforços de outrem. *Die Vorstellung, dass es doch eigentlich recht schön sein müsse, ein Weib zu sein, das dem Beischlaf unterliege.*

a Berlim. Schreber lembra ter cerca de meia dúzia de poluções numa única noite, as quais, embora não admita claramente, suponho serem consequência de atos masturbatórios. Quanto do regresso da esposa, ele passou a percebê-la não mais como um ser vivo, mas como um tipo de ‘ser feito às pressas’, expressão que designa seres produzidos por milagres e de vida fugaz no delírio schreberiano.

O quinto capítulo é dedicado ao exame do uso da ‘língua dos nervos’. Em uma inversão própria da doença da qual padece, Schreber tem seus movimentos, bem como o pensamento, comandados desde o exterior. Várias almas aparecem em sua cabeça na qualidade de ‘vozes’, ainda que nenhuma saiba da presença das demais. O escritor examina também o problema da eviração e transformação em mulher como tendência inerente à ‘Ordem do Mundo’. A conservação da espécie depende de um único homem, o qual deve ser emasculado para poder gerar filhos. Schreber descreve minuciosamente todo o processo de transformação dos órgãos sexuais masculinos externos em órgãos sexuais femininos internos, além da modificação da estrutura óssea da bacia. Nesse ponto, ele utiliza todo o conhecimento de biologia de que dispõe para dar azo a seu delírio.

Schreber (1903/1984) fala de um mal-entendido fundamental a atravessar-lhe a existência. Este é relativo ao fato de Deus não o conhece verdadeiramente como homem vivo, por este se relacionar apenas com cadáveres; daí, a ligação entre Deus e Flechsig. Na medida em que sua doença parece incurável e seu nervosismo afeta a Deus, ele passa a ser perigoso, e uma conspiração é orquestrada contra ele. Ela consiste em sua transformação em mulher, na entrega de sua alma a um homem, e seu corpo, então feminino, entregue ao mesmo homem para ser abusado sexualmente e, posteriormente, para ser abandonado como o corpo de uma prostituta, destruindo-se também seu discernimento – tornando-o imbecil. Importante citar que essa conspiração contrária à ‘Ordem do Mundo’, ou seja, para a satisfação sexual de um ser humano, não alcança êxito. Schreber define ordem do mundo como “(...) a relação legítima *que subiste entre Deus e a criação por Ele chamada à vida, dada como algo em si, através da essência e das qualidades de Deus*” [grifos do autor] (p. 81, nota 35).

No capítulo seis, Schreber (1903/1984) descreve fisicamente o sanatório, oferecendo uma planta baixa do prédio e de sua localização. A seguir, explica a existência de ‘homúnculos’ – figuras minúsculas de forma humana que acabavam vivendo uma breve existência em sua cabeça para desaparecer completamente.

Nessa época, Schreber passa a se chamar de ‘o vidente’ na língua das almas, por sua capacidade de ver espíritos e de estabelecer relações com eles e com as almas defuntas.

No capítulo seguinte, Schreber (1903/1984) relata que, durante os feriados de Páscoa, o Dr. Flechsig saía de viagem e que ele tivera visões de que o médico se suicidara com um tiro. Outras visões mostram Flechsig se autodenominar ‘Deus Flechsig’ diante de sua própria esposa, embora ela o considere louco por dizer isso. Schreber chega a questionar se esses fenômenos se tratariam realmente de visões, contudo observa haver método nelas, o qual lhe permite conhecer as intenções que tinham a seu respeito. Também é nesse período que ele lembra de ter em seu corpo a alma, e talvez a alma inteira, do Dr. Flechsig, que fora lançada em seu ventre. Mais tarde, essa alma sai de seu corpo pela boca, deixando a impressão de mau cheiro e de mau gosto, por tratar-se de uma alma impura. Outro dado importante é a distinção observada nos ‘raios’ que determinam o aparecimento e a eliminação das doenças. Tais ‘raios’ se dividem em ‘nocivos’ e ‘benéficos’ ou ‘puros’. Os primeiros são carregados de venenos, e, os segundos, desfazem os danos causados pelos ‘nocivos’.

Ainda nesse capítulo, Schreber (1903/1984) descreve o que chamou de “a maldita brincadeira com os homens”. Ela consiste na intervenção no mecanismo da humanidade através dos milagres divinos. A citação a seguir parece mostrar uma relação entre essa “maldita brincadeira com os homens” e o provável fracasso no estabelecimento do transitivismo:

(...) sinto cada palavra dita a mim ou nas proximidades, cada passo humano que ouço, cada apito do trem de ferro, cada disparo de morteiros que é dado provavelmente por barcos a vapor em viagens de recreação, etc., ao mesmo tempo como uma pancada dada na minha cabeça, que provoca nela a sensação mais ou menos dolorosa, mais dolorosa se Deus se retirou para uma distância maior, menos dolorosa se ele permanece mais próximo (p. 101).

As ‘almas provadas’ são o tema do capítulo oito. Nesse período da internação, a relação com os ‘raios’ traz-lhe toda a sorte de temores, acentuando, sobretudo, a fantasia de ser emasculado, abusado sexualmente e largado como uma prostituta. É também nessa época que Schreber é transferido para a clínica de Lindenhof, dirigida pelo Dr. Pierson, a qual ganha das vozes a denominação ‘cozinha do diabo’. Lá acontecem os milagres mais absurdos, ou seja, sem

objetivos duradouros e também designados de ‘brincadeiras vazias’. Nova planta baixa da clínica é desenhada pelo doente.

O paciente afirma não se ter ocupado com quaisquer atividades religiosas em sua estada na ‘cozinha do diabo’. Entretido com a conversação das vozes, Schreber observa as coisas prodigiosas que acontecem ao seu redor. As almas com as quais mantivera contato na clínica do Dr. Flechsig se fazem presentes também no novo hospital. Um grupo de almas menos simpatizantes aparece e, dentre elas, o paciente destaca a figura de Daniel Fürchtegott²¹ Flechsig.

O nono capítulo é iniciado pelo relato da transferência de Schreber para o sanatório da província de Sonnenstein, em Pirna, dirigido pelo Dr. Guido Weber. O paciente lembra das visitas de sua esposa e de que, numa delas, tivera a impressão de que ela já não estivesse entre os vivos. Nesse sentido, ela poderia ser um ‘ser feito às pressas’, *ad hoc*, para a ocasião das visitas. Lembra também de ele ser chamado de ‘Miss Schreber’, o que na Alemanha daquele tempo indica uma mulher solteira de reputação duvidosa.

Às vezes, também é chamado de ‘puta’ (*Luder*) pelas vozes, e isso, na língua fundamental, indica a força do poder de Deus antes do aniquilamento de alguém. Na mesma época, percebe importantes mudanças ocorridas com o sol. Um sol menor é avistado, e, pela primeira vez, aparecem o que chamou de ‘reinos posteriores de Deus’, no mesmo momento em que os ‘reinos anteriores de Deus’ são extintos. A essas percepções, acrescenta, ainda no capítulo 10, o fenômeno milagroso da ‘maldita modelagem do estado de ânimo’. Através desse concurso, seu estado de ânimo é modificado por meio de milagres, no sentido de fazer com que pareça uma pessoa leviana, com o intuito de ser abandonado.

No décimo primeiro capítulo de suas “Memórias”, Schreber (1903/1984) relata que, nos primeiros anos de sua estada em Sonnenstein, os milagres são tão ameaçadores que ele passa a temer por sua vida. Sensações de modificação do corpo são percebidas por ele, principalmente no sentido da adequação de seu corpo a um corpo feminino. A impressão de lhe faltar órgãos internos também é freqüente, como segue:

²¹ Podemos traduzir esse nome por ‘Deus terrível’. Todavia, o nome Fürchtegott não é um nome fictício, pois Freud (1873-1890/1972, p. 18) compara sua noiva a uma personagem de um poema do autor alemão Christian Fürchtegott Gellert (1715-1769).

Quanto aos demais órgãos internos, quero recordar ainda apenas o *esôfago* e os *intestinos*, que muitas vezes foram dilacerados ou desapareceram, a *laringe*, que mais de uma vez degluti junto com o alimento, e finalmente o *cordão espermático*, no qual algumas vezes se operavam milagres bastante dolorosos, principalmente com o objetivo de reprimir a sensação de volúpia que surgia no meu corpo [grifos do próprio autor] (Schreber, 1903/1984, p. 157).

As vozes passam a chamar Schreber de ‘príncipe dos infernos’, como consta no capítulo 12, embora uma parte delas confira esse mesmo título a Flechsig. Schreber (1903/1984) realiza também uma crítica a seu pai, ao afirmar que os médicos não estão bem informados quanto à posição adotada por homens e mulheres ao dormir – exatamente a mesma posição assumida na cópula. As vozes revelam-lhe esse aspecto, o qual não figura no livro “Ginástica Médica de Salão”, escrito por seu pai, assim como as diferenças entre homens e mulheres quanto à excitação sexual. Parece que as prescrições pedagógico-ortopédicas do Dr. Daniel Paul Moritz Schreber forneceram rico material para as concepções delirantes schreberianas.

No décimo-terceiro capítulo, Schreber (1903/1984) relata a intensificação do aparecimento de sinais feminis em seu corpo, o que coincide com a evolução prometida. Ainda que não seja de sua vontade pessoal, a ‘Ordem do Mundo’ exige sua eviração e transformação em mulher, a fim de ser fecundado por raios divinos e de fazer nascer novos homens.

Como está descrito no capítulo 14, a partir de 1897, Schreber passa a organizar um diário, com o intuito de recolher as primeiras impressões para serem usadas como base das futuras “Memórias”. O pequeno caderno marrom recebe o título de “Minha Vida”.

Há algo de podre no reino da Dinamarca é a citação extraída de Hamlet por Schreber (1903/1984) e que designa, no capítulo 15, as dificuldades nas relações entre Deus e a humanidade. O paciente também fala nos ‘pássaros miraculados’, portadores de nervos avulsos de almas beatificadas e capazes de serem reconhecidos pela familiaridade do timbre de voz. Tais pássaros não compreendem o significado das palavras que proferem, falando através de frases decoradas. Assim, como não captam os sentidos das palavras, os ‘pássaros miraculados’ confundem palavras, como, por exemplo, “Santiago” e “Cartago” ou

“Abendrot” e “Atemnot”.²² Schreber atribui, de brincadeira, nome de moças a esses pássaros, dado que suas curiosidade e tendência à volúpia podem ser comparadas às das moças.

O décimo-sexto e o décimo-sétimo títulos são dedicados ao exame da relação das proposições – às vezes, proferidas pela metade –, das perguntas e das partículas interrogativas com o processo de pensamento. Schreber destaca o efeito de coação a pensar, o qual lesa o direito natural do homem de um repouso na atividade do pensamento.

A fala interrompida recebe o nome de ‘sistema do não-falar-até-o-fim’. Para exemplificar, ele lista seis fragmentos de locuções anteriormente expressas de forma completa. São eles: (a) “Agora eu vou me”; (b) “Você deve de fato”; (c) “Nisto eu quero”; (d) “Mas agora ele deveria”; (e) “Mas isto era realmente”; e (f) “Falta-nos agora”. A continuação de cada uma delas era, antigamente, pronunciada. Schreber mostra como tais locuções deveriam ser enunciadas: (a) Agora eu vou me render ao fato de que sou burro; (b) Você deve de fato ser representado como renegador de Deus, dedicado a excessos de volúpia, etc.; (c) Nisto eu quero pensar primeiro; (d) Mas agora ele deveria estar cozido, o assado de porco; (e) Mas isto era realmente demais para a concepção das almas; e (f) Falta-nos agora o pensamento principal, isto é, nós, os raios, não temos pensamentos (p. 210).

Outro dado desse capítulo refere-se à defesa organizada pelo paciente ante o retardamento das vozes ouvidas – uma verdadeira escansão –, provocando uma impaciência nervosa. Schreber (1903/1984) lê livros ou jornais, ou toca piano. Outro subterfúgio empregado por ele é a recitação de poesias decoradas, de longos trechos dos dramas de Schiller e Goethe, de árias de óperas, de poemas satíricos de Max e Moritz e de fábulas de Spekter. Aqui, não posso deixar de ressaltar a ligação entre os personagens cômicos Max e Moritz, do humorista alemão Wilhelm Busch (1832-1908) –, algo como o gordo e o magro de nossas infâncias – com o nome de seu pai (Daniel Gottlieb Moritz Schreber).

A vontade criadora de Deus é demonstrada pelas palavras bíblicas “Faça-se a luz” e “A luz se fez”, proferidas por Deus. Assim, Schreber (1903/1984) inicia o décimo-oitavo capítulo, dedicado a Deus e aos processos da criação. O

²² Crepúsculo e dispnéia.

paciente acredita na superioridade do homem, o qual foi feito à semelhança de Deus e que, depois de sua morte, é novamente transformado em Deus. Todas as elucubrações schreberianas visam, em última instância, dar um tratamento científico às concepções cosmogônicas.

Com relação aos animais inferiores, há a crença de Schreber na geração espontânea – sem progênie –, mas não da maneira corrente nas ciências naturais, senão como o surgimento de um ser vivo organizado a partir da combinação de substâncias inorgânicas e criado por milagres devidos a sua presença. O olhar de Schreber dirige-se a esses novos seres criados como efeito do milagre da ‘orientação do olhar’. Segundo esse milagre, os raios preferem ver o que lhes agrada, isto é, os seres femininos capazes de excitar sua sensação voluptuosa.

No capítulo 19, Schreber (1903/1984) reitera a idéia da existência de uma geração espontânea. Todavia esta se mostra contrária à ‘Ordem do Mundo’ – estado de normalidade e legalidade do mundo – e corresponde, em última análise, a uma criação por milagres divinos.

A assertiva schreberiana “tudo o que acontece se refere a mim” é o mote para o desenvolvimento do vigésimo capítulo. Desculpa-se, frente ao leitor, por saber que se perceber o centro dos acontecimentos é sentimento que sói acompanhar os doentes mentais. Em seu caso, no entanto, é resultado do processo por ele vivido, como mostra a seguir:

Desde que Deus entrou em uma conexão nervosa exclusiva comigo, eu me tornei para Deus, num certo sentido, o homem, ou o único homem em torno do qual tudo gira, ao qual tudo deve se referir e que por isso, também do seu próprio ponto de vista, tem que referir a si mesmo todas as coisas (Schreber, 1903/1894, p. 247).

No penúltimo capítulo, Schreber (1903/1984) dedica-se a contraditar as idéias expressas em sua interdição pelo Real Tribunal de Primeira Instância de Dresden, baseando-se, para esse fim, nas informações recolhidas em uma entrevista com o Dr. Weber. Nela, o paciente busca, na falta de conhecimentos científicos, a possibilidade de confirmação de suas teorias pessoais. Desse capítulo, destaco dois tópicos listados pelo paciente, os quais revelam sua forte inclinação para a investigação científica dos fenômenos vividos por ele e sobre os quais nutre forte desejo de conhecimento:

1. se a teoria científica dos nervos reconhece a existência de nervos (nervos da volúpia, ou nervos sensitivos, segundo uma expressão que

recentemente ouvi da boca do senhor conselheiro Dr. Weber, ou qualquer que seja sua definição científica), cuja função específica consiste em serem *portadores da sensação de volúpia*;

2. se é correto afirmar, como eu faço, que tais nervos da volúpia, na mulher, se encontram no corpo todo, e no homem, só nas partes sexuais e suas imediações, e se eu, portanto, deste modo repeti um fato reconhecido pela teoria científica dos nervos, ou afirmei algo incorreto, de algo com o atual estado desta ciência.

Ficaria extremamente grato por uma forma de explicação que viesse, *por escrito*, ou por meio do empréstimo de uma obra científica sobre a teoria dos nervos, da qual eu mesmo pudesse extrair os excertos necessários [grifos do autor] (Schreber, 1903/1984, p. 258).

Uma entrevista concedida pelo Dr. Weber em 26 de março de 1900 não aplacou as dúvidas científicas do paciente. Embora o médico tenha contraditado as hipóteses do funcionamento do sistema nervoso, Schreber afirma ser certo que, subjetivamente, seus órgãos – em especial as mamas – se apresentam como nas mulheres. Ao passar a mão sobre sua pele, o autor diz sentir a sensação de volúpia feminina, principalmente em seu peito. Ainda que o estado da ciência não consiga reconhecer aquilo que já fora revelado para o paciente, Schreber acredita que a observação pode aplacar essa dúvida: “Nos momentos de aproximação, meu peito dá a impressão de ter seios bastante desenvolvidos; este fenômeno pode ser *visto com os próprios olhos* por qualquer um que queira me observar” [grifo do autor] (p. 261).

O capítulo 22 é dedicado às considerações finais e às perspectivas futuras. Schreber (1903/1984) traz como primeira questão o fato de ser ou não mortal, visto já ter sofrido inúmeras transformações e lesões nos órgãos vitais nos sete anos anteriores, bem como as conseqüências produzidas no mundo e nas relações com Deus no caso de morrer. As esperanças de Schreber expressam-se da seguinte forma:

Assim, acredito não me equivocar quando suponho que no final ainda serei recompensado com uma palma da vitória muito especial. Em que consistirá, não ousou prevê-lo de um modo específico. Apenas como possibilidades que entram aqui em consideração, cito uma emasculação [eviração] a ser ainda completada, fazendo com que por meio da fecundação divina nasça do meu ventre uma descendência, ou ainda outra conseqüência: ao meu nome se ligará uma fama que não foi concedida nem a homens com dotes intelectuais incomparavelmente maiores que os meus (Schreber, 1903/1984, pp. 271-272).

Schreber (1903/1984) encerra seu livro com a certeza na vitória da verdade. Acredita, também, que a divulgação de suas idéias religiosas ligadas ao desenvolvimento de seu destino pessoal há de causar uma reviravolta nunca vista nas concepções religiosas da humanidade.

A primeira série de suplementos, escrita de outubro de 1900 a junho de 1901, é dedicada a temas específicos. No primeiro capítulo, ele examina o tema dos milagres, principalmente em experiência cotidianas ligadas à alimentação. No segundo capítulo, afirma ser a inteligência divina ao menos igual à soma de todas as inteligências humanas que já existiram. Isso se dá pelo fato de Deus acolher todos os nervos humanos após a morte, concurso que permite também a Deus adquirir conhecimento relativo à vida intelectual humana, à linguagem humana, etc. Schreber retoma o tema da ‘brincadeira com os homens’ no capítulo três. Nele, refere a importância de sua presença na manifestação da vida das outras pessoas.

O tema das alucinações é referido no quarto capítulo. A partir da citação da definição de alucinação de Kraepelin, ele estabelece uma diferença em relação ao seu caso, descrevendo os fenômenos experimentados como resultantes da influência dos raios sobre seu corpo, cuja origem é sobrenatural, diferentemente de uma concepção materialista ou racionalista.

O capítulo cinco é dedicado ao exame da representação espacial de Deus e da relação deste com o sol. Schreber (1903/1984) aborda diferentes assuntos no sexto capítulo da primeira série de suplementos. Destaco, dentre eles, o exame da voluptuosidade e a crença de que fenômenos extraordinários poderão ser observados em seu leito de morte:

Também não considero excluída a possibilidade de que no meu leito de enfermo ou de morte se observem alguns fenômenos extraordinários e por isso desejo que seja permitido o acesso a cientistas de vários domínios do saber, que na ocasião poderão extrair conclusões importantes sobre a verdade de minhas idéias religiosas (p. 310).

O paciente retoma também as considerações à pessoa do Dr. Flechsig, afirmando estar isento de animosidade pessoal. Para Schreber (1903/1984), os fenômenos ligados a Flechsig referem-se a sua alma, a qual deve ser distinguida do homem vivo. A cremação é o tema de interesse do capítulo sete, visto que, para o paciente, a alma conta com um substrato material – os nervos –, que joga papel

importante no processo de beatitude. O autor mostra-se em dúvida quanto ao processo de cremação permitir, ou não, uma beatitude futura.

Na segunda série de suplementos, Schreber (1903/1984) afirma não ter muito mais a acrescentar e oferece uma visão atualizada de sua situação. Ele reitera que o objetivo da publicação de suas “Memórias” é de se oferecer como objeto de uma observação científica. Caso isso não aconteça, espera que o seu cadáver possa, algum dia, servir de prova material dos fenômenos por ele vividos, como segue:

Depois de tudo isto não me resta mais nada *senão oferecer minha pessoa ao julgamento dos especialistas, como objeto de observação científica*. Este convite é o *principal objetivo que persigo com a publicação do meu trabalho*. Na pior das hipóteses, resta-me esperar que um dia, com a *dissecção do meu cadáver*, possam ser constatadas peculiaridades comprobatórias no meu sistema nervoso, dado que sua constatação em corpos vivos, conforme o que me foi dito, se acompanharia de dificuldades extraordinárias ou se revelaria completamente impossível [grifos do autor] (p. 326).

No apêndice de seu livro, encontramos um ensaio escrito por Schreber (1903/1984) no início de 1900, época em que se encontrava internado no sanatório de Sonnenstein. Esse pequeno trabalho intitulado “Em que Condições uma Pessoa Considerada Doente Mental Pode ser Mantida Reclusa em um Sanatório Contra sua Vontade Manifesta”, bem como dois pós-escritos a ele anexados, mostram, apesar de escritos sem o auxílio da literatura especializada da época, uma grande lucidez quanto às questões legais envolvidas na internação dos doentes mentais. Nessa época, Schreber luta por recuperar sua capacidade civil plena e mostra, através de seu escrito, a inadequação do confinamento contra a vontade dos pacientes que não representam perigo real para si e para os demais.

2.3.2 – “Notas Psicanalíticas sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia (*Dementia Paranoides*)”, de Sigmund Freud

Segundo a nota de abertura do editor inglês encontrada na edição *standard* brasileira das obras completas de Sigmund Freud – ainda que o livro de Schreber tenha sido editado em 1903, com conseqüentes debates em círculos psicanalíticos –, Freud só tem sua atenção atraída para ele na metade de 1910. Em sua viagem à Sicília, em setembro do mesmo ano, Freud discute o tema da paranóia com

Ferenczi. De volta a Viena, inicia o artigo que fora dado por concluído nas cartas a Abraham e Ferenczi, ambas datadas de 16 de dezembro. Tudo indica que o artigo só tenha sido publicado no verão de 1911 e que o ‘Pós-escrito’, lido no Terceiro Congresso Psicanalítico Internacional, em 22 de setembro de 1911, em Weimar, só no início de 1912.

Nessa mesma nota, podemos encontrar uma boa indicação de como Freud desenvolve teoricamente o problema da paranóia até as suas contribuições posteriores ao artigo sobre o Presidente Schreber. O editor inglês também oferece um quadro cronológico dos principais acontecimentos da vida de Schreber, dividindo-o segundo a irrupção das três crises de sua doença. A nota é concluída com indicações sobre o problema da tradução, devido ao uso específico da linguagem por Schreber.

O artigo de Freud (1911/1969) está dividido da seguinte forma: Introdução, Capítulo I – História Clínica; Capítulo II – Tentativas de Interpretação; Capítulo III – Sobre o Mecanismo da Paranóia; e, finalmente, o Pós-escrito, publicado pela primeira vez em 1912.

Na introdução, Freud (1911/1969) faz comentários a respeito da dificuldade do tratamento de pacientes paranóicos, afirmando que a investigação psicanalítica da paranóia só se torna possível a partir dos relatos oferecidos pelos próprios pacientes. Nesses relatos, ainda que de forma distorcida, eles revelam o que os neuróticos soem manter em segredo. Tendo em vista o fato de os paranóicos não superarem suas resistências internas e de dizerem apenas o que bem entendem, um relatório escrito ou uma história clínica impressa podem tomar o lugar das informações trazidas diretamente pelo paciente.

Freud (1911/1969) admite não ter informações atuais sobre Schreber, o qual morre poucos meses antes da publicação da história clínica escrita por Freud. Porém, em virtude de ele ser um homem preocupado com o desenvolvimento da ciência e de não ter escrúpulos em revelar sua condição mais íntima em benefício do que considera ser um avanço no campo científico e religioso, Schreber pensa não estar ferindo quaisquer suscetibilidades pessoais, principalmente em relação ao Dr. Flechsig. Outrossim, sugere aos seus leitores que leiam, pelo menos uma vez, as “*Denkwürdigkeiten*”, de Schreber (1903/1984).

2.3.2.1 – Do Livro de Schreber

No início do capítulo dedicado à história clínica de Schreber (Capítulo I), Freud (1911/1969) afirma que nem a descrição da doença oferecida pelo próprio Schreber, nem os relatórios médicos que se encontram no final das “Memórias” são elementos suficientes para entendermos sua história anterior e os pormenores pessoais. Freud não sabe sequer a idade do paciente quando de sua primeira doença, que uma nota de rodapé fixa em 42 anos. Segundo consta em nota de rodapé (p. 65), a idade do paciente e mais alguns dados que não constam no livro consultado foram trazidos a Freud graças à informação prestada por um de seus parentes e pelo Dr. Stegmann, de Dresden, ainda que assevere não ter utilizado senão o material constante do texto real das “*Denkwürdigkeiten*”.

Freud (1911/1969) retoma aspectos importantes no adoecimento de Schreber. A vida familiar com sua esposa, cheia de honrarias, mas frustrada na esperança de terem filhos. A idéia de ser mulher durante o coito, surgida ao despertar, também figura em destaque.

Segue a descrição de elementos recolhidos durante a segunda enfermidade, baseada nos relatórios médicos anexos ao livro de Schreber. Freud (1911/1969) assinala o fato de o paciente sentir-se perseguido e prejudicado por certas pessoas, destacando-se, dentre elas, o Dr. Flechsig, a quem chamava de ‘assassino de alma’. O sistema delirante de Schreber pode ser resumido na crença de que ele tinha a missão de redimir o mundo e de restituir-lhe o estado de beatitude, transformando-se, primeiramente, de homem em mulher. Isso não corresponde a uma vontade pessoal do paciente, mas a um dever baseado na ‘Ordem do Mundo’ (estado de normalidade do mundo, cingido por leis e limites que regulam a relação de Deus com o mundo criado e com a humanidade).

Nesse ponto, Freud (1911/1969) apresenta um argumento distinto do encontrado nos relatórios médicos. Para ele, a idéia de eviração constitui o delírio primário de Schreber, relacionando-se apenas secundariamente com o papel de redentor. A transformação em mulher teria como objetivo abusos sexuais de que seria alvo e não altos desígnios. Por este artifício, um delírio sexual de perseguição foi posteriormente transformado em delírio religioso de grandeza. Uma confirmação da idéia de que a fantasia de eviração seja de natureza primária repousa no fato de Schreber pensar como seria bom ser uma mulher no ato da

cópula, ainda no período de incubação da doença. Freud (1911/1973) diz textualmente que:

A transformação em mulher fora o *punctum saliens*, o primeiro gérmen da formação do delírio; ela [a transformação em mulher] mostrou também ser a única parte cuja produção sobreviveu e a única parte que soube impor seu lugar no efetivo compromisso de convalhecimento²³ [em latim no original] [a tradução é minha] (p. 149).

Em seguida, Freud (1911/1969) passa a examinar o sistema teológico-psicológico delirante de Schreber, o qual mistura o banal com o brilhante, o original com o que foi tomado de empréstimo. O primeiro conceito analisado é o de ‘alma’. A alma está contida nos nervos do corpo. Os homens são compostos por corpos e por uma quantidade finita de nervos, porém, Deus é composto unicamente por infinitos nervos. A estrutura de Deus é complexa: composto pelos vestibulos do céu, domínios anteriores e posteriores de Deus. Apesar de ele ser uma unidade, o ‘Deus inferior’ e o ‘Deus superior’ devem ser considerados como seres separados, cada um dos quais com egoísmos e instintos de autopreservação particulares e com comportamentos diferentes em relação a Schreber.

Dependendo da ‘Ordem do Mundo’ (ou da Ordem das Coisas), a existência de Deus pode correr perigo. Um exemplo disso é o estado de intensa excitação dos nervos de alguns homens vivos, capaz de, retroativamente, exercer uma influência da qual ‘Sua Majestade Fidelíssima’ não se pode livrar. Freud (1911/1969) chama atenção para o tom amargo de Schreber ao longo de sua obra, pois, como está acostumado à comunicação com os mortos, Deus não compreende os homens vivos.

Essa má compreensão dos homens vivos leva Deus a tornar-se o instigador da conspiração contra Schreber, tomando-o por idiota e submetendo-o a severas provocações. Um exemplo disso encontra-se no ato da defecação. Schreber vê, nesse processo, algo mais do que uma função fisiológica, na medida em que ela passou a ser a ocorrência de um milagre. Para o leitor que ainda não conhece a terminologia schreberiana, é preciso esclarecer que milagre é um acontecimento

²³ *Die Verwandlung in ein Weib war das punctum saliens, der erste Keim der Wahnbildung gewesen; sie erwies sich auch als das einzige Stück, welches die Herstellung überdauerte, und als das einzige, das im wirklichen Handeln des Genesenen seinen Platz zu behaupten wusste.*

que contradiz as leis da natureza e que é agenciado por Deus ou por seus representantes. Esses milagres, seguindo a característica de eufemismo da língua fundamental (*Grundsprache*), são ações nocivas e intencionais contra Schreber, mantidas através dos raios divinos.

É importante salientar que Schreber não usa o termo defecar, mas ‘cagar’; embora não chegue a escrever a palavra por inteiro, indicando-a apenas com a primeira letra. A alteração de termos eruditos por chulos é uma característica comum nos delírios psicóticos.

Outro elemento importante no sistema delirante schreberiano é a questão da ‘beatitude’. Freud (1911/1969) salienta que o paciente a define como um estado de fruição ininterrupta da contemplação de Deus, o que não considera nada muito original. Todavia, Schreber percebe uma distinção entre o estado de beatitude feminino e o masculino. O estado de beatitude masculino é superior ao feminino e parece estar vinculado a uma sensação de voluptuosidade. Aliás, o cultivo da voluptuosidade é o que marca a relação entre Schreber e Deus, na medida em que este a exige.

O estado de beatitude, para Freud, deriva da condensação dos principais significados da palavra alemã ‘*selig*’, isto é, ‘falecido’ e ‘sensualmente feliz’. Assim, o psicanalista vê, na voluptuosidade, um segundo elemento de importância além da figura de Deus. A descrença e o ascetismo sexual dá lugar à devoção a Deus e à voluptuosidade, ambas com características peculiares. Assim, Schreber assume uma atitude feminina para com Deus, como se fosse sua esposa.

2.3.2.2 – Da Interpretação Freudiana

Na verdade, nosso único interesse é o significado e a origem dessa idéia patológica.

(Freud)

Em sua tentativa de interpretação, Freud (1911/1969) vê duas possibilidades para uma compreensão do sistema delirante de Schreber: a primeira, refere-se às próprias declarações delirantes do paciente e; a segunda, às causas ativadoras de sua doença. O alto nível intelectual do paciente possibilita que o estudo de Freud tome como base a própria comunicação de Schreber.

Assim, também acaba por seguir a técnica psicanalítica habitual, uma vez que o próprio paciente oferece a chave para essa tarefa. Freud diz:

(...) suprimir a configuração negativa, conforme se está habituado a fazer na técnica psicanalítica, tomar o exemplo pela própria coisa, a citação ou glosa pela fonte original; e encontra-se de posse da tradução – do modo de expressar paranóico em normal – procurada²⁴ [a tradução é minha] (1911/1973, p. 162).

Para oferecer uma ilustração desse procedimento, Freud (1911/1969) examina o conceito schreberiano de ‘pássaros miraculados’ ou ‘pássaros falantes’. Esses pássaros, assim como afirmei anteriormente, são produzidos por milagres e compõem-se de restos de almas beatificadas. Proferem frases decoradas sem entenderem seu significado, mas param de falar assim que ouvem uma palavra que rime com as suas. O psicanalista vê, na descrição dos pássaros miraculados, uma referência às moças. Estas são, amiúde, comparadas a gansos, acusadas de terem ‘miolos de passarinho’ e de dizerem apenas frases decoradas, além de confundirem palavras estrangeiras que soam de modo semelhante. É por isso que, segundo Freud, o paciente acaba por dar nomes de moças a grande número desses pássaros.

Freud (1911/1969) também se refere ao capítulo censurado do livro, mais exatamente o terceiro, no qual Schreber prometia trazer à lume acontecimentos ocorridos com outros membros de sua família, o que provavelmente facilitaria o entendimento de sua doença. Todavia, Freud avança nas relações entre Schreber e o Dr. Flechsig, buscando uma correlação entre o trabalho do sonho (*Traumarbeit*) e o trabalho de formação do delírio (*Wahnbildungsarbeit*).²⁵ Dessa forma, a pessoa a quem o delírio atribui poder e influência é idêntica a alguém que desempenhou importante papel na vida emocional do paciente, no período anterior a sua doença. Já a intensidade da emoção é projetada como que vindo do exterior, enquanto sua qualidade é transformada no oposto.

²⁴ (...) *die negative Einkleidung wegzulassen, wie man es in der psychoanalytischen Technik zu tun gewohnt ist, das Beispiel für das Eigentliche, das Zitat oder die Bestätigung für die Quelle zu nehmen, und befindet sich im Besitze der gesuchten Übersetzung aus der paranoischen Ausdrucksweise ins Normale.*

²⁵ A edição *Standard* brasileira usa a nomenclatura ‘elaboração onírica’ e ‘formação delirante’. Preferi, no entanto, os termos ‘trabalho do sonho’ e ‘trabalho de formação do delírio’, por mostrarem melhor as semelhanças ressaltadas por Freud.

A causa do adoecimento é, para Freud (1911/1969), uma manifestação de libido homossexual. A explicação está na comunicação dos sonhos de que sua doença havia retornado seguida imediatamente da impressão de que seria bom ser uma mulher durante a cópula. Reunindo ambos os temas, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que rememorava sua doença, uma recordação do médico fora despertada em sua mente e que a atitude feminina que viria a assumir no seu delírio já era dirigida desde então ao médico, Dr. Flechsig. Os sintomas são, então, o resultado da luta contra a moção libidinal.

Outro ponto ressaltado por Freud (1911/1969) é quanto ao número excessivo de poluções de Schreber durante uma única noite. O pesquisador acredita serem acompanhadas de fantasias homossexuais que permaneceram inconscientes, pois, sem um acompanhamento mental, não poderiam ocorrer. Suponho, por outro lado, que essas poluções sejam conseqüência da masturbação, visto Schreber se ressentir de ser acusado de se masturbar.

Os sentimentos do paciente para com seu médico podem ser devidos, segundo Freud (1911/1969), a um processo de transferência, segundo o qual um investimento emocional é transposto de uma pessoa que exerceu importância para o paciente ao médico, que, na realidade, era-lhe indiferente. Freud acredita na importância das figuras de um irmão e do pai e encontra, nas indicações das “*Denkwürdigkeiten*”, a confirmação de que ambos, o pai e um irmão do paciente, já estivessem mortos por ocasião do desencadeamento de sua segunda crise.

Esquemáticamente falando, a pessoa-alvo de um investimento libidinal torna-se o perseguidor, e a essência da fantasia de desejo torna-se essência de perseguição. Freud (1911/1969) acredita que outros delírios de perseguição guardem a mesma relação. Todavia, é o desenvolvimento ulterior do caso do ‘Presidente Schreber’ que o distingue dos demais. O pesquisador vê, na substituição de Flechsig por Deus, a primeira dessas modificações, e, em seguida, as sensações voluptuosas tornam-se de acordo com a ‘Ordem do Mundo’, a partir da eviração. Essas transformações representam a solução do conflito de forças: enquanto o Eu do paciente encontra satisfação na megalomania, sua fantasia de desejo cresce e se torna aceitável.

Freud (1911/1969) investiga também o papel de Deus na fantasia de Schreber. A transformação do Dr. Flechsig em Deus e a ênfase dada a sua figura no sistema delirante schreberiano leva-o a asseverar que Deus significa o

reaparecimento de outra figura de importância na vida do paciente e que ela, para o investigador, só pode ser a pessoa de seu pai. Aliás, Freud também comenta a presença de um irmão mais velho nessa organização delirante, sem saber que o irmão já falecido e indicado por Schreber em suas “Memórias” era, realmente, três anos mais velho que ele.

Ao desenvolver aspectos relativos à figura paterna, Freud (1911/1969) afirma a importância do pai de Schreber, o qual era médico, e que tinha como nome Daniel Gottlob Moritz Schreber. Uma nota de rodapé esclarece que em todas as edições alemãs o nome Gottlob é incorretamente grafado Gottlieb²⁶. Segundo consta, o pai de Schreber foi o fundador de um tipo de ginástica calistênica (exercícios para a beleza e para a tonicidade física) na Alemanha, a qual visava à educação harmoniosa dos jovens e à elevação dos padrões de saúde, exercendo grande influência em seu tempo, a ponto de ver sua memória eternizada nas Associações Schreber, na circulação de um periódico médico (*Ärztliche Zimmerymnastik*) e na publicação de livros sobre pedagogia, ginástica e higiene.

A grandiosidade da figura do pai de Schreber possibilita-o figurá-lo como Deus. Freud (1911/1969) lembra que os deuses da antiguidade tinham uma relação mais próxima com os homens e que muitos dos imperadores romanos mortos eram transformados em deuses. O fato de o pai do paciente ter sido um eminente médico pode explicar dois aspectos de seu sistema delirante: primeiramente, Deus é visto por Schreber como aquele que só compreende os mortos, assim como um médico sabe lidar com os cadáveres e, em segundo lugar, que muitas curas médicas são vistas como verdadeiros milagres por seus pacientes.

Freud (1911/1969) ainda desenvolve o conflito de Schreber com a masturbação, o papel do sol em seu delírio – e, para isso, utiliza-se da literatura e de outros casos metapsicológicos seus – e, também, a questão de Schreber não ter tido filhos. Quanto a esse aspecto, sabemos que sua mulher, Ottilin Sabine Behr, sofreu seis abortos espontâneos (dado desconhecido por Freud). A partir daí, a

²⁶ Na cronologia apresentada no livro de Schreber (1903/1984), também encontramos *Gottlieb*, que significa Amadeus, enquanto que *Gottlob* pode ser traduzido pela expressão “Deus louvado!”.

eviração e a cópula com Deus são a saída para engendrar a continuidade do nome Schreber.

2.3.2.3 – Considerações Teóricas

No terceiro capítulo de seu trabalho, Freud (1911/1969) desenvolve aspectos relacionados à forma assumida pelos sintomas, pois, até então, nenhum mecanismo específico da paranóia foi revelado que não esteja também nas neuroses. Para Freud, a relação do paciente com as fantasias de desejo homossexual guarda uma íntima conexão com esse tipo de enfermidade. Essa idéia, também corroborada pelos estudos de Jung e Ferenczi, indica o fracasso na luta contra a fantasia inconsciente homossexual.

As pesquisas psicanalíticas levam o pesquisador a considerar o estágio do desenvolvimento libidinal situado entre o auto-erotismo e o amor objetal, chamado de narcisismo. Nele, as pulsões sexuais que até então investiram as atividades auto-eróticas passam a buscar um objeto amoroso, mas, em princípio, o próprio corpo desempenha esse papel. A partir daí, é que se abre a possibilidade de que outra pessoa seja investida como objeto sexual. Essa fase equidistante entre o auto-erotismo e o amor objetal é indispensável. Todavia, algumas pessoas podem demorar-se nela por um período longo e até levar, para estágios ulteriores de seu desenvolvimento, algumas de suas características.

Se há um investimento nos órgãos sexuais do próprio sujeito tomado como seu objeto libidinal na fase narcísica, na posterior passagem para um outro objeto externo deve haver a escolha de um objeto com órgãos sexuais semelhantes, uma escolha homossexual, e daí para uma escolha heterossexual. Essa é a linha de desenvolvimento pensada por Freud (1911/1969). Porém, há pessoas que se detêm no período de escolha de objeto com órgãos sexuais semelhantes, tornando-se homossexuais. Ainda que o indivíduo alcance o estágio de escolha heterossexual, as tendências homossexuais não são totalmente descartadas, mas desviadas de seu objetivo sexual e aplicadas a outras situações, como, por exemplo, na manutenção dos laços sociais e na amizade.

Freud (1911/1969) conclui que o cerne da conflitiva dos homens que desenvolvem paranóia é uma fantasia de desejo homossexual de amar um homem e que o cerne dessa conflitiva pode ser representado pela proposição '*eu* (um

homem) *o amo* (um homem)’. Dessa proposição, o pesquisador retira as seguintes contradições: (a) nos delírios de perseguição, a proposição é alterada para ‘eu não *o amo* – eu *o odeio*’ e, conseqüentemente, para ‘eu *o odeio* – *ele me odeia* (persegue)’, sendo o perseguidor alguém que outrora fora muito amado. A proposição contradiz o predicado; (b) na erotomania, o ‘eu não *o amo*’ transforma-se em ‘eu *a amo*’. A proposição contradiz o objeto; (c) nos delírios de ciúme, são diferentes para os homens e para as mulheres, mas ambas contradizem o sujeito. Nos delírios alcoólicos masculinos de ciúmes, a proposição ‘não sou *eu* quem ama o homem’ transforma-se em ‘*ela* o ama’, e, nos delírios femininos de ciúme, o ‘não sou *eu* quem ama as mulheres’, analogamente, para ‘*ele* as ama’; e (d) uma última contradição ainda é possível – aquela que rejeita a proposição como um todo. Nesse caso, o ‘*não amo de modo algum* – *não amo ninguém*’ parece ser o equivalente psicológico da proposição ‘eu só amo a mim mesmo’, contradição encontrada na megalomania.

Um processo a jogar papel importante na paranóia é a projeção. Freud (1911/1969) conceitua o mecanismo de projeção como uma percepção interna suprimida, cujo conteúdo é deformado e que ingressa na consciência sob a forma de percepção externa. Porém, Freud destaca que a projeção não pode ser considerada patognomônica, uma vez que não desempenha o mesmo papel em todas as formas de paranóia e que também pode estar presente em outras condições psicológicas. Assim, Freud diz adiar a investigação da projeção para outra ocasião, e uma nota de rodapé (p. 90) indica nunca ter sido levado a termo.

Outro ponto trabalhado por Freud (1911/1969) é o relativo ao recalçamento. O psicanalista divide o processo de repressão em três fases, quais sejam, a fixação, o recalçamento²⁷ propriamente dito e o retorno do recalçado. A fixação é a precursora e condição necessária ao recalçamento, onde componentes pulsionais se mantêm em um estágio mais primitivo do desenvolvimento. O recalçamento é um processo ativo caracterizado pela soma de forças da repulsa exercida pelo sistema consciente e da atração exercida pelo inconsciente. O retorno do recalçado é, a seu turno, o fracasso do recalçamento, implicando uma regressão do desenvolvimento libidinal ao ponto de fixação.

²⁷ Na edição *standard* brasileira encontramos, erroneamente, *Verdängung* por repressão.

Freud (1911/1969) também utiliza o recurso da literatura para corroborar sua interpretação. É na parte I, cena 4, de Fausto²⁸, que o pesquisador apóia a idéia de que a formação delirante não é o produto patológico, mas uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução. Nessa perspectiva, a escatologia schreberiana corresponde à projeção de sua catástrofe interna, na medida em que o fim de seu mundo subjetivo é consequência da retirada do investimento libidinal das pessoas e do próprio ambiente. Freud (1911/1973) conclui seu ponto de vista sobre a projeção na paranóia desta forma:

O que a nós se faz notar ruidosamente é o processo de cura que anula o recalçamento e reconduz a libido novamente para as pessoas às quais ela abandonou. Na paranóia, ele [o processo de cura] consuma-se pela via da projeção. Não foi correto dizer que a sensação interna reprimida é projetada para o exterior; nós entendemos, pelo contrário, que o que foi internamente suprimido retorna do exterior²⁹ [a tradução é minha] (p. 193-194).

Outras considerações são oferecidas na última parte do capítulo III – “Sobre o Mecanismo da Paranóia”. A primeira questão abordada é relativa ao papel do mecanismo de desligamento da libido. Freud (1911/1969) acredita que, na vida cotidiana, estamos sempre a nos desligar de objetos e pessoas sem adoecermos. Como exemplo disso, o psicanalista busca novamente o apoio da literatura e observa que Fausto, ao se libertar do mundo, não desenvolve nenhuma paranóia ou neurose, mas apenas mostra uma exata estrutura da mente. Assim, o desligamento da libido não pode ser considerado como fator patogênico na paranóia. Por outro lado, a libido liberada vincula-se ao eu, fazendo um retorno ao estágio do narcisismo. Freud conclui “(...) que os paranóicos trouxeram consigo

²⁸ Desgraça! Desgraça!

Tu o destruístes.

O belo mundo,

Com punho poderoso!

Em ruínas foi derrubado,

Pelo golpe de um semideus despedaçado!

.....

Mais poderoso

Para o filho dos homens,

Mais esplêndido,

Constrói-o novamente,

Em teu próprio seio constrói-o de novo!

²⁹ *Was sich uns lärmend bemerkbar macht, das ist der Heilungsvorgang, der die Verdrängung rückgängig macht und die Libido wieder zu den von ihr verlassenem Personen zurückführt. Er vollzieht sich bei der Paranoia auf dem Wege der Projektion. Es war nicht richtig zu sagen, die innerlich unterdrückte Empfindung werde nach aussen projiziert; wir sehen vielmehr ein, dass das innerlich Aufgehobene von aussen wiederkehrt.*

uma *fixação no narcisismo*, e asseveramos que o montante do *retrocesso da homossexualidade sublimada para o narcisismo* indica o montante de *regressão* característico da paranóia”³⁰ [grifos do autor] [a tradução é minha] (p. 195).

Outro aspecto observado por Freud (1911/1969) é a possibilidade de que o desligamento da libido possa se dar tanto de maneira parcial quanto geral. No caso do Presidente Schreber, o pesquisador avalia retrospectivamente, através das engenhosas construções delirantes, a intensidade do desligamento geral da libido. A relação alterada que o paranóico estabelece com o mundo pode ser explicada pela perda de seu interesse libidinal; e isso se dá por levar em consideração qualquer alteração em seu ambiente, estimulando-o a criar teorias explicativas.

Concluindo suas idéias, Freud (1911/1969) situa a paranóia entre outras formações patológicas já conhecidas. Ele acredita que ela deva ser mantida como um quadro clínico independente, ainda que, neste quadro, possamos encontrar características da esquizofrenia.

Quanto ao estudo freudiano da paranóia, há uma indicação clara do autor de que sua teoria foi desenvolvida antes de tomar conhecimento do conteúdo das “*Denkwürdigkeiten*”, de Schreber. Assim, Freud (1911/1969) espera que o futuro decida se há mais delírio em sua teoria ou se há mais verdade no delírio de Schreber, mostrando que ambos se dedicam a um reconhecimento no campo científico.

No pós-escrito, destinado a ser apresentado no Terceiro Congresso Psicanalítico Internacional, em 1911, Freud (1911/1969) admite ter utilizado um mínimo de interpretação sobre o historial clínico do Presidente Schreber, acreditando que o leitor mais afeito à teoria psicanalítica pode extrair mais conclusões do que as oferecidas por ele. Freud encerra esse pós-escrito com algumas contribuições baseadas em estudos posteriores acerca do papel desempenhado pelo sol no sistema delirante schreberiano.

³⁰ (...) *dass die Paranoischen eine Fixierung im Narzissmus mitgebracht haben, und sprechen wir aus, dass der Rückschritt von der sublimierten Homosexualität bis zum Narzissmus den Betrag der für die Paranoia charakteristischen Regression angibt.*

2.3.3 – “De uma Questão Preliminar a Todo Tratamento Possível da Psicose”, de Lacan

No artigo “De uma Questão Preliminar a todo Tratamento Possível da Psicose”, Lacan (1959/1998) reporta-se aos aspectos do seminário por ele proferido nos dois primeiros trimestres do ano letivo de 1955-56, dedicado à questão da psicose. Esse trabalho de pouco mais de 50 páginas é denso, como costumam ser os escritos de Lacan, e divide-se em cinco partes assim denominadas: (a) Rumo a Freud; (b) Depois de Freud; (c) Com Freud; (d) Do Lado de Schreber; e, (d) Pós-escrito. Ofereço, neste momento, um breve resumo das principais idéias trabalhadas por Lacan.

De início, o autor afirma que o tema das psicoses, antes de Freud, está ligado a um debate teórico psicológico. Isto posto, a teoria do conhecimento, em sua versão mais abstrata, parece não dar conta dos efeitos subjetivos, principalmente quanto à percepção da realidade. Se uma alucinação é um *perceptum*³¹ sem objeto, tais teorias exigem do *percipiens*³² a justificativa de tal *perceptum*. Para Lacan (1959/1998), resta saber se o *perceptum* tem em si um sentido unívoco no *percipiens*.

Ainda que a relação do sujeito com a sua própria fala o impeça de falar sem se ouvir, também é verdade que ele não pode se escutar sem se dividir. Sabe-se que a alucinação verbal é acompanhada do esboço dos movimentos fonatórios e que o *sensorium*³³ é indiferente na produção de uma cadeia significativa. Daí, Lacan (1959/1998) retira as seguintes conclusões sobre essa cadeia: a primeira é

³¹ Segundo Abbagnano (2003), “(...) é a experiência *pessoal* de um objeto, a maneira como um objeto se mostra ao sujeito” (pp. 756-757). Para Lalande (1999), é o “(...) objeto da percepção, sem referência a uma realidade, a uma coisa em si à qual corresponderia este *percepto*. Equivale à expressão alemã *empirische Anschauung*, quando se entende por *Anschauung* não a faculdade ou o ato de perceber, mas a própria ‘representação’ que resulta deste ato” (p. 805).

³² Segundo Lalande (1999), *percipiente* equivale ao ser que percebe, ao sujeito.

³³ De forma geral, para Lalande (1999), corresponde ao órgão central, o qual reúne as sensações provenientes dos diversos sentidos, a fim de garantir, ao sujeito, a representação de um objeto.

que ela se impõe ao sujeito em uma dimensão de voz; a segunda é que ela assume uma realidade, observável na experiência, suportada por sua atribuição subjetiva; e, a terceira, é que sua estrutura coloca o *percipiens* como equívoco.

Na prática, observa-se a intenção de rejeição do discurso, presentificada pela alucinação da seguinte maneira: uma palavra é emitida no lugar em que o objeto indizível é rechaçado no real. Esse processo desliga a alucinação da intenção do sujeito, porque a alucinação surge no lugar daquilo que não tem nome.

Lacan (1959/1998) reitera a idéia de que as “*Denkwürdigkeiten*”, de Schreber, em uma visão estreita, podem ser consideradas como uma introdução à fenomenologia da psicose, cabendo a ele uma análise estrutural cujo alvo é a relação entre o significante e o sujeito.

Uma primeira distinção é demarcada por Lacan (1959/1998), qual seja, entre os fenômenos de código e os fenômenos de mensagem. Os primeiros podem ser observados nas vozes que utilizam a *Grundsprache* (língua fundamental) – alemão arcaico e rico em eufemismos –, constituindo um neocódigo. Como fenômenos de mensagem, observamos ser o próprio significante o objeto da comunicação em detrimento do seu significado, recebendo dos lingüistas a designação de mensagens autônomas.

Lacan (1959/1998) observa que ‘nosso paciente’ – maneira com que ele chega a se referir a Schreber – apresenta seu texto alucinatório de forma peculiar, isto é, há momentos nos quais as frases são interrompidas nos termos índices, designados por *shifters*, os quais indicam a posição do sujeito a partir de sua própria mensagem, deixando suprimida a parte propriamente léxica da frase. Isso leva a uma situação paradoxal, ou seja, ao estabelecimento de um código organizado por mensagens sobre o próprio código e à redução da mensagem no código àquilo que a indica no próprio código.

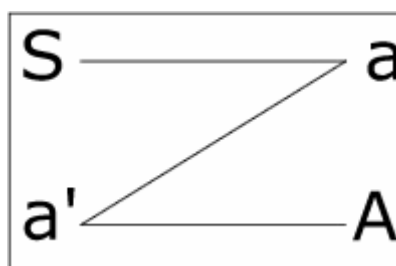
Na segunda parte desse trabalho, intitulada “Depois de Freud”, Lacan (1959/1998) comenta que muitos psicanalistas restringem o problema da psicose à noção de perda da realidade. O autor chama atenção para o fato de Freud indicar que o mais importante não está na perda da realidade, mas no expediente utilizado para a sua substituição, na medida em que é do interior que o paciente retira os elementos de acordo com suas necessidades. A crítica também se estende ao mecanismo de projeção reduzido a sua fórmula gramatical, largamente utilizada

para a explicação do delírio schreberiano. Para Lacan, Freud aponta ser o mecanismo de projeção insuficiente para dar conta do caso, trazendo novos elementos sutis em relação ao recalque, os quais poderiam ser mais bem explorados pelos psicanalistas.

Lacan (1959/1998) também se dedica a uma crítica ao trabalho de Ida Macalpine sobre o caso Schreber, da qual destaco, em primeiro lugar, que a autora soube criticar o chavão da repressão de uma pulsão homossexual como determinante da psicose paranóica. A homossexualidade não explica a paranóia, mas se mantém como um sintoma ligado ao seu processo. Em segundo lugar, Lacan refere que Macalpine evita os entendimentos que façam referência ao Édipo, afastando-se das indicações freudianas, e lançando mão de uma fantasia de procriação, a qual faria parte da estrutura da hipocondria. Para Lacan, tal fantasia não é exclusiva de determinada estrutura psíquica, assim como a incerteza em relação ao próprio sexo, presente na psicose, também é traço comum na histeria.

Na terceira parte de seu artigo, Lacan (1959/1998) apresenta uma simplificação do esquema *L*, conforme modelo representado abaixo, para, mais adiante, desenvolver o esquema *R*, de realidade.

ESQUEMA *L*³⁴



Do conhecido esquema *L*, apresentado acima, ele diz que:

(...) significa que o estado do sujeito *S* (neurose ou psicose) depende do que se desenrola no Outro *A*. O que nele se desenrola articula-se como um discurso (o inconsciente é o discurso do Outro), do qual Freud procurou inicialmente definir a sintaxe relativa aos fragmentos

³⁴ Retirado da *Homepage* www.pradodeoliveira.com/br/outro.html em 14/08/2006.

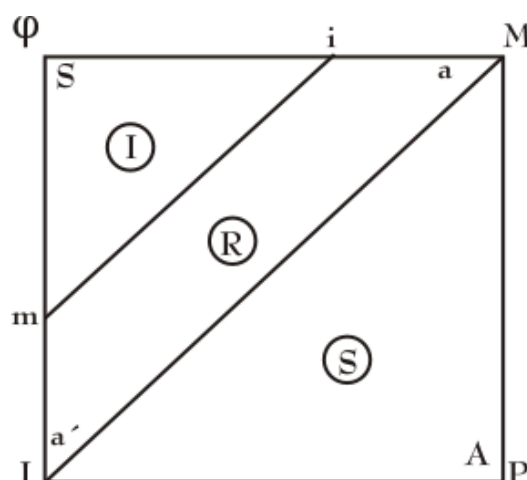
que nos chegam em momentos privilegiados, sonhos, lapsos, chistes (Lacan, 1998, p. 555)

Esse esquema mostra como o sujeito se encontra implicado e articulado em forma de discurso, estando presente nos quatro termos do esquema. A existência do sujeito mostra-se em S , seus objetos estão em a , seu Eu – o que de sua forma é refletido em seus objetos – está em a' , e A representa o lugar de onde o sujeito pode formular a questão de sua existência, ou seja, “Que sou eu nisso?”

Para Lacan (1959/1998), nós, analistas, damos testemunho da força da pergunta pela existência feita pelos pacientes em sua dimensão relativa ao seu sexo e a sua contingência no ser. O sujeito depara-se com tensões, suspensões e fantasias próprias geradas por essa pergunta, sendo que a mesma se articula no Outro por elementos do discurso particular. As figuras observadas nesse discurso apresentam fixidez de sintomas, os quais são legíveis e passíveis de dissolução por decifração.

Freud, segundo Lacan (1959/1998), não se deixa enganar quando constata que a questão relativa ao Outro inconsciente não encontra resposta naquilo que Lacan chama de práticas divinatórias, das quais Jung se faz representante. As técnicas que promovem as criações imaginárias, as quais têm, nos devaneios e nos desenhos, exemplos bem conhecidos, localizam-se sobre o eixo $a - a'$. Isso quer dizer que tais recursos caem na rede da miragem narcísica que os sustenta pelos efeitos de sedução e de captura. Freud, a seu turno, teria rejeitado tais práticas divinatórias, porque elas não levavam em conta a função diretiva de uma articulação significante.

O questionamento do sujeito em sua existência depende da articulação do significante no Outro. Lacan (1959/1998) propõe, então, o esquema R , para dar conta da realidade em psicanálise, isto é, de uma realidade feita de significantes que determinam o lugar do sujeito, como exposto a seguir:

ESQUEMA R^{35} 

Percebe-se, inicialmente, que o trajeto Saa'A é o mesmo encontrado no esquema L já dado anteriormente. Esse trajeto mostra a relação simbólica do sujeito (S) e do Outro (A) duplicada na relação imaginária do eu (a') com seus objetos (a), dando o eixo básico para o esquema R .

O esquema R é composto de dois triângulos ou ternários, tendo o campo da realidade entre eles. Os dois ternários foram concebidos para representar o campo imaginário, $i\phi m$, e o campo simbólico, IPM .

O ternário imaginário é composto pelos seguintes termos: o i , como imagem unificadora do estádio do espelho; o ϕ , como a identificação do sujeito com a imagem fálica, como falo imaginário; e o m , como o Eu, como corpo fragmentado da criança. Os vértices i e m figuram como os dois termos imaginários da relação narcísica, isto é, o Eu e a imagem especular.

O ternário simbólico indica como o sujeito se sustenta no campo da realidade sob o significante do falo. Esse triângulo é dado pelos seguintes elementos: o M representa o significante do primeiro Outro real, o objeto primordial materno. É na medida em que a mãe também se oferece como o primeiro pequeno outro, como semelhante, para a criança, que o a aparece sob o M . O I , como ideal do eu e o P como a posição em A (grande outro) do significante do Nome-do-Pai. Podemos dizer que o significante do Nome-do-Pai

³⁵ Retirado da *Homepage* www6.ufrgs.br/psicopatologia/esquema%20r%20i_carol.doc em 14/08/2006.

está fora do conjunto da rede significante, de modo a tornar esse conjunto consistente.

O campo da realidade situa-se entre o quadrilátero $miMI$, circunscrevendo-o. O *perceptum* (o objeto), por sua vez, está condicionado a esse campo preñado de significantes e orientado na direção do simbólico. Lacan (1959/1998) situa entre os elementos i e M – espaço relativo ao a – as extremidades de vários segmentos (Si , Sa , SM), os quais representam as várias possibilidades das figuras imaginárias das relações de agressão erótica. Já entre m e I – espaço relativo ao a' –, encontram-se as extremidades dos segmentos que apontam para as identificações do Eu, desde sua *Urbild* especular, sua arquiimagem, até a identificação paterna do ideal do eu. No vértice I , situa-se a criança na condição de desejada.

O esquema R definido acima permite um único corte a ser efetuado nos dois vetores mi e MI , isolando do campo uma banda de Moebius. Tal corte revela dois elementos heterogêneos da estrutura da superfície inteira, quais sejam, os elementos do algoritmo da fantasia ($\$ \langle a \rangle$). O $\$$ surge onde a banda recobre o campo R da realidade, e o a corresponde aos campos I e S . Portanto, o campo da realidade é suportado pelo sujeito em sua condição de sujeito originalmente recalcado. Todavia, o campo da realidade só se sustenta pelo estabelecimento de seu enquadre a partir da extração do objeto a , na mesma medida em que a intrusão do campo I (imaginário) no campo R (realidade) se dá em consequência do narcisismo.

Como último ponto da terceira parte desse artigo, Lacan (1959/1998) desenvolve o tema do falocentrismo. Para ele, o falocentrismo é a consequência da intrusão do significante em nosso psiquismo, o que independe de uma suposta harmonia do psiquismo com a natureza que ele exprime. A função imaginária do falo é, desde Freud, o elemento principal do processo simbólico deflagrado pelo questionamento do sexo pelo complexo de castração tanto para os homens quanto para as mulheres.

Enfatizando a dimensão simbólica, Lacan (1959/1998) mostra, a partir do exemplo trazido por Jones de uma tribo australiana, que (...) “a atribuição da procriação ao pai só pode ser efeito de um significante puro, de um reconhecimento, não do pai real, mas daquilo que a religião nos ensinou a invocar como o Nome-do-Pai” (p. 562); isso a partir da possibilidade de que a atribuição da paternidade seja dada ao encontro da mulher com o espírito de alguma fonte ou

pedra, dependendo do que o contexto simbólico exigir. Isto posto, o significante do pai leva-nos a reconhecer a força do pai simbólico, na qualidade de pai morto, o qual nos liga à vida e à lei.

A partir desse momento, Lacan (1959/1998) desenvolve o capítulo que chamou de “Do Lado de Schreber”. Toda a teorização anterior serviu de base para o desenvolvimento, pelo autor, da subjetividade do delírio schreberiano.

Como primeiro passo, Lacan (1959/1998) relembra a fórmula da metáfora ou da substituição significante trabalhada no seminário daquele ano e apresentada a seguir. Nessa fórmula, ele mostra que a significação do falo deve ser evocada no imaginário do sujeito a partir da metáfora paterna. Os S representam significantes, enquanto o x é a significação desconhecida. Já o s é o significado induzido pela metáfora e dependente da substituição de S' por S na cadeia significante.

$$\begin{array}{l} \underline{S} \cdot \underline{S'} \\ S' \quad x \end{array} \longrightarrow S \begin{array}{c} \underline{I} \\ s \end{array}$$

Tomando essa fórmula como modelo, Lacan (1959/1998) aplica-o à metáfora do Nome-do-Pai. Essa metáfora tem como consequência colocar esse Nome como substituto do lugar originalmente simbolizado pela ausência da mãe, como pode ser demonstrado a seguir:

$$\begin{array}{l} \underline{\text{Nome-do-Pai}} \\ \text{Desejo da Mãe} \end{array} \cdot \begin{array}{l} \underline{\text{Desejo da Mãe}} \\ \text{Significado para o sujeito} \end{array} \longrightarrow \text{Nome-do-Pai} \begin{array}{c} \underline{A} \\ \text{Falo} \end{array}$$

A presença subjetiva do significante do Nome-do-Pai é absolutamente compatível com a ausência do pai real. Todavia, a ausência desse significante passa a dirigir o interesse de Lacan (1959/1998).

Primeiramente, Lacan (1959/1998) afirma que a presença do significante no Outro se apresenta normalmente ao sujeito em estado recalcado (*verdrängt*) e, através do automatismo de repetição (*Widerholungszwang*), a presença do significante é representada insistentemente pelo significado. Já no fenômeno da psicose, o autor destaca o termo freudiano *Verwerfung*, para designar uma função inconsciente diversa do recalcado.

Para Lacan (1959/1998), a *Verwerfung*, que receberá de sua pena o nome de foraclusão, indica a ausência do que Freud chamou de *Bejahung*, isto é, de juízo de atribuição. A *Bejahung* figura como o elemento necessário anterior à aplicação da *Verneinung* (denegação), a qual pode ser entendida como juízo de existência. Para o autor, a experiência analítica mostra que a *Verneinung* revela o próprio significante que ela anula. Todavia, a *Bejahung* primordial refere-se ao significante que pode ser encontrado na obra freudiana com o nome de signo (*Zeichen*), como termo de uma percepção original.

A *Verwerfung*, então, é a foraclusão do significante. Destarte, quando o significante Nome-do-Pai é invocado, sua resposta no Outro corresponde a um furo, sem efeito metafórico, provocando um furo correspondente no lugar da significação fálica. A expressão “assassinato de almas” (*Seelenmords*) empregada por Schreber é, segundo Lacan (1959/1998), um exemplo desse efeito de dano no sujeito desvendado apenas parcialmente pelo Presidente Schreber.

Lacan (1959/1998) lamenta o fato de o livro de Schreber ter sido censurado, principalmente no tocante à retirada do terceiro capítulo, mas sem que com isso tenha deixado de se revelar um documento de mais elevada credibilidade. A obra schreberiana confunde-se com o próprio delírio, oferecendo uma excelente oportunidade de estudo da estrutura psicótica. Schreber esforça-se em expressar o seu processo psíquico, ainda que devesse declinar da intenção de revelar fatos ligados a nome de pessoas ainda vivas à época. Apesar disso, Freud, segundo Lacan, parece conseguir retirar todas as conseqüências de obras como “Fausto”, “*Freischütz*”, e, principalmente, de “Manfred”, de Byron, de onde supõe que Schreber tenha retirado o nome Ariman. A essência dessa obra está na morte do herói, protagonista de uma relação incestuosa com a irmã³⁶, devido a uma maldição lançada sobre ele.

A dimensão inconsciente pode ser reconhecida em Schreber pelo fato de o delírio estar organizado em torno do poder de criação das palavras. Assim, Schreber faz uma existência nascer do nada, independentemente de qualquer experiência com o real da matéria, amparado pelos recursos estilísticos de um alemão culto e anacrônico. O pensamento é sentido como intrusão, como

³⁶ Freud (1911/1969) utiliza a palavra *Geschwisterinzest*, que significa incesto entre irmãos, o que não exclui, segundo Santner (1997) um incesto homossexual.

independente de sua própria mente, por se basear na percepção, por parte dele, de pensamentos nunca antes imaginados.

Lacan (1959/1998) enumera alguns fenômenos da fantasmagoria delirante schreberiana, quais sejam, o milagre do urro (*Brüllenwunder*) – um grito arrancado de seu peito e que o surpreende –, o grito de socorro (*‘Hülfe’ rufen*) – emitido pelos ‘nervos de Deus’ –, a eclosão de manifestações percebidas como fruto de sua própria criação e o aparecimento de criações miraculosas. Sobre esses fenômenos, Lacan diz:

Porventura esses últimos meteoros do delírio não aparecem como o vestígio de um rastro, ou como um efeito de franja, mostrando os dois tempos em que o significante que foi morto no sujeito faz brotar de sua noite, primeiro, um clarão de significação na superfície do real, e depois faz o real iluminar-se com uma fulgurância projetada das profundezas de seu substrato de nada? (p. 567).

O delírio schreberiano deve ser considerado, segundo Lacan (1959/1998), em uma solidariedade simbólica expressa na realidade por um fenômeno tripartite: o Criador, a Criatura e o Criado. O psicanalista lembra que o Criado é quem cria subjetivamente o Criador. Então, é nessa perspectiva que devemos pensar a figura de Deus nesse delírio, que se nos apresenta, nas descrições de Schreber, “Único em sua Multiplicidade, Múltiplo em sua Unidade” (Lacan, 1998, p. 567,) o que é rapidamente constatável pelos desdobramentos da deidade numa hierarquia de reinos descritos nas “*Denkwürdigkeiten*”.

Dado não menos importante é o fato de Deus estar foracluído de qualquer troca com os seres vivos, pois, além de ser refratário à experiência, não consegue compreender os seres humanos, sendo-lhe vedado o contato com a interioridade dos mesmos: Deus só apreende o ser vivo pelo seu exterior, através de um sistema de notas (*Aufschreibesystem*) no qual ficam registrados os atos e os pensamentos. Esse sistema faz lembrar a Lacan (1959/1998) a crença religiosa infantil de notas tomadas pelos anjos da guarda.

Retomando o esquema *R*, Lacan trata de transpor a posição do sujeito para o ternário constituído pelas letras *I*, *P* e *M*, as quais significam, respectivamente, o ideal do eu, o significante Nome-do-Pai e o objeto primordial materno. Dessa transposição, diz o autor:

Então nos parece realmente que, se o Criado *I* assume ali o lugar em *P* deixado vago pela lei, o lugar do Criador designa-se por esse *liegen lassen* [deixar largado], esse abandono fundamental em que parece

desnudar-se, pela forclusão do Pai, a ausência que permitiu construir-se na primordial simbolização o M da Mãe (Lacan, 1959/1998, p. 570).

Depreende-se, então, no caso da paranóia, que o esquema *R* dado anteriormente seja alterado a partir do furo aberto pela forclusão do Nome-do-Pai; furo este em torno do qual vemos faltar o suporte da cadeia significante para o sujeito – lugar onde, justamente, o sujeito procura se reconstruir. Daí, um novo esquema surge na pena de Lacan (1959/1998), recebendo o nome de esquema *I*, como apresentarei mais adiante.

A tentativa de reconstrução do sujeito pode ser observada no delírio schreberiano precisamente onde figura, como ponto central, a eviração (*Entmannung*) a qual não pode ser tomada como equivalente à *Verweiblichung* (transformação em mulher), pela própria estrutura subjetiva que sustenta a produção delirante. A transformação em mulher é, para Schreber, a conseqüência inevitável de se tomar pelo falo e não pela forclusão do pênis. Assim, por não poder ser o falo que falta à mãe, tornar-se a mulher que falta aos homens apresenta-se-lhe como a solução possível para o seu conflito. Tal aspecto pode ser observado na impressão de Schreber, relativa à fase prodrômica da segunda crise de sua doença, de que “(...) deveria ser realmente bom ser mulher se submetendo ao coito”. Todavia, a transformação em mulher é, para Lacan (1959/1998), uma solução prematura, na medida em que os homens não conseguem responder ao seu apelo por serem, tanto quanto ele, desprovidos de falo; fato retratado pela expressão “imagens de homens feitos às pressas”.

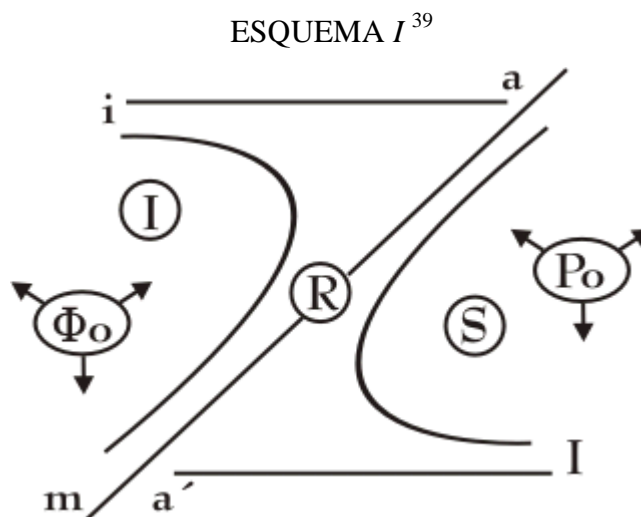
A relação da paranóia com a homossexualidade manifesta no delírio de Schreber carece de maior esclarecimento, uma vez que não se expressa pela eleição homossexual de objeto. Lacan (1959/1998) destaca a prática transexualista, próxima da perversão, e já trabalhada por diversos autores, caracterizada, no caso de Schreber, como uma prática solitária cuja satisfação ele chega a confessar. Tal satisfação está em portar colares femininos e olhar, diante do espelho, seu peito nu, deleitando-se com a percepção de seios bem desenvolvidos, os quais acredita que qualquer um poderia observar. Ao concluir sua transformação em mulher, Schreber estará apto a acolher o germe embrionário

da nova humanidade, através de uma operação espiritual cujo frêmito já pressentira durante o estranhamento hipnopômico³⁷.

Engendrar uma nova humanidade a partir das próprias entranhas é um ato de redenção, o qual visa a tais criaturas por nascer, já que a humanidade padece da decadência da volúpia que a une a Schreber. Destarte, Schreber encarna em si mesmo a tarefa do casal designado para repovoar a terra, agora, inabitada. Freud (1911/1969) percebe, nesta afirmativa, uma realização assintótica de desejo.

A partir desse ponto, Lacan (1959/1998) vê partir da criatura, calcadas em sua imagem, duas ramificações diferentes de uma mesma linha, quais sejam, a do gozo narcísico e a da identificação ideal. Essa linha margeia um segundo abismo, o furo instalado pelo “assassinato de alma” e representado pela morte.

Essas considerações finalizam o esboço do esquema *I*, o qual representa o esquema *R* modificado segundo a estrutura de um sujeito ao término de seu processo psicótico, onde percebemos as alterações das funções identificadas pelas letras apresentadas e trabalhadas anteriormente. O esquema *I* mostra o desenho de duas hipérbolas que apresentam também uma dupla assíntota³⁸ ao longo de uma das retas diretrizes. Essa dupla assíntota – seguindo a indicação do termo freudiano – une o eu delirante de Schreber ao outro divino.



³⁷ Relativo ao momento de despertar.

³⁸ Segundo Ferreira (1999), reta tangente a uma curva cuja tangência tende para o infinito.

³⁹ Retirado da *Homepage* www6.ufrgs.br/psicopatologia/esquema%20r%20i_carol.doc em 14/08/2006.

Lacan (1959/1998) afirma que o esquema *I* apresentado acima resume a fecunda investigação de Freud sobre o tema da psicose, para a qual contou apenas com o apoio de um documento escrito. A única organicidade envolvida nesse processo é, para Lacan, a que motiva a estrutura da significação.

O esquema *I* mostra os transtornos schreberianos de crepúsculo do mundo como conseqüência da indução significativa sobre o imaginário, a qual acaba por exigir novos efeitos significantes. As alterações do paciente, atestadas pelas lembranças evocadas nas suas “*Denkwürdigkeiten*”, bem como pelos atestados médicos, apontam a tentativa de restabelecimento de uma nova ordem por parte do sujeito, coincidindo com as diferentes etapas de dissolução imaginária, das quais as sucessões simbólicas dos reinos anteriores e posteriores de Deus são um bom exemplo.

Embora o esquema *I* apresente inegável alteração, Lacan (1959/1998) afirma que podemos reconhecer nele o trajeto Saa’A, espinha dorsal apresentada no esquema *L* simplificado e presente também no esquema *R*. Tal trajeto mostra, no exame do caso Schreber, a importância dada à relação com o outro, na qualidade de seu semelhante em detrimento da relação fora-do-eixo com o Outro, comumente designada pela psiquiatria clínica como delírio parcial.

Ao concluir esse capítulo, Lacan (1959/1998) assevera que o drama da loucura está situado na relação do homem com o significante e que o perigo de delirarmos com o paciente não nos deve intimidar, assim como não intimidou a Freud. E termina dizendo que “(...) o ser no homem não apenas não pode ser compreendido sem a loucura, como não seria o ser do homem se não trouxesse em si a loucura como limite de sua liberdade” (p. 581).

Na quinta e última parte desse artigo, intitulada “Pós-escrito”, Lacan (1959/1998) lembra que, em seu ensino, chama de Outro o lugar da memória, o mesmo lugar que recebera o nome de inconsciente por Freud. À indestrutibilidade de certos desejos ligados a esse lugar, Lacan responde com a elaboração da cadeia significativa inaugurada pela simbolização primordial – manifestada pelo automatismo de repetição que tem o jogo do *Fort-Da* como modelo de sua origem – e determinada por ligações lógicas. Para o autor, a metáfora e a metonímia são efeitos significantes através dos quais o ser do ente se exerce.

Por outro lado, a forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro é o fracasso do registro da metáfora paterna, e esse acidente dá a psicose sua condição especial e a separa estruturalmente da neurose. Destarte, o desencadeamento de uma psicose é dado pela invocação do Nome-do-Pai foracluído (*verworfen*) em oposição simbólica ao sujeito no lugar do Outro. A conseqüência da falta do Nome-do-Pai nesse lugar acarreta uma série de remanejamentos do significante, justamente pelo furo aberto no do significado. A metáfora delirante é, a seu turno, a estabilização do significante e significado, ainda que esse caminho indique um verdadeiro desastre do imaginário.

Na psicose, a chamada pelo Nome-do-Pai em um lugar onde nunca esteve se dá, para Lacan (1959/1998), através de um pai real, não necessariamente o pai do sujeito, o qual recebe, da pena do psicanalista, o nome de Um-pai. Este Um-pai surge justamente no lugar que antes não foi possível chamá-lo, situado na posição terceira à relação imaginária a-a'. Essa relação pode ser lida como estabelecida entre o eu e o objeto ou entre o ideal e a realidade, jogando o sujeito no campo erotizado da agressividade definido pela relação imaginária. O início da psicose sempre é marcado por essa face de drama, fonte de inspiração para a literatura e imortalizada, segundo Lacan, na figura do marido para a parturiente, na figura do confessor para a pecadora ou na do pai do rapaz para a jovem enamorada.

A carência paterna atestada pelos teóricos desde a idéia de um pai aterrador até o seu oposto, um pai passivo, acrescida das imagos maternas frustradora ou saciadora apontam para a rivalidade dos pais no imaginário do paciente psicótico, sem deixar de marcar algo relativo à relação ternária edipiana. Lacan (1959/1998) insiste para o fato de a importância dada pela mãe às palavras do pai – a sua autoridade – é que reserva ao Nome-do-Pai um lugar na promoção da lei. Diferentemente do atestado até então pelos demais teóricos, a questão não está dada pelos dados factuais de convivência do casal. A forclusão (*Verwerfung*) primordial é o ponto a partir do qual o psicótico passa a urdir o seu delírio.

2.4 – Discussão dos Resultados

Ensaio Metapsicológico: “Da Loucura como Ciência à Ciência da Loucura”

A diferença entre a verdade e a ficção é que a ficção faz mais sentido.

(Mark Twain)

Ao iniciar, proponho o desafio de questionar se as “Memórias” de Daniel Paul Schreber (1903/1984) teriam chegado aos nossos dias – e ao nosso conhecimento – se não fosse por sua estreita ligação com a psicanálise e, em especial, com as formulações dadas por Sigmund Freud (1911/1969). Sempre que nos remetemos a Daniel Paul Schreber, usamos antes a denominação Presidente Schreber, tal qual ficou consagrado pela psicanálise. Se isso por si só já não fosse suficiente para responder à pergunta inicial, posso afirmar, com Santner (1997), que o texto freudiano estabelecido a partir da leitura das “*Denkwürdigkeiten*” schreberianas está irremediavelmente vinculado à obra de Schreber pela força interpretativa emprestada por Freud. Destarte, sempre que nós tratamos do tema “Schreber”, estamos travando um diálogo com Freud e com o caso metapsicológico por ele elaborado.

Outra possibilidade de resposta à questão inicial está na qualidade do próprio texto escrito por Schreber (1903/1984); não no sentido de ser um texto bem ou mal escrito, mas, precisamente, quanto a sua finalidade intrínseca. A obra “Memórias de um Doente dos Nervos” pode ser considerada um clássico, embora não vamos encontrar aí a prosa historicamente bem descrita de um memorialista ou a ficção bem concebida de um romancista. Não, definitivamente, Schreber não escreve suas memórias visando à honraria de um prêmio Goethe, o qual foi conferido a Freud, mas, antes, como o testemunho escrito de seu padecimento. Aqui, é importante destacar que só tomamos esse texto por um texto clássico pelo fato de Freud (1911/1969) tê-lo alçado a tal condição.

A quem interessaria ler uma expressão tão viva do adoecimento mental de um ser humano que não fosse alguém preocupado pela área dos transtornos

mentais e psíquicos? O. Mannoni (1994) comenta, em sua biografia de Freud, que: “As qualidades intelectuais e morais de Schreber, sua memória, sua lucidez, sua sinceridade absoluta fazem de seu livro o mais perfeito relato de que dispomos de uma paranóia” (p. 146).

Em um ensaio intitulado “Schreber als Schreiber”⁴⁰, O. Mannoni (1973) afirma não podermos rejeitar as “*Denkwürdigkeiten*” por terem sido escritas por um louco, uma vez que a literatura conhece outros casos como esse. Todavia, esse gênero de escrita, assim como as narrativas de viagens, não constitui gênero literário. O interesse suscitado pela obra recai sobre as ricas descrições do autor, terreno fértil para as teorias de psiquiatras e psicanalistas sobre a psicose paranóica.

O que se destaca na obra de Schreber é justamente a descrição minuciosa e corajosa de sua realidade em detrimento da transformação dessa realidade em experiência literária ou poética. Nesse sentido, vale repetir os objetivos do autor expressos no início de seu livro e já citados anteriormente:

Creio que seria valioso para a ciência e para o conhecimento de verdades religiosas possibilitar, ainda durante minha vida, quaisquer observações da parte de profissionais sobre meu corpo e meu destino pessoal. Diante desta ponderação, deve calar-se qualquer escrúpulo de ordem pessoal. (Schreber, 1903/1984, p. 25)

Na segunda série de suplementos colocada ao final de sua obra, Schreber (1903/1984) reitera seus objetivos, conforme também apresentei anteriormente:

Depois de tudo isto não me resta mais nada *senão oferecer minha pessoa ao julgamento dos especialistas, como objeto de observação científica*. Este convite é o *principal objetivo que persigo com a publicação do meu trabalho*. Na pior das hipóteses, resta-me esperar que um dia com a *dissecção do meu cadáver*, possam ser constatadas peculiaridades comprobatórias no meu sistema nervoso, dado que sua constatação em corpos vivos, conforme o que me foi dito, se acompanharia de dificuldades extraordinárias ou se revelaria completamente impossível [grifos do autor] (p. 326).

As duas citações anteriores, chamam atenção para a forte intenção do autor para com a ciência, o que ratifica a idéia de que não se encontra em as “Memórias” objetivo literário, senão de maneira fortuita. Melman (2006) destaca, com propriedade, que, ao iniciar o capítulo XIII, Schreber descreve um mundo

⁴⁰ Schreber como escritor.

reconciliado. O mês de novembro de 1895 marca uma mudança na forma de prever o futuro e mostra-se como um capítulo importante da história de vida de Schreber. Ele diz: “Lembro-me ainda claramente desse momento; coincidiu com uma série de belos dias do fim de outono, quando em todas as manhãs havia densa névoa sobre o Elba” (Schreber, 1903/1984, p. 175).

Registrada nesse período, encontramos uma mudança subjetiva que se desenrola no sentido de o texto ganhar ares romanescos, diferindo da descrição pesada, mas sempre precisa, de seu processo de adoecimento. Com razão, Melman (2006) afirma o seguinte:

(...) na trama fechada do texto schreberiano em que cada significante é um signo das implicações sempre temíveis, densa e rigorosa como uma exposição matemática, essa invocação à natureza é, com efeito, literalmente a única frase que pode parecer gratuita, não falando, e, entretanto, rica de um sentido encontrado. Após o período do sol, uma magnífica paisagem emerge do nevoeiro, e isso não quer dizer nada mais, nem a ninguém. Pensamos poder considerar aqui, guiados pela análise de Lacan sobre o tema de “a paz da noite” (Seminário sobre o caso Schreber, 8 de fevereiro de 1956), o retorno de um possível jogo metafórico em uma cadeia inconsciente, abrindo, com a harmonia do sujeito em seu mundo, a ambigüidade do lugar onde ele é falado e significado (p. 323).

Logo em seguida, Schreber (1903/1984) dá sua explicação para essa mudança sentida. Segundo ele, os sinais de feminização – sinais estes que somente eram percebidos pelo paciente – mostravam-se ao mesmo tempo em que revelavam para ele sua finalidade nesse processo. A eclosão dos supostos atributos feminis produz um momento de parada, de relaxamento das condições delirantes mais opressoras. É a partir desse momento, no qual o paciente consegue melhor suportar as exigências da vida, que surge, ainda que num lampejo deveras fugaz, a capacidade de se entregar à metáfora.

Destarte, posso afirmar que essa passagem das “*Denkwürdigkeiten*” anteriormente citada é o único trecho no qual percebemos o peso da pena do escritor Schreber sobre a pena do cientista Schreber. Isso corrobora minha idéia de que os estritos objetivos de sua obra, aliados à condição psíquica do paciente, não favorecem possíveis arroubos literários. Schreber escreve suas memórias com o único intuito de oferecê-las à ciência, colocando-se como a experiência viva dos desígnios de Deus.

À guisa de comparação, trago um exemplo consagrado da literatura. Em seu livro intitulado “Orlando” – sua obra mais famosa –, Virginia Woolf (1928/1978) retrata a biografia fantástica de um nobre inglês chamado Orlando e nascido no século XVI que se transforma em mulher e vive até os anos 20 do século passado. Nesse livro, o tema da transformação em mulher, tão caro a Schreber, é assim caracterizado:

(...) – e com isso Orlando despertou. Espreguiçou-se. Levantou-se. Ficou de pé, completamente despido na nossa frente, enquanto as trombetas rugiam: “Verdade! Verdade! Verdade!” E não podemos deixar de confessar: era mulher.

O som das trombetas esmoreceu e Orlando continuou despido. Nenhuma criatura humana, desde que o mundo é mundo, foi mais arrebatadora. Sua forma reunia, ao mesmo tempo, a força do homem e a graça da mulher (...). Orlando mirou-se de alto a baixo num grande espelho, sem mostrar nenhum sinal de perturbação, e dirigiu-se provavelmente para o quarto de banho (pp. 76-77).

Utilizando-se da mudança de sexo de seu personagem principal, Woolf (1928/1978) trata de traçar um panorama da Inglaterra quanto às questões relativas aos costumes da época. Ainda que seja de conhecimento geral que sua delicada saúde psíquica a tenha levado ao suicídio, Orlando não é colocado no papel por representar a própria vida da escritora. Orlando ‘nasce’ da verve literária de Woolf, mas os dois jamais se confundem.

Retomando o curso depois dessa rápida digressão, destaco a intenção de Schreber (1903/1984) expressa no recurso por ele impetrado, o qual assina ‘Dr. Schreber, presidente da Corte de Apelação, em afastamento’. Ele declara: “*A certeza do meu conhecimento de Deus e a absoluta segurança de estar em contato direto com Deus e com milagres divinos se ergue altíssima, muito acima de toda e qualquer ciência humana*” [grifos do autor] (p. 369). Contudo confessa não querer ser tomado por pretensioso, na medida em que a revelação da verdadeira natureza das coisas divinas de forma superior a qualquer outro ser humano deu-se nele em consequência de um milagroso encadeamento de circunstâncias.

O processo de compreensão dos fenômenos supranaturais, afirma Schreber (1903/1984), foi acompanhado da perda da alegria de viver. Todavia, ao compreender o teor de tais fenômenos, os mesmos passaram a ser o ponto central de sua vida, e a serenidade de espírito passou a estar relacionada à revelação de

Deus – em quase todos os instantes – através de seus milagres e em sua língua. Tendo em vista esses aspectos, ele está seguro em afirmar:

(...) isto explica também o valor incomparavelmente elevado que dou à publicação das minhas *Memórias*. Pois se por meio delas eu conseguir não apenas despertar consideráveis dúvidas nos outros, mas também me for dado lançar uma luz por detrás do escuro véu que oculta o Além dos olhos dos homens, então o meu trabalho poderá fazer parte das obras mais interessantes que já foram escritas desde que o mundo existe (p. 370).

Santner (1997) argumenta que, em última análise, é à teologia e à filosofia que Schreber oferece suas “Memórias”, ainda que deseje ter seu corpo examinado por cientistas. Eu, por outro lado, afirmo que a alma de Daniel Paul Schreber – alma verdadeiramente atormentada – é a alma de um cientista, com a singularidade de que, nele, cientista e experimento habitam o mesmo corpo e se relacionam de forma interdependente. Ao lermos atentamente o que Schreber (1903/1984) assevera no final da segunda série de suplementos de sua obra, isto é, que, na pior das hipóteses, a dissecação de seu cadáver há de elucidar o que ele revelara com tamanha riqueza de detalhes, chama atenção o fato de ele chegar a admitir que, no fim, a ciência é que possa sobreviver a sua concepção escatológica.

A ciência, para Schreber (1903/1984) deve ser entendida como o conhecimento instituído, o qual congregaria os campos da neurologia, da religião e da filosofia. Sua obra, embora ressalte a limitação das formas de conhecimento humano, expressa o voto de que a cosmogonia por ele revelada tenha um tratamento científico e encontre, no seu corpo, as provas empíricas dessa revelação.

Assim como Freud (1911/1969) fala de uma realização de desejo postergada *ad infinitum*, assintoticamente realizada, também é verdade que Schreber (1903/1984), antes de oferecer seu cadáver à dissecação futura, fala de um relógio carrilhão inutilizado pelo efeito dos milagres. Não há mais uma contagem cronológica do tempo, pois, “na pior das hipóteses” (p. 326), ou seja, se o *Götterdämmerung*⁴¹ – como caracteriza o seu fim do mundo – não se realizar,

⁴¹ Schreber utiliza-se do tema da ópera “Crepúsculo dos Deuses” de Richard Wagner (1813-1883) –, a qual faz parte da tetralogia do “Anel dos Nibelungos” – por aproximar-

haverá sempre o recurso da ciência no exame de seu sistema nervoso. É como se, no fundo, suspeitasse de suas previsões.

Lacan (1966/2003) conclui sua “Apresentação das ‘Memórias de um Doente dos Nervos’” apontando para a importância do vínculo estabelecido entre o paciente e o clínico, no qual o clínico é dado responder desde este lugar de objeto, que, no caso Schreber, é o de uma espécie de erotomania mortificante. Para Lacan, a fotografia do Dr. Flechsig diante da imagem de um cérebro encontrada na abertura da versão inglesa das “Memórias” mostra perfeitamente o sentido dado ao Sujeito suposto Saber nessa transferência. Daí, Lacan conclui que tudo o que está em jogo nesse magnífico caso – ainda que a ascese mística e a abertura às vivências do paciente possam nos ofuscar – é tão-somente a lógica introduzida pelo tratamento.

A figura do Dr. Flechsig aparece em destaque ao longo das “Memórias”. Aliás, sua obra mostra o supremo esforço de integrar elementos de suas experiências vividas em um todo coeso. É como se uma força centrípeta juntasse os elementos mais anódinos a outros de maior importância, de modo que nenhum deles fosse excluído de um grande sistema integrador. Nessa via, vemos, aqui e ali, brotarem expressões e personagens retiradas da literatura.

Nessa tentativa de integração de diversos elementos ao seu sistema delirante e a primazia dada à figura de Flechsig, destaco uma pequena nota de Santner, segundo a qual Johann Andreas Rodig, um sapateiro de Leipzig, também lutou no mesmo tribunal onde Schreber exercera a atividade de juiz, contra uma sentença de interdição. Em um panfleto publicado pelo paciente, ele agradece ao *Herr Professor* Flechsig e ao *Herr Dr.* Teuscher, por tratarem de seus nervos e por garantirem o seu juízo (Santner, 1997, p. 198, nota 27). Possivelmente, esse fato ajudou Schreber a moldar expectativas favoráveis em relação a Flechsig. Santner afirma que Flechsig, como perito forense, era mais sensível aos interesses dos pacientes do que a maioria de seus colegas. Por isso, a decisão de transferir Schreber para o manicômio público de Sonnenstein teria sido sentida, segundo o autor, como uma traição.

se do tema do livro Apocalipse, da Bíblia. Consta, em Santner (1997), que Heinrich Behr, sogro de Schreber, foi um cantor lírico e produtor de obras de Wagner.

Além de isso tudo reforçar a importância do Dr. Flechsig – eminente neurologista –, podemos verificar a utilização do nome do outro médico em seu delírio. Schreber (1903/1984) fala de um Dr. Täuscher, médico-assistente do professor Flechsig. Acontece que Täuscher significa, literalmente, ‘enganador’ e, por outro lado, é homófono a Teuscher. Também é oportuno lembrar a importância dada ao Dr. Flechsig no seio da família Schreber. Consta que a esposa de Schreber manteve, por muitos anos, junto a sua mesa de trabalho, uma fotografia do Dr. Flechsig por gratidão pela recuperação de seu marido.

Quanto ao Dr. Flechsig, deve-se a ele a descoberta da mielinização, em 1872, a partir da dissecação do cérebro de um menino de cinco semanas chamado Martin Luther, transformando essa descoberta na base de sua metodologia de pesquisa e de seu sistema neuroanatômico, estendendo-se também as suas concepções psiquiátricas. Flechsig foi o fundador do método ontogenético de análise da estrutura interna do sistema nervoso central, mostrando à ciência a importância da mielinização no desenvolvimento do sistema nervoso e sua importância na maturação de vários sistemas neurais.

Nome reconhecido no mundo da neurologia, Flechsig não passou incólume à observação do jovem Freud. Além disso, segundo Santner (1997), os textos neurológicos de Freud contêm muitas referências ao trabalho de Flechsig, o que também se pode verificar no obituário que escreveu em homenagem a Charcot:

Quando emergiram as duas grandes inovações – as experiências de estimulação de Hitzig-Fritsch e as descobertas de Flechsig sobre o desenvolvimento da medula espinhal – que anunciaram uma nova época no nosso conhecimento da ‘localização das doenças nervosas’, as lições de Charcot sobre esse assunto desempenharam o mais importante papel na aproximação das novas teorias com o trabalho clínico, tornando-as frutíferas para este (Freud, 1893/1976, p. 25).

Voltando um pouco mais no tempo, encontramos uma referência a Flechsig em uma carta enviada por Freud (1873-1890/1972) a sua noiva Martha e datada de quatro de novembro de 1885, onde comenta o reencontro com o amigo médico russo L. O. Dark Schewitsch, o qual chegou a traduzir um artigo de Freud para uma revista russa e com o qual escreveria, em co-autoria, um artigo em 1886. Ao relatar a forma como conheceu Schewitsch e as atividades desenvolvidas no laboratório de Meynert, Freud diz: “(...) aborrecido com Meynert, partiu para Leipzig com meu *rival* Flechsig” [grifo meu] (p. 162). É como rival que Freud se

refere a Flechsig, colega de especialidade. Na época em que essa carta é trocada, Schreber e sua esposa estão em viagem de convalescença, após estar internado por seis meses na clínica para doenças nervosas da Universidade de Leipzig, a qual tem Flechsig como diretor.

Dark Schewitsch, que também aparece grafado como Darkschewitsch, pode ser o neurologista judeu mencionado por Schreber (1903/1984) em seu delírio como tendo um nome similar ao de um padre beneditino judeu batizado, que objetivava eslavizar a Alemanha e lançar as bases da dominação dos judeus através dele. Esse padre, cujo nome soava algo como ‘Starkiewicz’, liderou os 240 beneditinos que pereceram em sua cabeça.

Um dado importante surge aqui, pois o editor inglês de Freud (1911/1969) refere-se a essa primeira internação como fazendo parte do que chamou ‘primeira doença’. Todavia, já em 1878, por ocasião de seu casamento com Ottilie Sabine Behr (1857-1912), Schreber sofreu um episódio de hipocondria sem necessitar hospitalização, o qual, seguramente, está ligado à posterior eclosão de sua paranóia.

A partir das referências a Flechsig encontradas na obra de Freud, posso afirmar que a leitura feita por Freud das “*Denkwürdigkeiten*” de Schreber marca também um reencontro de Freud com Flechsig, acarretando o que entendo ser uma certa disputa entre a tentativa de cura oferecida pela concepção neurológica da paranóia e a oferecida pela explicação psicanalítica. Ainda que a obra de Schreber fosse publicada em 1903, com a conseqüente discussão nos meios psiquiátricos da época, o tema da paranóia só voltou a interessar Freud em 1910, quando de sua viagem com Ferenczi à Sicília. Antes disso, o “Rascunho H”, anexado a uma carta a Fliess em 24 de janeiro de 1895 (Masson, 1986), trata do mesmo tema, ainda que fosse uma etapa inicial de suas pesquisas.

O caso Schreber, ao que tudo indica, começou a ser pensado durante essa viagem. Em 24 de setembro de 1910, ainda em Roma, pouco antes de partir de viagem de volta ao lar, Freud (McGuire, 1993) escrevera a primeira parte de uma carta a Jung (carta 212F) contando sobre a viagem e fazendo alguns comentários sobre Ferenczi, seu companheiro de viagem. Segundo Freud, Ferenczi mostrara-se infantil, passivo e receptivo demais, como uma mulher, a ponto de Freud afirmar que sua homossexualidade não ia longe o bastante para aceitá-lo dessa forma. Logo em seguida, no mesmo parágrafo, Freud muda de assunto e assevera:

“Diferentes noções científicas que eu trouxera comigo combinaram-se para dar forma a um texto sobre paranóia que pede ainda uma conclusão, mas que significa um grande avanço para explicar o mecanismo da escolha da neurose” (p. 367).

Freud (Falzeder, 1994) não deixa de expor seus sentimentos para o próprio Ferenczi em uma carta (169F) datada de dois de outubro de 1910, onde menciona o aspecto infantil do jovem. Ferenczi também prepara uma longa carta a Freud (170Fer), sem que tivesse recebido a que continha as impressões de Freud, ao que tudo indica, porque a data é de três de outubro de 1910. Nela, ele esclarece as impressões desagradáveis despertadas durante essa viagem, as quais estavam ligadas à falta de reciprocidade na relação com o pai da psicanálise, na busca de um entendimento psicanalítico. Comenta ter-se dado conta da resistência contra seus próprios componentes homossexuais, o que promoveu um proveito pessoal e científico, e afirma compreender a dificuldade de Freud em se mostrar sem reservas após o que chamou de ‘caso Fliess’. Ainda na mesma correspondência, Ferenczi faz um importante comentário:

O Sr. me disse certa vez que a ΨA seria somente uma ciência de fatos, de indicadores, que não deveriam ser traduzidos para o plano interpretativo, pois este último seria paranóico. Segundo esta concepção, não haveria uma visão de mundo $\psi\alpha$, nem uma ética $\psi\alpha$, nem normas de conduta $\psi\alpha$. Eu também não conheço outra regra ética além da ética da razão pura. Mas a ampliação e expansão da razão a regiões até então inconscientes tem uma influência muito significativa, também para o não-paranóico, sobre a visão de mundo e o modo de agir (Falzeder, 1994, p. 278-279).

Ferenczi (Falzeder, 1994) afirma não querer reformar a sociedade, porque não é paranóico, mas espera que seja estabelecida uma relação mais desinibida entre dois homens de orientação psicanalítica, na qual tanto os pensamentos quanto a fala tivessem livre expressão. Todavia, espera que o processo de aproximação inicie por Freud, pois, como afirma: “Infelizmente eu não posso começar: o Sr. é que deve! O Sr. é a ΨA em pessoa!” (p. 279).

Quero destacar a resposta dada a esta carta de Ferenczi. Freud (Falzeder, 1994, carta 171F) defende-se, dizendo não ser o super-homem (*Übermensch*) psicanalítico construído e que não superara a contratransferência – 15 anos antes, Ferenczi analisara-se com Freud durante três semanas. O inventor da psicanálise assevera então:

Não só o Sr. percebeu que eu não *mais* possuo necessidade daquela abertura total da personalidade, mas também compreendeu, retomando corretamente à causa dessa situação. Portanto, por que o Sr. teimou nisso? Desde o caso Fliess, durante a superação do qual o Sr. justamente me viu ocupado, essa necessidade exauriu-se em mim. Uma parte de investimento homossexual foi retirada e empregada na ampliação de meu próprio Eu. Tive sucesso onde o paranóico fracassa [grifo meu] (Falzeder, 1994, p. 281)

Freud (Falzeder, 1994) traz ainda alguns argumentos sobre o comportamento desagradável de seu companheiro de viagem, para, ao final da mesma carta, fazer referência ao caso Schreber:

Certamente não escrevi que trabalhei no caso Schreber, encontrando a confirmação para o núcleo de nossas suposições sobre a paranóia e que aproveitei todas as oportunidades para fazer sérias interpretações. Agora pedi a Stegman que descubra detalhes pessoais do velho Schreber. Está dependendo desses relatórios o que irei dizer publicamente sobre o assunto.

O que o Sr. acha de o velho Dr. Schreber ter feito “milagres” como médico, mas que, de resto, era um tirano em casa, “urrava” com o filho, e o compreendia tão pouco quanto o “deus inferior” compreendia o nosso paranóico? Aceitam-se de bom grado contribuições para a interpretação do caso Schreber (pp. 281-282).

Aqui, o tema ‘Schreber’ já se mostra em franco processo de elaboração, no qual se destaca a tentativa de integração do material delirante do paciente à luz de uma concepção teórica propriamente psicanalítica. Todavia, Freud (Falzeder, 1994) assume aguardar por informações factuais de Stegmann⁴² sobre o pai do Presidente Schreber. Ainda que afirme não se ter utilizado de nenhum dado além dos oferecidos pelo próprio texto das “*Denkwürdigkeiten*”, com exceção da idade de Schreber à época de sua doença, como Freud (1911/1969) chega a afirmar (p. 65, n. 1), é provável que outros dados viessem a compor o seu ensaio, como sugerido por ele mesmo em uma carta à Princesa Marie Bonaparte (conforme p. 18, n. 1).

Nessas trocas de correspondências, o que chama atenção é a *Stimmung* que paira sobre essas relações, concorrendo no aparecimento do trabalho freudiano sobre o Presidente Schreber. Destaco como elementos em jogo: as dificuldades na relação Freud-Ferenczi, à sombra do que fora a relação Freud-Fliess, os aspectos

⁴² Arnold Georg Stegmann, psiquiatra de Dresden (cidade de Schreber), tornou-se sócio-fundador da Sociedade de Berlim.

homossexuais presentes nessas relações, o espectro da paranóia a rondar essas relações, a relação da paranóia com a ciência e, ainda, a ligação de um antigo rival (Flechsig) com o relato do tratamento malogrado de Schreber.

Ainda encontramos nas cartas trocadas entre Freud e Ferenczi (Falzeder, 1994) confidências que localizam o problema da paranóia no seio da comunidade psicanalítica. Em 16 de dezembro de 1910 (carta 188F), Freud escreve ao jovem colega, dizendo: “Atualmente, superei o caso Fliess, sobre o qual o Sr. estava tão curioso. Adler é um pequeno Fliess redivivo, igualmente paranóico. Steckel, como seu apêndice, no mínimo tem o nome de Wilhelm” (p. 301).

A relação entre o caso Schreber e o seu ex-amigo Fliess é ratificada quando da conclusão de seu trabalho. Freud (McGuire, 1993) escreve a Jung dois dias mais tarde (carta 225F, de 18/12/1910), dizendo ter concluído ‘seu’ Schreber e que só lhe falta um prefácio como complemento. O autor não se sente totalmente satisfeito com seu produto e afirma ter lutado, ao escrevê-lo, com complexos ligados a Fliess, os quais o perturbavam.

Destarte, o caso que Freud apresenta sob a designação caso Schreber ou, mesmo ‘meu’ Schreber, como se sabe, não partiu do tratamento psicanalítico de um paciente, mas da leitura das “Memórias” produzidas por ele. Não foram as dificuldades do processo de cura de um paciente que levaram Freud a teorizar sobre o tema da paranóia. Ao contrário, Freud parte da problemática que envolve o tema da paranóia, indo buscar o apoio em uma história clínica. Na tessitura do arcabouço teórico da paranóia, principalmente no que se refere aos componentes homossexuais, Freud apóia suas elaborações em suas próprias vivências. É nessa perspectiva que ele vai buscar, no livro de Schreber, elementos para suas intuições teóricas. Quando conclui a tradução de um artigo de Putnam, escreve a Jung dizendo (carta 214F, de 01/10/1910):

Esse trabalho interrompeu meu estudo de Schreber, que agora devo retomar. Na Sicília eu não passei da metade do livro, mas o mistério já ficava claro. A redução ao complexo nuclear é fácil. (...) Para a felicidade da psiquiatria esse pai era também – médico. Comprova-se pois, mais uma vez, o que notamos em tantos casos paranoides quando estive em Zurique, a saber, a impossibilidade de evitar a recatexia das próprias inclinações homossexuais em que os paranóicos se encontram. Com isso o caso se enquadra em nossa teoria.

Vejo que o senhor anda a encarar o trabalho como eu, deixando o caminho óbvio para seguir sua própria intuição. Este é, a meu ver, o procedimento mais correto; para nosso grande espanto, todas as voltas

que damos revelam-se mais tarde absolutamente lógicas (McGuire, 1993, pp. 371-372).

A correspondência freudiana pode ser comparada, sem dúvida nenhuma, a um diário de campo. Nela, encontramos, através da elaboração dada a diversos temas, o gérmen de suas teorias. Freud lança uma hipótese, a qual busca contrastar com os exemplos clínicos de que dispõe e, no caso de Schreber, vai buscar uma história clínica que possa servir de pano de fundo, de contextualização de suas intuições teóricas. Na mesma carta a Jung (carta 214F, de 01/10/1910) citada anteriormente, Freud (McGuire, 1993) complementa:

Durante a viagem fiz algum progresso nessa teoria, o qual pretendo agora pôr à prova contra o histórico clínico de Schreber e várias outras publicações sobre a paranóia. Comparada às intenções originais, a coisa está porém tão incompleta que não sei quando a poderei publicar nem que extensão virei a dar-lhe. É provável que se converta num estudo sobre Schreber e muita gente há de achar que eu extraí toda a teoria do livro (p. 371).

Sabe-se que o problema da paranóia inquietava Freud já há algum tempo; e estivera presente em sua relação com Fliess. Por isso, não me furtarei a mais uma referência as suas cartas. Em 1908, em uma carta datada de 18 de fevereiro (carta 70F), Freud afirma a Jung:

Meu ex-amigo Fliess desenvolveu uma paranóia horrível depois de se livrar da afeição por mim, que era sem dúvida considerável. Devo esta idéia a ele, i. e., ao comportamento dele. O desajuste das sublimações na paranóia entra no mesmo contexto. Não são poucas, ao todo, as idéias incipientes e incompletas que tenho para lhe expor (McGuire, 1993, p. 153).

Sabemos, através dos dados que a história nos legou, que, além de Daniel Paul Schreber, também Fliess e Ferenczi sucumbiram à paranóia. De fato, na origem da psicanálise, encontramos a luta de Freud para impor suas idéias e manter sua orientação diante das teorias desviantes que tentavam conceber uma “ciência sexual” paranóica a partir de um discurso científico. Fliess é um exemplo patente disso, com a elaboração de sua teoria, a qual poderia perfeitamente se integrar ao livro de Schreber, e que concebia ciclos periódicos de descarga por vias normal ou substitutiva de um fluxo. Tendo como marco a regulação do mundo pela menstruação, Fliess desloca para o nariz – ele que era rinolaringologista – o órgão privilegiado para dar vazão a essa descarga.

André (1987) mostra com propriedade como Fliess transforma seu nome em uma lei universal. Em alemão, o verbo *fliessen* tem o sentido de fluir e “*das fliess*” quer dizer “isso flui” ou, simplesmente, “flui”, na medida que, na língua alemã, ao contrário de na portuguesa, não existe a possibilidade de uma oração sem sujeito. Freud consegue desvencilhar-se da sedução da teoria científico-paranóica do Dr. “Flui”, ainda que não consiga impedir as influências deste no seio do movimento psicanalítico. Karl Abraham, por exemplo, sucumbe à tentação e entrega-se a um tratamento com Fliess alguns meses antes de falecer, vítima de tuberculose. Todavia, Abraham acreditava que sua doença confirmava as idéias fliessianas de periodicidade.

Outro a sucumbir à paranóia foi Ferenczi. Segundo Jones (1979), a saúde mental de Ferenczi mostrava-se conturbada já no início de 1930 e se agravaria até sua morte, em 1933, mas uma conversa com Freud naquele ano pareceu ter apaziguado as divergências ocultadas durante anos, principalmente quanto às queixas de Ferenczi sobre a unilateralidade nas relações dele com Freud. Aquele a quem Freud muitas vezes chamara de filho nutria divergências teóricas inconfessadas. Nas palavras de Jones:

A última carta de Ferenczi, escrita da cama em 4 de maio, eram umas poucas linhas para assinalar o aniversário de Freud. A perturbação mental vinha fazendo progressos rápidos nos últimos meses. Relatava ele como uma sua paciente americana, a quem costumava devotar quatro ou cinco horas diárias, o havia analisado e dessa maneira o pusera curado de todas as afecções. Através do Atlântico vinham mensagens da paciente a ele – Ferenczi fora sempre um firme crente na telepatia. Em seguida enumerava as decepções acerca da suposta hostilidade revelada por Freud. Já no fim de sua vida, ocorreram violentos ataques paranóicos e mesmo homicidas, a que se seguiu a morte repentina, a 24 de maio (pp. 728-729).

Como indiquei, a construção teórica do edifício psicanalítico e o conseqüente convívio dos psicanalistas com seus pares no seio da nova comunidade que formaram revelam um entrelaçamento de relações transferenciais e contratransferenciais nem sempre devidamente trabalhadas. A correspondência de Freud mostra como os elementos ligados ao entendimento da paranóia necessitaram, antes de mais nada, ser compreendidos no âmago das relações estabelecidas com seus colegas e discípulos, na qualidade de alteridades para a construção de sua psicanálise. Freud resistiu à sedução paranóica, arrancando-a de suas relações – principalmente no que diz respeito à figura e à importância de

Fliess em sua vida –, para transformá-la em teoria. Destarte, Freud rejeita a concepção paranóica da psicanálise ao conceber a teoria psicanalítica da paranóia.

Nesse sentido, posso afirmar que, se Freud tem êxito onde os paranóicos fracassam, isso se deve menos à capacidade de reinvestimento das pulsões homossexuais do que ao fato de ter concebido uma teoria científica da paranóia, ou seja, uma teoria da paranóia dentro de um discurso científico sem se deixar cair na armadilha das concepções paranóicas da ciência. Saliento que a paranóia de Schreber – sua teoria, sua cosmogonia – não foi absorvida ainda que oferecida à ciência. Compreende-se, então, por que Freud (1911/1969) conclui seu ensaio afirmando que o futuro há de mostrar se há mais delírio do que gostaria de admitir em sua teoria ou mais verdade no delírio de Schreber.

A importância do caso Schreber é capital por mostrar esse momento de articulação teórica. Ao redigir o seu ensaio “Notas Psicanalíticas Sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia (*Dementia paranoides*)”, Freud (1911/1969) resolve sua relação transferencial com Fliess, oferecendo uma teoria científica da paranóia. Por outro lado, a neurologia de Flechsig, com quem Freud já rivalizara, também se mostrava inadequada ou insuficiente no tratamento do Presidente Schreber, como as “Memórias” tornaram patente.

Destarte, os elementos em jogo na concepção do caso Schreber de Freud (1911/1969) – e basta lembrar que ele se referira ao caso como sendo o ‘meu’ Schreber⁴³ – não são completamente conscientes para ele ao escrever. As transferências em jogo, verdadeiro pano de fundo da obra produzida, podem ser tomadas como o contexto sobre o qual Freud tece sua teoria. Nesse sentido, cabe ressaltar, além das dificuldades no relacionamento com Ferenczi já comentadas, a proximidade com Jung e a consideração a algumas de suas idéias – o que fica patente no pós-escrito, sem falar na ainda presente influência de Fliess, como mostrarei mais adiante.

É importante lembrar que Freud (1969/1914), ao explicar a dinâmica da transferência em “Recordar, Repetir e Elaborar”, usa a palavra *Zwischenreich* (reino intermediário) para descrever a condição artificial existente entre a doença e a vida real do paciente deflagrada pela transferência. É nesse campo

⁴³ Lacan também se refere a Schreber como “nosso paciente” (ver Lacan, 1959/1998, p. 545).

diferenciado que o paciente oferece seu sofrimento à escuta psicanalítica e, somente aí, as interpretações e construções feitas pelo analista ganham sentido. O *Zwischenreich* passa a ser aí o palco onde a fala trazida pelo paciente – fala esta oferecida ao Outro – poderá revelar a outra cena.

Freud (1900/1972) tomou emprestado de Fechner a expressão ‘uma outra cena’ (*ein anderer Schaupaltz*), a qual indica que, em se tratando da formação onírica, a cena que aparece nos sonhos é sempre diferente da cena da vigília. A concepção de que o que está em jogo na análise é da ordem de uma outra cena aponta, com precisão, para a dimensão inconsciente, para o seu funcionamento. O discurso do paciente, então, remete sempre a outra coisa, e, através do discurso, ele vai figurando em palavras a sua fantasia, a qual só tem sentido em transferência, onde pode ser interpretada ou construída e, posteriormente, elaborada. É por isso que a reprodução das falas em uma análise frequentemente suscita o estranhamento, a sensação de algo fora de lugar e até mesmo pode provocar o riso naqueles que desconhecem o seu processo. A nomeação de um espaço específico, um intervalo, um contexto ou qualquer outra maneira de designarmos o *Zwischenreich* freudiano é extremamente precisa. Só então, o psicanalista dará azo as suas conjeturas metapsicológicas, transfigurando, isto é, construindo, uma ficção capaz de representar os elementos teóricos em jogo.

O Presidente Schreber oferece a Freud (1911/1969) a possibilidade de uma investigação a partir de um texto escrito. No seu livro “Memórias de um Doente dos Nervos”, encontramos a sistematização do delírio schreberiano acrescida do apêndice, onde podemos ler um ensaio de Schreber intitulado “Em que Condições uma Pessoa Considerada Doente Mental Pode ser Mantida Reclusa em um Sanatório Contra sua Vontade Manifesta”, escrito no início de 1900, com o intuito de ter assegurada sua plena condição civil. Não há indícios de que essa peça jurídica seja, ela mesma, uma apresentação delirante. Como anexos, aparecem: (a) o laudo médico-legal redigido pelo Dr. Weber em nove de dezembro de 1899; (b) o laudo médico distrital, de 28 de novembro de 1900, também redigido pelo Dr. Weber; (c) a fundamentação do recurso, escrita por Schreber em 23 de julho de 1901; (d) o laudo pericial do Conselheiro Dr. Weber, em cinco de abril de 1902; e (e) a sentença da Corte de Apelação de Dresden, de 14 de julho de 1902.

Freud (1911/1969) acredita encontrar no texto schreberiano um campo aberto à investigação pela falta de segredo – o contrário do que se espera em uma

estrutura neurótica –, ainda que o material sofra uma certa distorção. Assim, ele não chega a conhecer pessoalmente o paciente, o qual morre pouco depois da publicação do ensaio freudiano. Isso quer dizer que Freud não se preocupou em demasia com os dados factuais, mesmo que haja indicação de que recebera informações do Dr. Stegmann sobre a família Schreber. Um dado cronológico tomado da história clínica do paciente é utilizado por Freud para questionar a assertiva de Schreber de que sua doença tenha sido causada pelo excesso de trabalho.

Na medida em que Freud (1911/1969) se baseia no material apresentado pelo próprio doente e busca, através do recurso da narratividade, oferecer um modelo explicativo crível para a paranóia, os dados da história do paciente devem ser examinados de maneira crítica. Dessa forma, Freud consegue estabelecer um outro entendimento em relação tanto à teoria pessoal de Schreber quanto à teoria psiquiátrica vigente à época. Freud apresenta, então, uma terceira posição em relação àquelas duas, marcando a interpretação psicanalítica como diferente.

Freud (1911/1969) atém-se, sim, aos dados da história clínica e à descrição pormenorizada dos delírios schreberianos através dos pareceres psiquiátricos redigidos pelo Dr. Weber, mas para afirmar que o interesse da psiquiatria não vai além de determinar a presença do delírio e sua influência na vida do paciente. Já, para a psicanálise, o interesse recai sobre os motivos de uma tal transformação, aprofundando-se nas particularidades ou nos pormenores do delírio e na história de seu desenvolvimento. Freud mostra interesse nos aspectos desprezados pela psiquiatria clássica, valendo-se da singularidade em jogo, o que nos faz pensar na atenção dada aos detalhes dissonantes das “Memórias”. O que aparece como algo inusitado não é o delírio de ser o redentor do mundo, mas o delírio de eviração.

Ainda quanto à importância dada aos detalhes, Freud (1911/1969) diz, em uma nota de rodapé, que não é raro encontrar, na descrição schreberiana, uma nota incidental sobre algum aspecto da teoria delirante que aponta para a sua gênese e, dessa forma, indica o seu significado. Como são muitos os elementos em jogo na análise psicanalítica, Freud também acaba por utilizar notas de rodapé explicativas para a melhor compreensão do sistema delirante e notas que fazem alusão a outros aspectos.

A notas de rodapé, principalmente quando não se trata de trazer alguma informação adicional explicativa, como data, tradução e esclarecimento, acabam

por estabelecer uma interpretação interpolada. Fica claro que o uso desse expediente, normalmente evitado na escritura científica, tem aqui o seu lugar por mostrar como o discurso ocorre em diferentes níveis, formando uma peça única, mas aberta a distintas vias de trabalho. É comum que o exame de algum significante, de alguma singularidade aparentemente anódina figure em uma nota de rodapé, o que rapidamente nos faz pensar nos elementos que caem do discurso principal para baixo da barra que separa o texto da nota de rodapé. Essa forma de apresentação das idéias mostra, de maneira espacial, as possibilidades de desdobramento significante, e, com frequência, encontramos, nas notas, importantes elementos para as pesquisas psicanalíticas.

É verdade que Schreber se utiliza do recurso da nota de rodapé de forma exaustiva. Todavia, sua tentativa é a de tornar o texto uma peça mais uniforme, na qual tudo esteja explicado e inter-relacionado. As notas de Schreber, quando não explicativas, fazem a ligação entre duas passagens diferentes, integrando-as. Dessa forma, servem como *by pass* entre elementos a fim de que nada lhe escape. Ainda assim, como Freud (1911/1969) afirmou com muita prioridade, as notas de rodapé são terrenos férteis para a pesquisa psicanalítica.

Usando o recurso da citação, Freud (1911/1969) localiza o ponto nodal do sistema delirante de Schreber no delírio de eviração. Aliás, o único a persistir mesmo após se ter restabelecido. Outro ponto observado é quanto ao método encontrado em sua loucura. Freud examina com cuidado os conceitos schreberianos de nervos, beatitude – que poderia ser mais bem traduzido por bem-aventurança –, hierarquia divina e atributos de Deus, e faz a crítica ao fato de o relatório médico fazer-nos pensar que se trata de uma forma comum de fantasia de redentor. Destarte, Freud conclui que, apenas num estágio posterior de sua formação delirante, Schreber revela a importância de sua relação com Deus para o resto da humanidade e sua identificação com Jesus Cristo.

O cuidadoso exame do texto faz Freud (1911/1969) relacionar o conceito do estado de beatitude a uma condensação dos significados da palavra alemã *selig*. Nela, encontramos a acepção de alguém falecido, como na expressão ‘meu falecido pai’, e a de uma sensação de felicidade sensual, como na acepção

encontrada no verso ‘Ah, ser teu até a eternidade, como eu seria feliz⁴⁴’ [a tradução é minha] da ópera Don Giovanni. Essa ligação leva o psicanalista a avaliar a atitude do paciente em relação a sua vida sexual e a encontrar aí seu transtorno psíquico.

Schreber não contradiz a teoria psicanalítica. Em seu caso, Freud (1911/1969) também encontra o papel preponderante da sexualidade, principalmente em sua atitude feminina para com Deus, a relação singular que estabelece com Ele. O tratamento que Schreber dá a esse tema, segundo Freud, é exaustivo; e cita várias passagens que corroboram sua afirmativa. Isso leva o psicanalista a estabelecer que o delírio de se transformar em mulher é a realização de seu estranhamento hipnopômico.

No capítulo dedicado a uma tentativa de interpretação, Freud (1911/1969) deixa claro como pretende abordar o texto de Schreber. Há duas vias para o trabalho: na primeira, seguem-se as declarações delirantes do paciente e, na segunda, as causas que fizeram irromper a doença. Freud entende poder realizar sua tarefa dentro da primeira orientação, devido ao alto nível intelectual do paciente. O próprio paciente acaba por indicar a chave para a interpretação, ao oferecer, mesmo que de maneira aparentemente fortuita, um exemplo, um comentário ou uma citação, ou quando ele busca negar alguma associação. Destarte, a técnica psicanalítica habitual pode ser aplicada, ou seja, suprimir a forma negativa da frase, tomar o exemplo pela própria coisa e a citação ou o comentário pela fonte original.

Tendo em vista essa técnica interpretativa, Freud (1911/1969) oferece como ilustração o entendimento dado aos ‘pássaros miraculados’ do delírio schreberiano. O autor liga algumas críticas que costumam ser feitas às moças, como o fato de serem comparadas a gansos, de terem ‘miolos de passarinho’, de usarem frases aprendidas de cor e da facilidade com que confundem palavras estrangeiras de sons parecidos. Como o paciente acaba dando nome de moças a grande parte das ‘almas-pássaros’, em função de que sua curiosidade e voluptuosidade fazem-no compará-las às meninas, Freud vê aí a confirmação de sua interpretação.

⁴⁴ *Já, dein zu sein auf ewig, wie selig werd’ ich sein.*

Advertindo o leitor neófito para o que está por vir, Freud (1911/1969) afirma que os limites precisos para a fidedignidade dos resultados estão prejudicados e são dependentes de outros experimentos e de maior conhecimento do assunto pelo fato de grande parte do material ter sido suprimida. A censura ao terceiro capítulo das “*Denkwürdigkeiten*”, onde Schreber descrevera pessoas e situações familiares, obstrui uma visão mais clara do caso e certamente suprime elementos fundamentais.

Marcando sempre diferença em relação aos relatórios psiquiátricos, Freud (1911/1969) busca elementos desprezados nas demais abordagens. A importância do Dr. Flechsig no delírio de Schreber é trabalhada por Freud. Ao examinar a duplicação ou os desdobramentos de Deus, o autor conclui que no sistema delirante estudado Deus representa o pai de Schreber enquanto Flechsig representa o irmão. Aqui, Freud antecipa-se às informações que, só posteriormente, confirmariam que o irmão falecido se tratava – como havia previsto – de um irmão mais velho.

Quero destacar que Freud (1911/1969) tomou o cuidado de fazer referência às páginas da obra original de Schreber. Dessa forma, podemos verificar que o texto proposto é composto de citações ora do início do livro, ora do fim ou de seu meio. A força da argumentação freudiana está no aspecto de construção de idéias realizadas através da ligação de diferentes passagens, pinçando, daqui e dali, elementos que colaborem para o modelo explicativo que quer oferecer, pois não nos esqueçamos que ele busca o caso Schreber para expressar teorias anteriormente concebidas.

Outro aspecto observado é quanto às referências a outros autores. Assim, vemos Freud (1911/1969) propor uma pequena variação no conceito de ‘protesto masculino’ de Adler e utilizar-se de sugestões de Jung, de Ferenczi ou ainda recorrer aos ciclos fliessianos na idéia de um climatério masculino, dando respaldo a sua argumentação. Quanto às soluções explicativas, o autor chega mesmo a desculpar-se pela monotonia das soluções dadas pela psicanálise. Todavia, é por esse caminho que ele atinge o terreno familiar do complexo paterno na produção do delírio em questão.

O eloqüente delírio de Schreber, contudo, não explica a forma assumida pelos sintomas. Dessa feita, Freud oferece uma teoria para dar conta do problema

da paranóia, destacando a clara presença do fracasso de uma defesa contra o desejo homossexual, o qual é o cerne da conflitiva desse transtorno.

Nesse momento, Freud (1911/1969) introduz o conceito de narcisismo como sendo um estágio do desenvolvimento da libido entre o auto-erotismo e o amor objetal. A demora nesse estágio acarreta que suas características sejam levadas para os estágios posteriores. Assim, uma escolha objetal homossexual precede uma escolha heterossexual. Todavia as tendências homossexuais passam a integrar as pulsões sociais, contribuindo como fator erótico na amizade, na camaradagem, no espírito de grupo e no amor à humanidade.

Se o ponto nodal do conflito paranóico masculino é a fantasia de desejo homossexual de amar um homem, Freud (1911/1969) propõe verdadeiras fórmulas gramaticais. Aqui, reside uma clara tentativa do que chamo de transfiguração da fantasia delirante do paciente a partir dos traços (*Zügen*) recolhidos e presentes nas paranóias em geral. Essas construções formais são resumidas nas seguintes assertivas: ‘eu (um homem) *o amo* (um homem). Então, essa máxima é desdobrada conforme o tipo de delírio em jogo. No delírio de perseguição, temos como resposta à formulação primeira: ‘eu não *o amo* – eu *o odeio*’. A partícula ‘eu *o odeio*’ transforma-se em ‘*ele me odeia* (persegue)’. Por fim, temos a idéia logicamente apresentada: ‘eu não *o amo* – eu *o odeio*, porque **ELE ME PERSEGUE**’.

O mesmo processo é utilizado por Freud (1911/1969) para explicar o delírio na erotomania, o delírio de ciúme (em alcoólicos e em mulheres) e, por fim, na megalomania. Freud monta, em cada um dos casos citados, uma construção formal, na qual podemos observar as transformações do investimento libidinal sendo aplicáveis a todos esses casos.

O texto freudiano propõe mais elementos para explicar a paranóia. A projeção é o conceito utilizado para dar conta da formação de sintomas na paranóia, ainda que possa ser encontrada em outros transtornos psíquicos. Todavia, Freud (1911/1969) deixa o tema da projeção para uma investigação futura, que nunca foi concluída.

Destarte, é sobre o conceito de recalçamento que Freud (1911/1969) se debruça. Ele evidencia três fases do recalçamento, a saber: na primeira, acontece uma fixação – precursora de todo recalçamento. Nela, uma determinada pulsão ou componente pulsional é deixado para trás, num estágio infantil. Na segunda fase,

há o recalçamento propriamente dito, e, na terceira, acontece a irrupção, com o conseqüente retorno do recalcado.

Utilizando-se da projeção, Freud (1911/1969) afirma que a concepção escatológica schreberiana é a projeção da catástrofe internamente sentida pela retirada do investimento libidinal das pessoas e do mundo externo, voltando-se para ele próprio. Isso explica a expressão ‘homens feitos às pressas’ utilizada pelo paciente. A partir daí, o paranóico reconstrói esse mundo destruído, e o delírio, sempre entendido como um produto patológico, é a tentativa de restabelecimento, é o próprio processo de reconstrução. Esse dado tem a função de um traço (*Zug*) distintivo da estrutura paranóica revelado pela escansão significativa dos detalhes do delírio de Schreber.

Ao dar uma nova explicação para a formação delirante, Freud (1911/1969) marca uma diferença em relação ao entendimento psiquiátrico, cumprindo com seu objetivo esboçado no início de seu artigo. Ao final, ele, que não teve receio de aceitar o desafio de Schreber de uma investigação científica da loucura, espera ter triunfado sobre o delírio. Esse ponto mostra que, se Freud teme ser acusado de conceber uma teoria delirante, é porque suas explicações não deixam de se dar no terreno da ficção, ainda que sejam ficções metapsicológicas. Para tornar inteligível o *phantasieren* do paciente, Freud oferece uma ficção metapsicológica.

O caso do Presidente Schreber (Freud, 1911/1969) mostra, claramente, a dimensão de uma transfiguração proposta por Freud a partir da leitura das “*Denkwürdigkeiten*” schreberianas. A figuração produzida por Schreber revela-se, descrita de uma maneira tão vívida e tão alheia às defesas que tanto nos concernem, um campo verdadeiramente fértil para o trabalho do analista. É preciso lembrar que a obra de Schreber não tem a intenção de oferecer aos leitores momentos de satisfação literária, ao contrário, é um texto denso, o qual dá testemunho de um padecimento oferecido ao entendimento científico. O estatuto de verdade estará mais evidente, quanto mais ‘neuroticamente’ estruturado for um discurso.

Por discurso neuroticamente estruturado, entenda-se o discurso que não se ofereça como Todo discurso, ou seja, um discurso da certeza, sem falha, sem lugar para o jogo significativo. A cosmologia schreberiana é um exemplo de um discurso que dá conta de todas as possibilidades, e a ausência de furo remete à

falta da operação da metáfora paterna em Schreber, como teoriza Lacan (1959/1998).

O momento em que Lacan (1959/1998) se debruça sobre as “Memórias” de Schreber é, seguramente, diverso do de Freud. O tema da paranóia já ocupara Lacan em sua tese de doutorado, e ele conta com formulações teóricas bastante próprias. Há, também, no campo, a preponderante influência kleiniana, cuja consequência, para Lacan, é a de um desvirtuamento do pensamento freudiano.

Com o objetivo de fazer uma releitura de Freud, Lacan (1959/1998) não só retifica determinados postulados freudianos, como oferece novos aportes teóricos ao campo psicanalítico. Um exemplo de correção é relativo à homossexualidade. Para Lacan, a homossexualidade não é determinante na paranóia, mas um sintoma articulado ao seu processo. Esse simples aspecto faz adernar o modelo explicativo freudiano da paranóia. Todavia Lacan também oferece uma melhor direção para o aspecto de recalçamento na psicose. A partir de uma atenta leitura do original alemão, Lacan detecta um traço (*Zug*) próprio à estrutura psicótica no termo *Verwerfung*, alçando-o a um conceito basilar da psicanálise e traduzindo-o por forclusão. A atenção dada aos significantes em jogo no texto freudiano já aponta para a maneira lacaniana de interpretação.

Outro aspecto é que o seu “De uma Questão Preliminar a Todo Tratamento Possível da Psicose” é uma espécie de resumo do seu seminário sobre as psicoses. Isso quer dizer que é dependente das teorizações já consolidadas pelo estudo de Lacan até aquele momento. Esse estudo pressupõe a leitura tanto de Schreber quanto de Freud. Diferentemente de Freud (1911/1969), Lacan não oferece uma leitura exaustiva de Schreber. Ele não apresenta um caso metapsicológico narrativo, como Freud. Todavia seu estudo é mais pontual, porque é obrigado a levar em conta os aspectos que não ficaram suficientemente resolvidos por Freud. Talvez possamos dizer que Lacan não está imbuído da idéia de apresentar um ‘caso clínico’ – já oferecido por Freud –, mas de tirar, do caso, todas as consequências clínicas possíveis.

Nesse sentido, vemos, em Lacan (1959/1998), um trabalho rigoroso, mas nem sempre fácil de ser seguido, onde a transfiguração dos elementos recolhidos do delírio schreberiano, somado às indicações de Freud, ganham a forma de esquemas. Lacan, ao longo de seu ensaio, vai construindo esquemas, nos quais ele apresenta, à maneira de um esboço as relações e funções destacadas com fins

operatórios. Em última instância, esses esquemas são ficções capazes de transmitir aspectos estruturais, sem o concurso do imaginário e buscando emanciparem-se das palavras de seu autor. Nesse aspecto, os esquemas, os matemas, as figuras topológicas e os nós oferecem imagens teóricas que facilitam a transmissão do saber psicanalítico.

Allouch (1995) refere que a leitura dos clássicos casos freudianos ‘Presidente Schreber’ e ‘Pequeno Hans’ realizada por Lacan pode ser mais rigorosa e precisa ao valorizar o testemunho indireto, o qual daria o tom a uma possível clínica do escrito. O modelo de um testemunho indireto foi retirado da “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” (Lacan, 1967/2003) onde vemos a nomeação de novos ‘analistas de escola’(AE) – título que recebiam na ocasião – depender do testemunho dos analistas nomeados como ‘passadores’. Allouch acredita que podemos encontrar aí todo o peso dado por Lacan ao testemunho indireto alçado à qualidade de um dispositivo.

O testemunho indireto, parece encaixar-se bem ao testemunho feito a partir das leituras e estudos. Lacan dá uma excelente oportunidade de verificarmos a força do testemunho indireto em relação aos estudos de Freud, por exemplo. Inclusive, Allouch (1995) afirma que há solidariedade entre o testemunho indireto e a tomada do caso como caso. É interessante que o autor acabe utilizando a expressão ‘caso como caso’, a qual coincide com o título dado por mim a um dos estudos constata do projeto de Tese e abandonado, segundo orientação da banca, para a versão final. Ainda assim, esta Tese não deixa de examinar o caso do Presidente Schreber como um caso.

Ao sustentar a idéia de que o caso metapsicológico é sempre do analista, e, aqui, devemos entender o caso metapsicológico como aquele a ser publicado e oferecido à comunidade psicanalítica, eu enfatizo, ao contrário do que preconiza Allouch (1995), o aspecto de testemunho direto dado pelo analista de sua prática clínica. O caso metapsicológico é o testemunho da clínica.

Sabendo que, em psicanálise, jamais buscamos ratificar os dados fornecidos pelo paciente, a construção metapsicológica de caso será testemunho direto dado pelo psicanalista de seu posicionamento teórico no campo psicanalítico. Em relação ao paciente tratado cujo caso foi transformado em caso metapsicológico, ele não deve servir de fiador do testemunho que seu analista realiza. Que o paciente dê o seu testemunho do que foi seu tratamento enquanto

paciente, isso não implica tornar mais ou menos verdadeiro a construção metapsicológica de caso, uma vez que o próprio paciente não pode dar conta da dimensão metapsicológica em jogo em sua análise.

Retomando o ponto principal desta Tese, quero destacar que, ao falar, o paciente produz imagens calcadas nos traços (*Spuren*) deixados como marcas das impressões em seu aparelho psíquico, as quais são constituintes e inacessíveis. Os detalhes anódinos, por outro lado, são capazes de revelar o traço privilegiado (*Zug*), resignificando a fantasia do paciente, por guardar relação significativa com os demais elementos.

Se acompanharmos a indicação dada por Freud na carta a Fliess de 10 de março de 1898 (Masson, 1986) quanto à fase pré-histórica da vida da criança – mais especificamente entre um e três anos de idade –, a fantasia é produzida por aquilo que é ouvido nessa fase, ao contrário dos sonhos, que são formados pelo que é visto no mesmo período. A partir daí, fica mais claro que, quando dou à fantasia um lugar privilegiado nesta Tese, não é por seu aspecto de imagem, mas por sua condição significativa.

Então, posso afirmar que o *Phantasieren* é o negativo da ficção metapsicológica, posto que essa é uma tarefa consciente e pré-consciente dando relevo à fantasia inconsciente. É nisso que a ficção ganha seu sentido para a psicanálise. A fantasia, ainda que a tomarmos em sua aparência imagética, não é traduzível, tanto quanto o sonho, para a psicanálise. Ambos, sonho e fantasia, devem ser tomados como *Bilderschrift* (escritura em imagens), nas quais a leitura psicanalítica não se deve apoiar no *Bildwert* (valor de imagem), mas no seu valor significativo.

Ao darmos preferência a uma tradução do material recolhido de uma análise ou de um sonho modelo, nós estaremos fixando um sentido em detrimento dos demais, trabalho esse que é absolutamente imaginário. O trabalho explicativo do sonho, a *Deutung*, que rege a *Traumdeutung*, por exemplo, indica apenas uma possibilidade do sentido acentuando o jogo significativo, revelando sua força na estrutura. Por outro lado, a psicanálise trabalha com cada detalhe em sua diferenciação singular em correspondência aos elementos vizinhos, em uma leitura literal regida pela letra. Allouch (1995) nomeia essa forma de leitura como transliteração, uma operação que transfere o que se escreve para outra maneira de se escrever. Essa leitura literal é ler com o escrito, o que pode ser designado como

deciframento, já que escrever o escrito é cifrá-lo. Isso esclarece a diferença entre o que seria uma tradução de um sonho e a indicação de um sentido outro.

Assim, essa operação implica o desfazimento de uma produção imagética – de uma figuração – oferecida pelo paciente à escuta analítica. Todavia, se o psicanalista estiver imbuído de oferecer à comunidade psicanalítica um caso metapsicológico, seu trabalho será o de uma construção ficcional na qual os elementos em jogo ganharão uma nova imagem – transfigurada – em palavras, uma imagem teórica. Isso, se admitirmos, de saída, que falar e escrever é conceber imagens, ainda que contra a nossa vontade consciente. Essa imagem pode ser apresentada pelas máximas teóricas retiradas de um caso ou de esquemas, como os concebidos por Freud, ou pela apresentação de um grafo, um matema, uma figura topológica ou um nó, como propôs, magistralmente, Lacan em seu ensino.

A transfiguração, quer numa apresentação mais descritiva e imaginária como a freudiana, quer numa apresentação mais próxima das fórmulas algébricas como a preconizada por Lacan, extrai dos traços (*Zügen*) o que eles revelam de uma estrutura, na tentativa de transmitir o saber psicanalítico aproximando a psicanálise da ciência.

Os achados teóricos levantados pelo psicanalista-pesquisador não necessitam, necessariamente, do recurso de um caso para a sua apresentação. Todavia, a história clínica ainda mostra sua importância, quando se quer fazer ligações entre o padecimento de um paciente e os elementos em jogo. Destarte, o que se constrói é um caso metapsicológico, o qual terá efeitos sobre o fazer clínico na comunidade psicanalítica, ainda que esse caso seja preparado a partir de um material escrito e de maior apelo imaginário, como no caso Schreber, de Freud. Por isso, a ficção joga papel decisivo para a demonstração dos aspectos metapsicológicos estudados, ainda que, quanto mais simbólica for sua apresentação transfigurada (matemas, esquemas, grafos), maior a chance de uma adequada transmissão do saber psicanalítico.

Concluindo, proponho definir o caso metapsicológico como pertencendo ao psicanalista, no que o caso Schreber é um exemplo modelar, exatamente pelo fato de um tratamento não poder estar vinculado diretamente ao exercício e ao aperfeiçoamento teóricos a partir do sofrimento de um paciente e pelo fato de as elaborações metapsicológicas não visarem, diretamente, à melhora do paciente em atendimento, posto que são produtos elaborados no só-depois dos tratamentos.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (2003). *Dicionário de Filosofia* (Ivone Castilho Benedetti, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1971)
- Adorno, T. (1965). *Der Essay als Form*. Frankfurt: Suhrkamp.
- Allonnes, C. R. (1989) *La démarche clinique en sciences humaines: documents et méthodes*. Paris: Bordas.
- Allouch, J. (1995) *Letra a letra: transcrever, traduzir, transliterar*. (Dulce Duque Estrada, Trad.). Rio de Janeiro: Companhia de Freud. (Originalmente publicado em 1994)
- André, S. (1987). *O que quer uma mulher?* (Dulce Duque Estrada, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. (Originalmente publicado em 1986)
- Assoun, P.-L. (1983). *Introdução à epistemologia freudiana* (H. Japiassu, Trad.). Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1993)
- Assoun, P.-L. (1996). *Metapsicologia freudiana: uma introdução* (Dulce D. Estrada, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1993)
- Barth, L. F. B. (2003). *As relações entre o estágio do espelho e o transtorno específico do desenvolvimento da função motora em crianças: uma construção metapsicológica de caso*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Barthes, R. (1977). *Roland Barthes por Roland Barthes* (Leyla Perrone-Moisés, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Originalmente publicado em 1975)
- Benz, J. N. e Newman, J. (1998). *Research methodology: qualitative – quantitative*. Southern: Illinois University Press.

- Bergès, J. e Balbo, G. (2001). *A atualidade das teorias sexuais infantis*. (F. F. Settineri, Trad.). Porto Alegre: CMC Editora.
- Birman, J. (1994). *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Borch-Jacobsen, M. (1995). *Souvenirs d'Anna O.: une mystification centenaire*. France: Aubier.
- Caon, J. L. (1994). O Pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7, (2), 145-174.
- Caon, J. L. (1996). Psicanálise <> Metapsicologia. Em Slavutsky e cols. (Org.), *História, clínica e perspectiva dos cem anos de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Caon, J. L. (2000/2001). Retrato, auto-retrato e construção metapsicológica de Serguéi Constantinovitch Pankejeff, o “Homem dos Lobos”. *Pulsional: revista de psicanálise*, 140/141, 22-44.
- Carnap, R. (1929). *Der logische Aufbau der Welt*. Berlin: Höfmann.
- Chemama, R. (1987). O demônio da interpretação (Eliana A. N. do Vale, Trad.). *Jornal Che Vuoi?* 1, 3-6.
- Chiantaretto, J.-F. (1999). Cas et contre-cas. Em P. Fédida e F. Villa (Orgs.), *Le cas en controverse*. Paris: PUF.
- Corvo, R. E. L. (1999). Uma visão epistemológica do inconsciente (Olga C. Rouco, Trad.). *Revista de psicanálise da sociedade psicanalítica de Porto Alegre*, 6, 3.
- Costa, A. M. M. da. (1998). *A ficção de si mesmo: interpretação e ato em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

- Cyssau, C. (1999). Fonctions théoriques du cas clinique. Em Fédida, P e F. Villa (Orgs.), *Le cas en controverse*. (pp. 59-82) Paris: PUF.
- D'Agord, M. R. de L. (2005). Um método para estudo e construção do caso em psicopatologia. *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*, 8, (1),107-122.
- D'Agord, M. (2000/2001). Uma construção de caso na aprendizagem. *Pulsional: revista de psicanálise*, 140/141, 12-21.
- Dor, J. (1996). *Clínica psicanalítica* (Maria L. Homem, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1994)
- Dumézil, C. (Org.)(1989). *Le trait du cas: le psychanalyste à la trace*. France: Point Hors Ligne.
- Falzeder, E., Brabant, E. & Giampieri, P. (1994). *Sigmund Freud & Sándor Ferenczi: correspondência (1908-1911)* (Vol. 1). (Claudia Cavalcanti e Suzana K. Lages, Trad.). Rio de Janeiro: Imago.
- Fédida, P. (1989). Modalidades da comunicação na transferência e momentos críticos da contratransferência (Cláudia Berliner, Trad.). Em P. Fédida (Org.), *Comunicação e representação*. (pp. 91-123). São Paulo: Escuta. (Originalmente publicado em 1986)
- Fédida, P. (1991a). A construção. Introdução a uma questão da memória na supervisão. (Martha Gambini, Trad.). Em *Nome, figura e memória. A linguagem na situação psicanalítica*. (pp. 171-181). São Paulo: Escuta. (Originalmente publicado em 1991)
- Fédida, P. (1991b). A construção do caso. (M. Gambini e C. Berliner, Trad.). Em *Nome, figura e memória. A linguagem na situação psicanalítica*. (pp. 215-236). São Paulo: Escuta. (Originalmente publicado em 1991)

- Ferreira, A. B. de H. (1999). *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Figueiredo, L. C. (2000). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Figueiredo, A. C. (Org.). (2001). *Psicanálise: pesquisa e clínica*. Rio de Janeiro: IPUB/CUCA.
- Figueiredo, A. C., Nobre, A e Vieira, M. A. (2001). Pesquisa clínica em psicanálise: a elaboração de um método. Em A. C. Figueiredo (Org.), *Psicanálise: pesquisa e clínica*. (pp. 11-23). Rio de Janeiro: IPUB/CUCA.
- Flem, L. (1988). *A vida cotidiana de Freud e seus pacientes* (Antonio C. Viana, Trad.). Porto Alegre: L&PM. (Originalmente publicado em 1986)
- Freud, E. L. e Meng, H. (Org.). (1998). *Cartas entre Freud e Pfister (1909-1939): um diálogo entre a psicanálise e a fé cristã*. (Karin H. K. Wondracek e Ditmar Junge, Trad.). Viçosa: Ultimato. (Originalmente publicado em 1963)
- Freud, S. (1969). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia Paranoides). Em J. Salomão (Org.), *Edição brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 13-108). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1911)
- Freud, S. (1969). Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). Em J. Salomão (Org.), *Edição brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 191-203). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914)
- Freud, S. (1972). A interpretação de sonhos. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vols. 4 e 5). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1900)

- Freud, S. (1972). Fragmento da análise de um caso de histeria. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 1-119). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905)
- Freud, S. (1972). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 123-250). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905)
- Freud, S. (1972). *Epistolário I (1873-1890)*. (Joaquin Merino Perez, Trad.). Barcelona: Plaza & Janés Editores. (Originalmente publicada em 1960)
- Freud, S. (1973). Psychoanalytische Bemerkungen über einen autobiographisch beschriebenen Fall von Paranoia (Dementia paranoides). Em *Sigmund Freud Studienausgabe* (Vol. 7, pp. 133-203). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag. (Originalmente publicado em 1911)
- Freud, S. (1974). Estudos sobre a histeria. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 2, pp. 13-367). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em partes, entre 1893 e 1895)
- Freud, S. (1974). O interesse científico da psicanálise. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 13, pp. 195-226). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1913)
- Freud, S. (1974). Discurso pronunciado na casa de Goethe em Frankfurt. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 241-246). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1930)

- Freud, S. (1975). Eine Kindheitserinnerung des Leonardo da Vinci. Em *Sigmund Freud Studienausgabe* (Vol. 10, pp. 87-159). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag. (Originalmente publicado em 1910)
- Freud, S. (1975). Ratschläge für den Arzt bei der psychoanalytischen Behandlung. Em *Sigmund Freud Studienausgabe* (Vol. Suplementar, pp. 170-180). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag. (Originalmente publicado em 1912)
- Freud, S. (1975). Der Moses des Michelangelo. Em *Sigmund Freud Studienausgabe* (Vol. 10, pp. 195-222). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag. (Originalmente publicado em 1914)
- Freud, S. (1975). Konstruktionen in der Analyse. Em *Sigmund Freud Studienausgabe* (Vol. Suplementar, pp. 393-406). Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag. (Originalmente publicado em 1937)
- Freud, S. (1975). Algumas lições elementares de psicanálise. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 313-321). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1940)
- Freud, S. (1975). Esboço de psicanálise. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 165-237). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1940)
- Freud, S. (1976). Charcot. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 3, pp. 19-34). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1893)
- Freud, S. (1976). A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 9, pp. 99-115). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1906)

- Freud, S. (1976). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 10, pp. 13-154). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1909)
- Freud, S. (1976). Notas sobre um caso de neurose obsessiva. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 10, pp. 155-317). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1909)
- Freud, S. (1976). Conferências introdutórias sobre psicanálise. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vols. 15 e 16). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em partes entre 1915 e 1917)
- Freud, S. (1976). História de uma neurose infantil. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 17, pp. 11-153). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1918)
- Freud, S. (1976). Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras de Sigmund Freud* (Vol. 17, pp. 215-220). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1919)
- Freud, S. (1976). A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 181-212). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1920)
- Freud, S. (1976). Psicologia de grupo e análise do ego. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol 18, pp. 87-179). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1921)

- Freud, S. (1976). A perda da realidade na neurose e na psicose. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 227-234). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1924)
- Freud, S. (1976). Uma nota sobre o “Bloco Mágico”. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 283-290). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1925)
- Freud, S. (1976). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, pp. 11-220). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1933)
- Freud, Sigmund (1977). Prefácio e notas de rodapé à tradução de *Leçons du Mardi*, de Charcot. Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 191-195). Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1892)
- Freud, S. (1988). *Sigmund Freud Brautbriefe: Briefe an Martha Bernays aus den Jahren 1882 bis 1886*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag. (Originalmente escritas entre 1882-1886)
- Freud, S. (2004). À guisa de introdução ao narcisismo. Em L. A. Hanns (Org.), *Obras psicológicas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 95-131). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914)
- Freud, S. (2004). Pulsões e destinos da pulsão. Em L. A. Hanns (Org.), *Obras psicológicas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 133-173). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1915)
- Freud, S e Andreas-Salomé, L. (1975). *Correspondência completa*. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1966)

- Garcia-Roza, L. A. (1998). *Introdução à metapsicologia freudiana*. Vol 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Gardiner, M. (1983). *El Hombre de los Lobos por el Hombre de los Lobos*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Hoppe, M. W. (2000/2001). Do modelo narrativo à escritura do fato clínico: o drama do paciente e o caso do analista. *Pulsional: revista de psicanálise*, 140/141, 56-62.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*, 6 (1), 115-138.
- Jones, E. (1979). *Vida e obra de Sigmund Freud*. (Marco Aurélio de Moura Mattos, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Guanabara. (Originalmente publicado em 1961)
- Lacan, J. (1985). Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. (M. D. Magno, Trad.). Em J.-A. Miller (Org.), *O seminário* (livro 11). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1964)
- Lacan, J. (1985). Mais, ainda. (M. D. Magno, Trad.). Em J.-A. Miller (Org.), *O seminário*. (livro 20). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1975)
- Lacan, J. (1988). A ética da psicanálise. Em J.-A. Miller (Org.), *O seminário* (livro 7). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1992). A transferência. (Dulce Duque Estrada, Trad.). Em J.-A. Miller (Org.), *O seminário* (livro 8). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1991)

- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. (Vera Ribeiro, Trad.). Em *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1956)
- Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. (Vera Ribeiro, Trad.). Em *Escritos* (pp. 537-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1959)
- Lacan, J. (1999). As formações do inconsciente. (Vera Ribeiro, Trad.). Em J.- A. Miller (Org.), *O seminário* (livro 5). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1998)
- Lacan, J. (2003). Apresentação das memórias de um doente dos nervos. (Vera Ribeiro, Trad.). Em *Outros escritos* (pp. 219-223). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1966)
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola. (Vera Ribeiro, Trad.). Em *Outros escritos* (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1967)
- Lacan, J. (2003). Introdução de *Scilicet* no título da revista da Escola Freudiana de Paris. (Vera Ribeiro, Trad.). Em *Outros escritos* (pp. 288-298). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1968)
- Lacan, J. (2003). O aturdido. (Vera Ribeiro, Trad.). Em *Outros escritos* (pp. 448-500). Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1972)
- Lalande, A. (1999). *Vocabulário técnico e crítico da filosofia* (Fátima S. Correa, Maria E. V. Aguiar, José E. Torres, Maria G. de Souza, Trad). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1926)
- Laplanche, J. e Pontalis, J.-B. (1991). *Vocabulário de psicanálise* (Pedro Tramen, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1967)

- Mannoni, M. (1982). *A teoria como ficção: Freud, Grodeck, Winnicott, Lacan.* (R. C. de Lacerda e W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Campus. (Originalmente publicado em 1979)
- Mannoni, O. (1973). *Chaves para o imaginário.* (Lígia Maria Pondé Vassallo, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Mannoni, O. (1994). *Freud: uma biografia ilustrada.* (M. L. X. de A. Borges, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1968)
- Masson, J. M. (Org.). (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904* (Vera Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Imago.
- McGuire, W. (Org.). (1993). *A correspondência completa de Sigmund Freud e Carl G. Jung.* (Leonardo Fróes e Eudoro A. M. de Souza, Trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1974)
- Melman, C. (2006) *Retorno a Schreber.* (Conceição B. Fleig, Trad.). Porto Alegre, CMC. (Originalmente publicado em 1999)
- Mezan, Renato (1988). Pode-se ensinar psicanaliticamente a psicanálise? Em *A vingança da esfinge: ensaios de psicanálise.* (pp. 168-183). São Paulo: Brasiliense.
- Mezan, Renato (2002). *Interfaces da psicanálise.* São Paulo: Companhia das Letras.
- Milner, J.-C. (1996). *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia* (Procópio Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1995)

- Moura, A e Nikos, I. (2000/2001). Estudo de caso, construção de caso e ensaio metapsicológico: da clínica psicanalítica à pesquisa psicanalítica. *Pulsional: revista de psicanálise*, 140/141, 69-76.
- Nasio, J.-D. (1992). *Os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. (Vera Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1988)
- Nasio, J.-D. (1995). *O olhar em psicanálise*. (Vera Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1992)
- Nasio, J.-D. (2001). O que é um caso? Em J.-D. Nasio (Org.), *Os grandes casos de psicose* (pp. 9-32). (Vera Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente escrito em 2000)
- Newman, I e Benz, C. R. (1998). *Qualitative-quantitative research methodology: exploring the interactive continuum*. Carbondale: Southern Illinois University Press.
- Nusinovici, V. (1994). O traço de um caso e a irrupção da transferência. Em C. Melman, C. Lacôt & R. Chemama (Orgs.), *A fobia* (pp. 170-179). Rio de Janeiro: Revinter.
- Obholzer, K. (1993). *Conversas com o homem dos lobos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ricoeur, P. (1988). *Interpretação e ideologias* (Hilton Japiassu, Trad.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.
- Rillaer, J. V. (1980). *Les illusions de la psychanalyse*. Liège: Pierre Mardaga Editeur.
- Roudinesco, E. (2000). *Por que a psicanálise?* (Vera Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Originalmente publicado em 1999)

- Safouan, M. (1991). *A transferência e o desejo do analista* (Leda M. F. Bernardino, Trad.). Campinas, SP: Papirus. (Originalmente publicado em 1988)
- Santner, E. L. (1997). *A Alemanha de Schreber: uma história secreta da modernidade*. (Vera Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Schreber, D. P. (1984). *Memórias de um doente dos nervos*. (Marilene Carone, Trad.). Rio de Janeiro: Graal. (Originalmente publicado em 1903)
- Schlick, M. (1980). Sentido e Verificação (Luiz J. Baraúna, Trad.). Em *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural. (Originalmente publicado em 1936)
- Sousa, E. L. A. de (2000). (A vida entre parênteses) O caso clínico como ficção. *Psicologia Clínica*, 12, (1), 11-19.
- Souza, A. M. de (1988). *Transferência e interpretação: ensaio clínico lacaniano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Souza, P. C. (2003, setembro). *Aproximações entre Freud e Machado de Assis*. Trabalho apresentado no XI Congresso da Associação Latino-americana de Estudos Germanísticos (ALEG), São Paulo, Brasil.
- Stake, R. E. (1994). *Handbook of qualitative research*. Londres: Sage.
- Stein, E. (1997). *Anamnese: a filosofia e o retorno do reprimido*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Vilanova, A. (2001). Clínica e transmissão: o que a morte pode nos ensinar disso? Em *Psicanálise: pesquisa e clínica* (pp. 25-55). Rio de Janeiro: Edições IPUC/CUCA.

White, H. (1994). *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura* (Alípio C. de F. Neto, Trad.). São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo. (Originalmente publicado em 1978)

Willemart, P. (2005). *Crítica genética e psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.

Woolf, V. (1978). *Orlando*. (Cecília Meireles, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Originalmente publicado em 1928)